Estratégia Concursos

Aula 00

Direito Previdenciário p/ TCE-PI (Auditor Fiscal de Controle Externo) Com Videoaulas - 2020

Autor:
Rubens Mauricio Corrêa

16 de Janeiro de 2020

SEGURIDADE SOCIAL

Seguridade Social:
Conceituação. Organização e Princípios Constitucionais

Sumário

1. Introdução e Roteiro da Aula 3

2. Preparando-se para Estudar 6

3. Seguridade Social 8

3.1. Conceituação 8

3.2. Saúde 9

3.3. Assistência Social 11

3.4. Previdência Social 12

3.5. Organização e Princípios Constitucionais 29

3.5.1. Universalidade da Cobertura e do Atendimento 30

3.5.2. Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais 35

3.5.3. Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços 38

3.5.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios 40

3.5.5. Equidade na Forma de Participação no Custeio 47

3.5.6. Diversidade da Base de Financiamento 51

3.5.7. Caráter Democrático e Descentralizado da Administração, Mediante Gestão Quadripartite, com Participação dos Trabalhadores, dos Empregadores, dos Aposentados e do Governo nos Órgãos Colegiados. 56

3.5.8. Solidariedade 61

3.5.9. Anterioridade Nonagesimal ou Mitigada 64

3.6. Quadro de Palavras-Chave 67

4. Resumo da Aula 70

5. Questões Comentadas 74

5.1 . Lista das Questões 153

6. Gabarito Geral 175

7. Questionário de Revisão 176

7.1. Respostas Comentadas do Questionário de Revisão 177

8. Considerações Finais da Aula 180



1. INTRODUÇÃO E ROTEIRO DA AULA



Olá Pessoal! É com imensa satisfação que iniciamos nosso Curso de Direito Previdenciário.

Meu nome é *Rubens Maurício*. Sou Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Professor de Direito Previdenciário, Coach do Estratégia Concursos e Analista do Passo Estratégico.

Nesta minha trajetória de concursos públicos, fui aprovado e nomeado para os seguintes cargos:

- Técnico Judiciário do TRT/2ª Região;
- Agente de Fiscalização Judiciária do TJ/SP;
- Oficial de Justiça do 2º TAC/SP;
- Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil;
- Auditor-Fiscal da Previdência Social;
- Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (cargo atual).

Após todos esses anos de convivência ao lado de alunos e grandes amigos concursandos, aprovados nos mais diversos concursos públicos por todo o país, pude somar experiências pessoais e agregá-las às experiências compartilhadas pelos demais colegas. E são estes ensinamentos que buscarei transmitir-lhes durante nosso curso.

Mais do que ensinar o mapa da mina de Direito Previdenciário, buscarei utilizar minha experiência como Coach do Estratégia Concursos para auxiliá-los na organização e metodologia dos estudos. Buscaremos, juntos, alcançar sua aprovação em concursos públicos, com foco não apenas naquilo que deve ser feito, mas também no "como" deve ser feito.

O presente *Curso de Direito Previdenciário* será "diagramado", para melhor fixação dos conceitos, buscando ser, ao mesmo tempo, profundo e objetivo nas abordagens, focado em conceitos, palavras-chave e fixação do conteúdo mais cobrado em prova, nos termos dos respectivos programas contidos dos últimos editais. Nosso objetivo será único: gabaritarmos as provas de Direito Previdenciário, por meio do estudo de uma teoria focada em resultado e uma grande quantidade de questões cuidadosamente comentadas.

O presente curso em PDF (livro eletrônico é completo, cobrindo todos os pontos do último edital. As vantagens de estudar por um curso em PDF é que as atualizações serão constantes e permanentes, sempre que houver qualquer alteração na legislação previdenciária ou mudança de entendimento dos tribunais (alteração jurisprudencial).

Além disso, o material é feito na medida certa do seu edital e da sua prova, evitando que você estude mais ou menos do que necessário.

Outrossim, teremos **questões comentadas dentro de cada tópico do material, bem como uma lista consolidada das questões comentadas ao final de cada PDF.**

Ademais, apresentaremos **resumos ao final de todas as aulas**, bem como um **questionário de revisão**, com perguntas e respostas objetivas para memorização de conteúdo elementar de cada aula.

Algumas aulas parecerão longas, em virtude do grande número de páginas. Contudo, tratam-se de **aulas rápidas, agradáveis e fáceis de estudar**. O tamanho do material decorre, principalmente, da existência de diversos diagramas dentro de cada assunto, com o objetivo de facilitar sua retenção. Além disso, uma boa parte do material está ocupada por questões comentadas, questionário de revisão e resumos. Ou seja, mesmo as aulas mais longas não serão cansativas, pois possuem muito conteúdo visual e exercícios.

Por fim, iremos disponibilizar na área do aluno os **slides utilizados nas videoaulas** e os **resumos de cada assunto**.

Temos também um **fórum de dúvidas**, para ajuda a sanar suas dúvidas em relação ao conteúdo estudado. Contudo, o fórum deve ser utilizado com cautela e sabedoria. Antes de postar uma pergunta no fórum, recomendo que termine de ler a aula, pois grande parte das dúvidas são esclarecidas dentro do próprio material. Também recomendo que, antes de postar uma nova pergunta, veja se sua dúvida já não foi esclarecida anteriormente em outra pergunta já respondida.

Vamos juntos em busca da sua preparação em alta performance e de sua aprovação. Conte comigo!



O curso será dividido em 11 módulos (AULA 00 + 10 AULAS), cobrindo todos os pontos cobrados nas provas de Direito Previdenciário para este concurso, conforme segue:

Aula	Assunto
Aula 00	Seguridade Social. Conceituação. Organização e Princípios Constitucionais.
Aula 01	Regime Geral da Previdência Social: Filiação e Inscrição. Segurados Obrigatórios: empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual e segurado especial. Segurado Facultativo. Trabalhadores excluídos do Regime Geral.
Aula 02	Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. Financiamento da Seguridade Social. Receitas da União. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico. Receitas das contribuições sociais do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos e receitas de outras fontes.
Aula 03	Salário-de-contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes. Limites mínimo e máximo. Proporcionalidade. Reajustamento.
Aula 04	Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social. Obrigações da empresa e demais contribuintes. Prazo de recolhimento. Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária. Obrigações acessórias. Retenção e responsabilidade solidária: conceitos, natureza jurídica e características.
Aula 05	Simulado 1
Aula 06	Plano de Benefícios da Previdência Social: Dependentes. Prestações Previdenciárias: Disposições Gerais e Específicas. Período de Carência.
Aula 07	Plano de Benefícios da Previdência Social: Salário de Benefício. Renda mensal inicial do benefício. Reajustamento do valor do benefício. Data de Início do Benefício. Data de Cessação do Benefício.
Aula 08	Acumulação de benefícios. Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado
Aula 09	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Servidor Público. Lei nº 9.717/98. Contagem recíproca de tempo de serviço. Compensação financeira entre regimes. Regime Previdenciário do Estado do Piauí (Leis Complementares nº 39, nº 40 e nº 43). Controle da legalidade pelo Tribunal de Contas das aposentadorias, reformas e pensões.
Aula 10	Simulado Final

2. PREPARANDO-SE PARA ESTUDAR



- ✓ Prepare seu ambiente de estudo.
- ✓ Desligue o celular.
- ✓ Saia da internet.
- ✓ Iluminação adequada.

A maneira mais eficaz e eficiente para ser aprovado em concursos públicos passa, necessariamente, por algumas etapas relacionadas com seu planejamento estratégico de preparação. O presente material tentará ajudá-lo na caminhada por cada uma destas etapas, buscando levá-lo rapidamente à aprovação.

As etapas de preparação necessárias até sua aprovação, em resumo, são:

- *Captação da informação;*
- *Aprofundamento do conhecimento;*
- *Memorização;*
- *Fixação.*

A captação da informação ocorre através do estudo do conteúdo teórico, onde podemos obter o conhecimento dos assuntos cobrados em prova de forma geral e contextualizada.

O aprofundamento do conhecimento ocorre com o detalhamento de cada um dos assuntos estudados dentro da disciplina, bem como o estudo dos textos legais comentados, apresentação de exemplos, análise da jurisprudência, permitindo ao aluno não apenas conhecer a matéria, mas entender e aprofundar seu conteúdo.

A memorização ocorrerá por meio de revisões sistemáticas, destaque de palavras-chave, diagramas, quadros comparativos, dicas e macetes. Para ajudá-los também nesta etapa, apresentarei, durante nossas aulas, diversos diagramas para melhor retenção de conteúdo, bem como um resumo organizado em tópicos, apresentado ao final de cada aula, contendo os pontos mais importantes da matéria estudada.

A fixação ocorrerá com a resolução de exercícios de provas anteriores e simulados com questões inéditas. Cada questão será cuidadosamente comentada pelo professor, permitindo ao aluno conhecer como a matéria é cobrada, qual o entendimento da banca, além de treinar a resolução e fixar os conceitos estudados. Traremos, outrossim, "questionários de revisão", para consolidar, ainda mais, os conceitos básicos da disciplina.

Antes de iniciarmos o nosso curso, vamos a alguns ***AVISOS IMPORTANTES***:

1) Com o objetivo de *otimizar os seus estudos*, você encontrará, em *nossa plataforma (Área do aluno)*, alguns recursos que irão auxiliar bastante a sua aprendizagem, tais como *"Resumos"*, *"Slides"* e *"Mapas Mentais"* dos conteúdos mais importantes desse curso. Essas ferramentas de aprendizagem irão te auxiliar a perceber aqueles tópicos da matéria que você precisa dominar, que você não pode ir para a prova sem ler.

2) Em nossa Plataforma, procure pela *Trilha Estratégica e Monitoria* da sua respectiva área/concurso alvo. A Trilha Estratégica é elaborada pela nossa equipe do *Coaching*. Ela irá te indicar qual é exatamente o *melhor caminho* a ser seguido em seus estudos e vai te ajudar a *responder as seguintes perguntas*:

- Qual a melhor ordem para estudar as aulas? Quais são os assuntos mais importantes?
- Qual a melhor ordem de estudo das diferentes matérias? Por onde eu começo?
- *"Estou sem tempo e o concurso está próximo!"* Posso estudar apenas algumas partes do curso? O que priorizar?
- O que fazer a cada sessão de estudo? Quais assuntos revisar e quando devo revisá-los?
- A quais questões deve ser dada prioridade? Quais simulados devo resolver?
- Quais são os trechos mais importantes da legislação?

3) Procure, nas instruções iniciais da "Monitoria", pelo *Link* da nossa *"Comunidade de Alunos"* no Telegram da sua área / concurso alvo. Essa comunidade é *exclusiva* para os nossos assinantes e será utilizada para orientá-los melhor sobre a utilização da nossa Trilha Estratégica. As melhores dúvidas apresentadas nas transmissões da *"Monitoria"* também serão respondidas na nossa *Comunidade de Alunos* do Telegram.

(*) O Telegram foi escolhido por ser a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, tem recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.

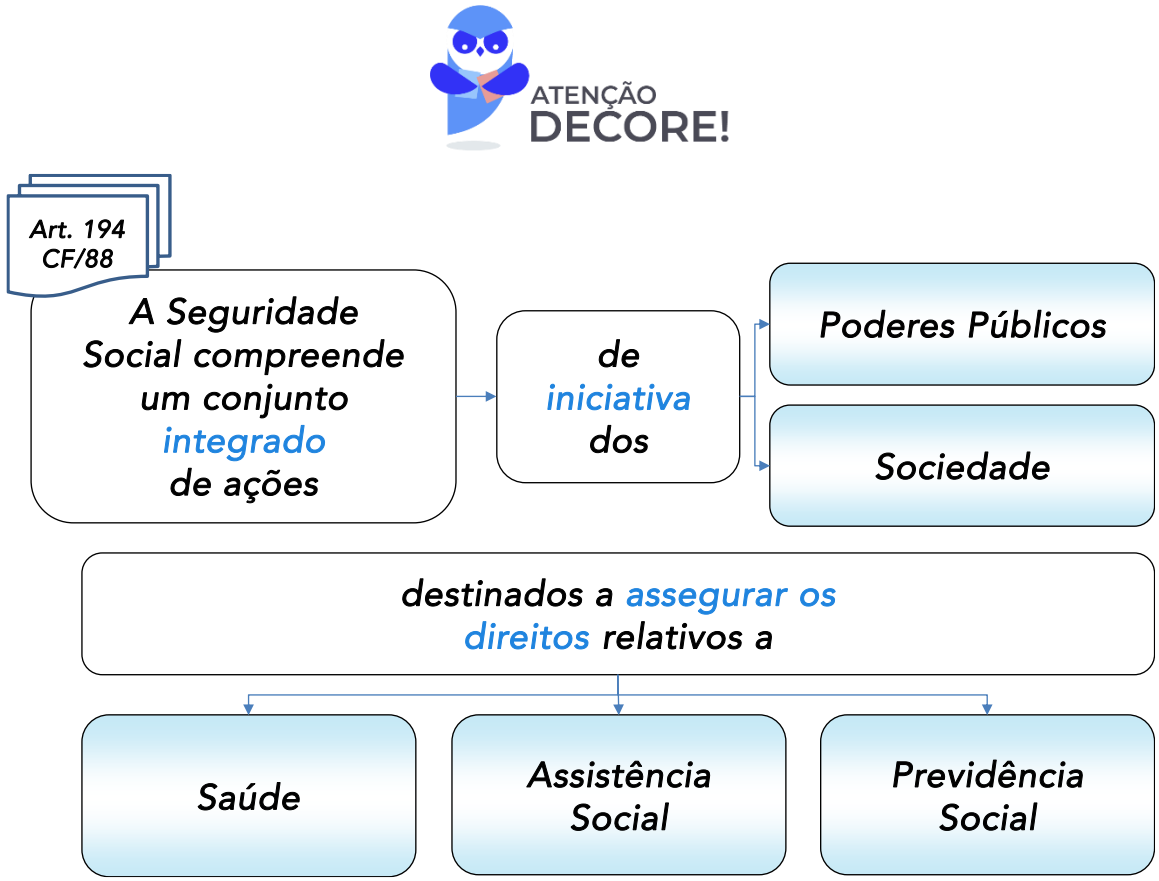
3. SEGURIDADE SOCIAL

3.1. CONCEITUAÇÃO

Iniciaremos conceituando a Seguridade Social, conceito este que nos é dado pela própria Constituição Federal, em seu art. 194, conforme segue:

> *"Art. 194. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."*

Podemos dizer, portanto, que a Seguridade Social é gênero, dos quais são espécies Saúde, Assistência Social e Previdência Social.



O conceito constitucional da Seguridade Social não costuma causar quaisquer dificuldades de interpretação ou de memorização ao candidato. No entanto, muita atenção às palavras-chave destacadas abaixo, pois não são raras questões de provas abordando tais assuntos:

- As ações destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, Assistência Social e Previdência Social são ações *integradas*.
- As ações destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, Assistência Social e Previdência Social são de *iniciativa* dos "*Poderes Públicos*" e da "*Sociedade*".

Vejamos as principais características de cada uma das espécies que compõe a Seguridade Social:

3.2. SAÚDE

Destinatários: A saúde é direito de todos e dever do Estado. Assim sendo, os serviços públicos de saúde no Brasil se destinam a todos, sejam pobres ou ricos, necessitados ou abastados.

Contribuição: Os serviços públicos de saúde são gratuitos, independendo, portanto, de qualquer contribuição para a Seguridade Social.

A saúde será garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem:

- à redução do risco de doença e de outros agravos;
- acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua *regulamentação*, *fiscalização* e *controle*, devendo sua execução ser feita:

- diretamente
- através de terceiros
- por pessoa física ou jurídica de direito privado.

As ações e serviços públicos de saúde integram uma *rede regionalizada* e *hierarquizada* e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- *descentralização*, com direção única em cada esfera de governo;
- *atendimento integral*, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- *participação da comunidade*.

O sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento:

- da Seguridade Social;
- da União;
- dos Estados;
- do Distrito Federal;
- dos Municípios;
- outras fontes.

A assistência à saúde é *livre à iniciativa privada*.

As *instituições privadas* poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

Ao *sistema único de saúde compete*, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
- ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
- incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
- fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho

3.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Destinatários: A Assistência Social, conforme disposto no art. 203 da Constituição Federal, será prestada a quem dela necessitar. Assim sendo, a Assistência Social no Brasil não se destina a todos, mas apenas às **pessoas necessitadas**.

Contribuição: O art. 203 da CF também determina que a Assistência Social, assim como os serviços públicos de saúde, será prestada **independentemente de contribuição** à Seguridade Social.

Objetivos da **Assistência Social**:

- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento:

- da seguridade social;
- de outras fontes.

Tais ações, na área de *assistência social*, serão organizadas com base nas seguintes *diretrizes*:

- *descentralização político-administrativa*, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- *participação da população*, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

3.4. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Destinatários: A Previdência Social será destinada aos beneficiários, que são as pessoas que recebem ou possam vir a receber as prestações previdenciárias (benefícios e/ou serviços). Os beneficiários se dividem em segurados e dependentes.

Contribuição: Nos termos do Art. 201 da Constituição Federal, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória. Assim sendo, apenas os segurados que contribuam para a Previdência Social, bem como seus dependentes, poderão fazer jus às prestações previdenciárias (benefícios e/ou serviços). Ademais, toda pessoa física que exerça alguma atividade remunerada será, obrigatoriamente, filiada ao Regime Geral de Previdência Social, exceto se esta atividade gerar filiação obrigatória a Regime Próprio de Previdência.

Como vimos, a *previdência social* será organizada sob a forma *de regime geral*, de caráter *contributivo* e de *filiação obrigatória*, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- cobertura dos eventos de *incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada*;
- proteção à *maternidade*, especialmente à gestante;
- proteção ao *trabalhador* em situação de desemprego involuntário;
- *salário-família* e *auxílio-reclusão* para os dependentes dos segurados de *baixa renda*;

- *pensão por morte do segurado*, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

> *Equilíbrio financeiro* é a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do regime previdenciário em cada exercício financeiro.
>
> *Equilíbrio atuarial* é a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas a longo prazo.

Outrossim, relaciono abaixo outras importantes disposições constitucionais aplicáveis à Previdência Social, que poderão ser objeto de prova, as quais serão detalhadas durante o nosso curso:

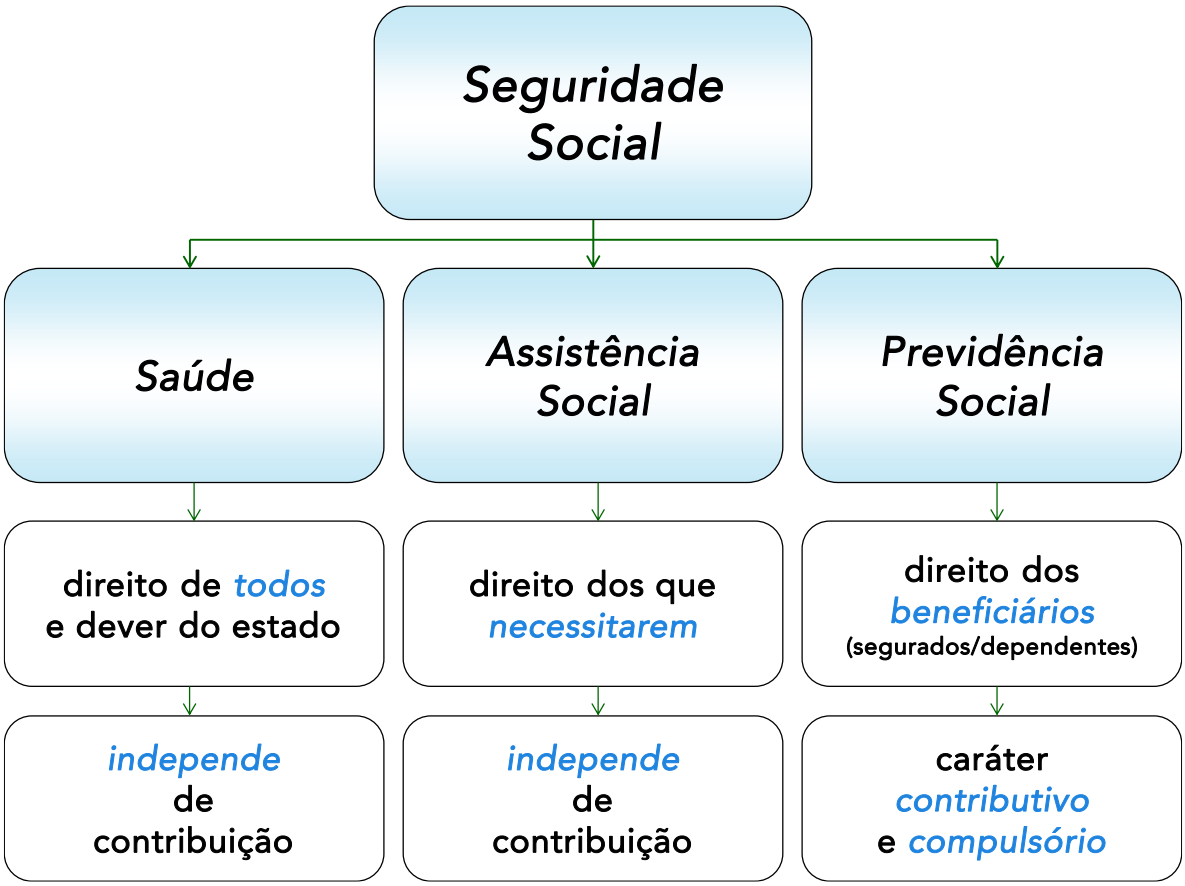
- É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados:
  - com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar;
  - cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

- As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
- É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

- A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
- São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais a seguir:
    - contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
    - Contribuição social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.
- A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, bem como a contribuição social do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar, serão não-cumulativas.
- O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.




ESTA CAI NA
PROVA!


Seguridade Social
Saúde
Assistência Social
Previdência Social
direito de todos e dever do estado
direito dos que necessitarem
direito dos beneficiários (segurados/dependentes)
independe de contribuição
independe de contribuição
caráter contributivo e compulsório

HORA DE PRATICAR!

Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(FCC - Juiz Do Trabalho - TRT 1ª Região – 2012)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações:

a) De iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

b) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

c) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

d) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

e) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

COMENTÁRIOS

Nesta questão o examinador cobra os seus conhecimentos a respeito da literalidade do artigo 194 da Constituição Federal, o qual em seu caput dispõe da seguinte forma:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Antes de analisarmos as assertivas, lembremos que o examinador pede pela alternativa CORRETA.

a) De iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Esta alternativa limita a competência no que tange as iniciativas das ações que compreendem a Seguridade Social exclusivamente à Sociedade, o que, conforme vimos no caput do artigo supracitado, também pode partir do Poder Público. Portanto, esta opção está **INCORRETA**.

b) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Ora, conforme também dispõe o art. 194 da CF/88 não há uma exclusividade de competência no que tange o provimento das ações da Seguridade Social por parte do Poder Público.

Aqui, vale uma dica "fora do tópico": fique atento, sempre que o examinador apresentar opções com máximas, tais como, "exclusivamente", "unicamente", "somente", etc... Em geral essas alternativas costumam apresentar erros.

Bom, no caso, conforme dissemos, a alternativa está **INCORRETA**.

c) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Aqui o examinador tenta confundir o candidato, praticamente repetindo a alternativa anterior, alterando apenas alguns elementos da assertiva. Contudo, pela mesma explicação que demos acima, esta alternativa também está **INCORRETA**.

d) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Está é a alternativa **CORRETA**, pois como podemos observar, ela literalmente "copia e cola" o texto do art. 194 (caput), apresentado na CF/88.

e) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Esta alternativa, embora apresente corretamente a competência no que tange as iniciativas das ações da Seguridade Social, termina por condicionar a implementação das ações a uma suposta materialidade, algo que, não está previsto no comando constitucional supracitado. Portanto, alternativa **INCORRETA**.

Gabarito: D

(FCC - Procurador De Contas – TCE/CE - 2015)

Nos termos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, a Seguridade Social compreende um conjunto de ações

a) integradas e de iniciativa exclusiva do Poder Público Federal e da sociedade, com destinação de garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

b) independentes e centralizadas, de iniciativa privativa dos Poderes Públicos, visando exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social.

c) integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

d) descentralizadas e concorrentes, de iniciativa privativa da União e dos Estados Membros, com objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social.

e) integradas e de iniciativa privativa dos Poderes Públicos com destinação à garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

COMENTÁRIOS:

Essa questão busca testar seus conhecimentos sobre o conceito Seguridade Social e pede que você assinale a alternativa CORRETA.

a) integradas e de iniciativa exclusiva do Poder Público Federal e da sociedade, com destinação de garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

Essa alternativa é incorreta, pois apesar de ser uma iniciativa integrada, não é exclusiva do Poder Público Federal e não tem nenhuma relação com os três itens citados (educação, cultura e desporto). Basta conferir no art. 194 da Constituição Federal.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Alternativa **INCORRETA**.

b) independentes e centralizadas, de iniciativa privativa dos Poderes Públicos, visando exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social.

Está incorreta, pois não é independente, nem centralizada, nem da iniciativa privativa e não visa exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social. Note que é muito comum o examinador trocar algumas palavras para tentar confundir o candidato. Por exemplo, trocar "integrado" por "centralizado". Fique atento e, sempre que puder, releia o texto puro da lei. Alternativa **INCORRETA**.

c) integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Repetindo o art. 194 da CF/88:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Como podemos ver no referido art. 194, essa alternativa é a correta, pois a seguridade social engloba direitos à saúde, assistência social e previdência, sendo os dois primeiros direitos garantidos ao cidadão sem nenhum tipo de contribuição. Alternativa **CORRETA**.

d) descentralizadas e concorrentes, de iniciativa privativa da União e dos Estados Membros, com objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social.

Conforme já visto em alternativas anteriores a seguridade social, não é de iniciativa privativa e nem tem o objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social. Alternativa **INCORRETA**.

e) integradas e de iniciativa privativa dos Poderes Públicos com destinação à garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

Mais uma vez, como já visto anteriormente a seguridade social não é de iniciativa privativa e não tem relação com educação, cultura e desporto. Alternativa **INCORRETA**

Gabarito: C

(CESPE - Defensor Público do Distrito Federal/2013)

Julgue o item a seguir, relativos à seguridade social e o acidente do trabalho.

Nos termos da CF, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa questão é **INCORRETA**, pois seguridade social abrange três áreas que são saúde, assistência social e previdência.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Cuidado com palavras como “exclusivamente”, “somente”, “unicamente” e afins....É comum o examinador selecionar uma alternativa que até estaria correta e torná-la incorreta, apenas inserindo uma dessas palavras.

Gabarito ERRADO

(CESPE - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área XXI/Consultor Legislativo/2014)

Acerca da seguridade social, julgue o item que se segue.

A previdência e a assistência social organizam-se com base em regime de caráter contributivo, razão pela qual somente serão prestadas aos segurados adimplentes com suas obrigações, diferentemente do direito à saúde, cujo atendimento independe de prévia contribuição por parte do beneficiário.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa assertiva está **ERRADA**, pois a assistência social e a saúde independem de qualquer tipo de contribuição. Dentro da Seguridade Social, o regime de caráter contributivo é encontrado apenas na Previdência Social.

O benefício de assistência social será prestado, a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme prevê o caput do art. 203, da Constituição Federal.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

Já a saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme consta no art. 196 da Constituição Federal.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Gabarito: ERRADO.

(CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa está **CORRETA**. Mais uma vez o examinador exige o conhecimento sobre o Art. 194 da Constituição Federal, bastando ler o caput artigo para encontrar a resposta da questão.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Gabarito: CERTO.

(CESPE - Analista de Gestão Educacional (SEDF)/Direito e Legislação/2017)

Julgue o próximo item, acerca do conceito e das fontes de custeio da seguridade social.

A seguridade social representa um conjunto de benefícios prestados pelo poder público ao trabalhador e aos membros de sua família, independentemente de contribuição.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está **INCORRETA**, pois somente saúde e assistência social são independentes de qualquer contribuição. A Previdência Social exige contribuição prévia.

Ademais, a Seguridade Social não representa apenas um conjunto de benefícios. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações, benefícios e serviços. Novamente o examinador exige seus conhecimentos sobre o art. 194 da Constituição Federal. Muita atenção às palavras utilizadas pelo legislador.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Gabarito: ERRADO.

(CESPE - Auditor de Controle Externo (TCE-PE)/Auditoria de Contas Públicas/2017)

Acerca do conceito e dos princípios da seguridade social no Brasil, julgue o item que se segue. A seguridade social representa um conjunto integrado de ações direcionadas à proteção exclusiva de trabalhadores que mantêm vínculo contributivo com algum órgão de assistência previdenciária.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Podemos responder essa afirmativa com base em 4 artigos da Constituição Federal art. 196, art. 201 e art. 203, conforme podemos conferir:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(...)

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a

(...)

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:(...)

Através da releitura desses artigos, podemos concluir que apenas a previdência social exige contribuição prévia. A Saúde e a Assistência Social serão oferecidas pela Seguridade Social independentemente de qualquer vínculo contributivo.

Gabarito: ERRADA.

(ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/2009)

A Constituição Federal de 1988 deu novo tratamento à Previdência Social no Brasil em relação às constituições pretéritas. O conceito de Seguridade Social colocado no Título da Ordem Social constitui em um novo paradigma constitucional à medida que:

a) a Previdência Social é vista como um direito social independente e não relacionado à Assistência Social.

b) a Previdência Social é vista como um subsistema da Saúde.

c) a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde.

d) Assistência Social e Previdência Social são conceitos jurídicos idênticos.

e) Saúde e Assistência Social são direitos sociais organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade.

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA CORRETA.

A resolução da presente questão tem por base o art. 194 da Constituição Federal, cujo texto transcrevemos a seguir:

"Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."

Podemos afirmar, portanto, que a Seguridade Social é gênero, dos quais são espécies a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social.

Tomando por base o texto constitucional citado, vamos à análise de cada alternativa:

a) a Previdência Social é vista como um direito social independente e não relacionado à Assistência Social. (**ERRADA**).

Não procede a afirmação da presente assertiva, pois nos termos do art. 194 da CF/88, a Saúde, a Previdência e a Assistência Social terão seus direitos assegurados por meio de ações INTEGRADAS, não sendo a Previdência Social, portanto, um direito social independente e não relacionado com a Assistência Social.

b) a Previdência Social é vista como um subsistema da Saúde. (**ERRADA**).

Não procede a afirmação da presente assertiva, pois nos termos do art. 194 da CF/88, a Previdência Social, bem como a Assistência Social e a Saúde, são subsistemas da Seguridade Social. Como vimos, a Seguridade Social é Gênero, dos quais são espécies a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social.

c) a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde. (**CORRETA**).

Conforme disposto no art. 194 da CF/88, a Saúde, a Previdência e a Assistência Social terão seus direitos assegurados por meio de ações INTEGRADAS, exatamente como disposto na presente assertiva.

d) Assistência Social e Previdência Social são conceitos jurídicos idênticos. (**ERRADA**).

Não procede a afirmação da presente assertiva. Apesar das ações da Seguridade Social ser integradas, visando assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência social, cada uma das espécies que compõe a Seguridade Social tem conceito jurídico próprio, conforme segue:

A Saúde é um direito de todos e dever do Estado, cujas disposições gerais estão disciplinadas pelos artigos 196 a 200 da CF/88.

A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, e tem suas disposições gerais disciplinadas pelos artigos 201 e 202 da CF/88.

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, cujas disposições gerais estão disciplinadas também na CF/88, nos artigos 203 e 204.

e) Saúde e Assistência Social são direitos sociais organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade. (**ERRADA**).

Não procede a afirmação da presente assertiva. Como já visto exaustivamente na solução das assertivas anteriores, a Saúde e a Assistência Social (bem como a Previdência Social) são direitos sociais que possuem finalidades e conceitos jurídicos distintos. Não obstante, terão os seus direitos assegurados através de ações integradas da Seguridade Social. O fato de a Seguridade Social realizar ações integradas não deve criar uma interpretação equivocada de que haverá necessidade de que tais direitos sociais sejam organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade.

Gabarito: C

(ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2009)

À luz da Organização da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:

I. Previdência Social, Educação e Assistência Social são partes da Seguridade Social;

II. a Saúde possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada;

III. a Previdência Social pode ser dada gratuitamente à população rural carente;

IV. a Assistência Social, por meio de sistema único e centralizado no poder central federal, pode ser dada a todos os contribuintes individuais da Previdência Social.

O número de itens errados é:

a) zero

b) um

c) dois

d) três

e) quatro

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a QUANTIDADE DE ITENS ERRADOS.

Vamos à análise de cada um dos itens:

Item I: Previdência Social, Educação e Assistência Social são partes da Seguridade Social. (**ERRADO**).

Assertiva incorreta, pois nos termos do art. 194 da CF/88, os direitos assegurados através da Seguridade Social são aqueles relativos a Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Assim sendo, podemos afirmar que a Seguridade Social é gênero, dos quais são espécies a Saúde, a Previdência e a Assistência Social. A educação, portanto, não faz parte do rol de direitos assegurados pela Seguridade Social.

Item II: a Saúde possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada. (**CORRETO**).

Assertiva correta. Nos termos do art. 196 da CF/88, a Saúde é direito de todos e dever do Estado, possuindo, portando, abrangência universal e sendo qualquer pessoa por ela amparada.

Item III: a Previdência Social pode ser dada gratuitamente à população rural carente. (**ERRADO**).

Assertiva incorreta, pois nos termos do art. 201 da CF/88, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, não podendo, portanto, ser oferecida gratuitamente à população urbana ou rural, ainda que carente.

Item IV: a Assistência Social, por meio de sistema único e centralizado no poder central federal, pode ser dada a todos os contribuintes individuais da Previdência Social. (**ERRADO**).

Assertiva incorreta. Nos termos do art. 203 da CF/88, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. Assim sendo, não são todas as pessoas por ela amparadas, mas apenas os necessitados. Ademais, as ações governamentais na área da assistência social serão organizadas de forma descentralizada, nos termos do art. 204, I, da CF/88.

Após analisarmos os itens acima, podemos afirmar que **3 (três) itens estão incorretos**.

Gabarito: D

(ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2009)

Maria Clara, empregada doméstica com deficiência física, e Antônio José, empresário dirigente de multinacional sediada no Brasil, desejam contribuir para o Regime Geral de Previdência Social e com isso gozar de todos os benefícios e serviços prestados pela Seguridade Social.

De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

a) Maria Clara e Antônio José podem participar da Assistência Social.

b) só Antônio José pode participar da Previdência Social.

c) só Antônio José pode participar de benefícios previdenciários.

d) Maria Clara pode usufruir dos serviços de Saúde pública em razão da sua deficiência física.

e) Maria Clara e Antônio José podem participar da Previdência Social.

COMENTÁRIOS:

Informações preliminares da questão: O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA CORRETA.

Preliminarmente, vamos mencionar as principais características de cada um dos direitos assegurados através da Seguridade Social:

Saúde: é um direito de todos e dever do Estado, cujas disposições gerais estão disciplinadas pelos artigos 196 a 200 da CF/88.

Previdência Social: será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, e tem suas disposições gerais disciplinadas pelos artigos 201 e 202 da CF/88.

Assistência Social: será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, cujas disposições gerais estão disciplinadas também na CF/88, nos artigos 203 e 204.

Vamos agora à análise de cada alternativa:

a) Maria Clara e Antônio José podem participar da Assistência Social. (**ERRADA**).

Assertiva incorreta. Nos termos do art. 203 da CF/88, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. Assim sendo, não são todas as pessoas por ela amparadas, mas apenas os necessitados. Desta forma, podemos concluir que Antônio José, por ser empresário dirigente de multinacional, por certo não será amparado pelos programas de Assistência Social.

b) só Antônio José pode participar da Previdência Social. (**ERRADA**).

Assertiva incorreta, pois nos termos do art. 201 da CF/88, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória. Na situação apresentada, não apenas Antônio José, mas também Maria Clara, devem necessariamente participar da Previdência Social, pois ambos exercem atividades que os enquadram como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social.

c) só Antônio José pode participar de benefícios previdenciários. (**ERRADA**).

Assertiva incorreta. Conforme mencionado na assertiva anterior, não apenas Antônio José, mas também Maria Clara, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social. Desta forma, ambos podem participar dos benefícios previdenciários.

d) Maria Clara pode usufruir dos serviços de Saúde pública em razão da sua deficiência física. (**ERRADA**).

Não procede integralmente a afirmação da presente assertiva. Nos termos do art. 196 da CF/88, a Saúde é direito de todos e dever do Estado, possuindo, portando, abrangência universal e sendo qualquer pessoa por ela amparada. Desta forma, Maria Clara pode usufruir dos serviços de Saúde pública, mas não em razão de sua deficiência física, como afirma a assertiva, pois o direito a saúde independe de sua condição de deficiente.

e) Maria Clara e Antônio José podem participar da Previdência Social. (**CORRETA**).

Assertiva correta. Na situação apresentada, Antônio José e Maria Clara podem participar da Previdência Social. Fazendo uma análise mais criteriosa, Antônio José e Maria Clara não apenas podem, mas devem necessariamente participar da Previdência Social, pois ambos exercem atividades que os enquadram como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social. Por fim, quem deve participar da Previdência Social, por certo pode fazê-lo.

Gabarito: E

(ADAPTADA / INÉDITA)

No âmbito da Seguridade Social, com sede na Constituição Federal/88 (art. 194), podemos afirmar que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à vida e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, conforme disposto no caput do art. 194 da CF/88. A "vida" não faz parte das ações da Seguridade Social.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA)

Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. Tal afirmação está em consonância com o conceito constitucional da Seguridade Social previsto no art. 194 da CF, pois a Previdência Social, a Saúde e Assistência Social são as três partes que compõe a Seguridade Social.

Gabarito: CERTO

(ADAPTADA / INÉDITA)

A saúde exige contribuição prévia.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. A saúde é direito de todos e dever do Estado. Assim sendo, os serviços públicos de saúde no Brasil se destinam a todos e independem de qualquer contribuição para a Seguridade Social.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA)

A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. A Assistência Social, conforme disposto no art. 203 da Constituição Federal, será prestada a quem dela necessitar. Assim sendo, a Assistência Social no Brasil não se destina a todos, mas apenas às pessoas necessitadas.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA)

Lucas, menor carente, de 13 anos, e Bruno, empresário bem-sucedido, de 21 anos, desejam participar de programas assistenciais e de saúde pública. De acordo com a situação-problema apresentada, é correto afirmar que Lucas e Bruno podem participar da Saúde.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. Como já vimos, os serviços públicos de saúde no Brasil se destinam a todos, sejam pobres ou ricos, necessitados ou abastados.

Gabarito: CERTO

(ADAPTADA / INÉDITA)

À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue o item a seguir: A Seguridade Social pode compreender ações de iniciativa da sociedade.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, conforme disposto no caput do art. 194 da CF/88. Portanto, a Seguridade Social pode compreender ações de iniciativa da sociedade.

Gabarito: CERTO

(ADAPTADA / INÉDITA)

A Constituição Federal de 1988 deu novo tratamento à Previdência Social no Brasil em relação às constituições pretéritas. O conceito de Seguridade Social colocado no Título da Ordem Social constitui em um novo paradigma constitucional à medida que a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde, conforme podemos observar pela leitura do caput do art. 194 da CF/88, haja vista tratar-se de um conjunto integrado de ações.

Gabarito: CERTO

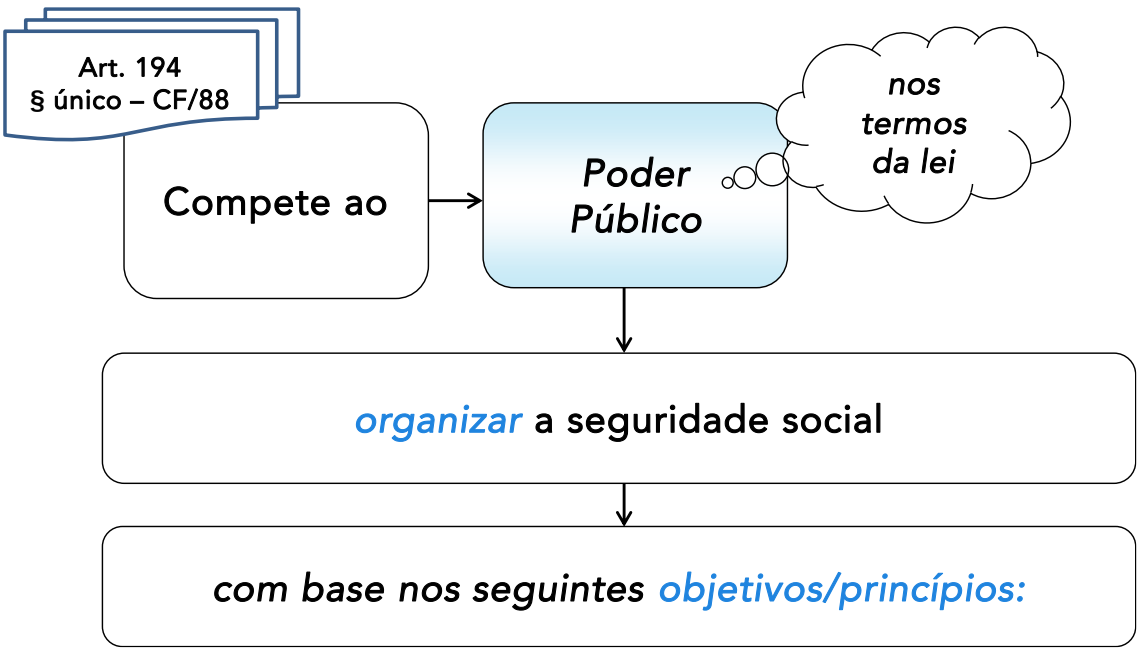
3.5. Organização e Princípios Constitucionais

Os princípios específicos da Seguridade Social encontram-se elencados no parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal. Além desses princípios, aplicam-se à Seguridade Social, também, alguns princípios gerais, tais como solidariedade, legalidade e igualdade.

O parágrafo único do art. 194 da CF/88 não utiliza o termo "princípios". Em seu lugar, o legislador constituinte preferiu usar o termo **"objetivos"**. Para fins de prova, as bancas de concursos às vezes utilizam o termo "princípios", outras vezes preferem utilizar o termo "objetivos". Assim sendo, considere-as como sinônimos para efeito de provas de concursos.

Uma importante informação que devemos extrair do *caput* do Art. 194 da Constituição Federal e memorizar para provas de concursos é:

- A Seguridade Social será **organizada** apenas pelo "**Poder Público**".



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(ADAPTADA / INÉDITA)

À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue o item a seguir: Compete ao Poder Público organizar a Seguridade Social nos termos da lei.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A organização da Seguridade social cabe ao Poder Público, conforme disposto no parágrafo único do art. 194 da CF/88.

Gabarito: CERTO

3.5.1. Universalidade da Cobertura e do Atendimento

O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento está elencado no art. 194, § único, I da CF/88. Trata-se, na verdade, de dois princípios em um. Para melhor entendimento, vamos dividi-lo em duas partes: a universalidade da *cobertura* e a universalidade do *atendimento*.

- Universalidade da Cobertura: a proteção social oferecida pela Seguridade Social deve alcançar todos os riscos sociais (infortúnios), aos quais quaisquer pessoas estão sujeitas, e que possam levá-las a uma condição de necessidade, tais como: maternidade, velhice, doença, acidente, invalidez, reclusão e morte.
- Universalidade do Atendimento*:* Visa tornar a Seguridade Social acessível a todas as pessoas, sejam nacionais ou estrangeiras.

Para evitar dúvidas acerca da aplicação desses princípios nas três áreas que compõe a Seguridade Social, vamos explicá-las individualmente:

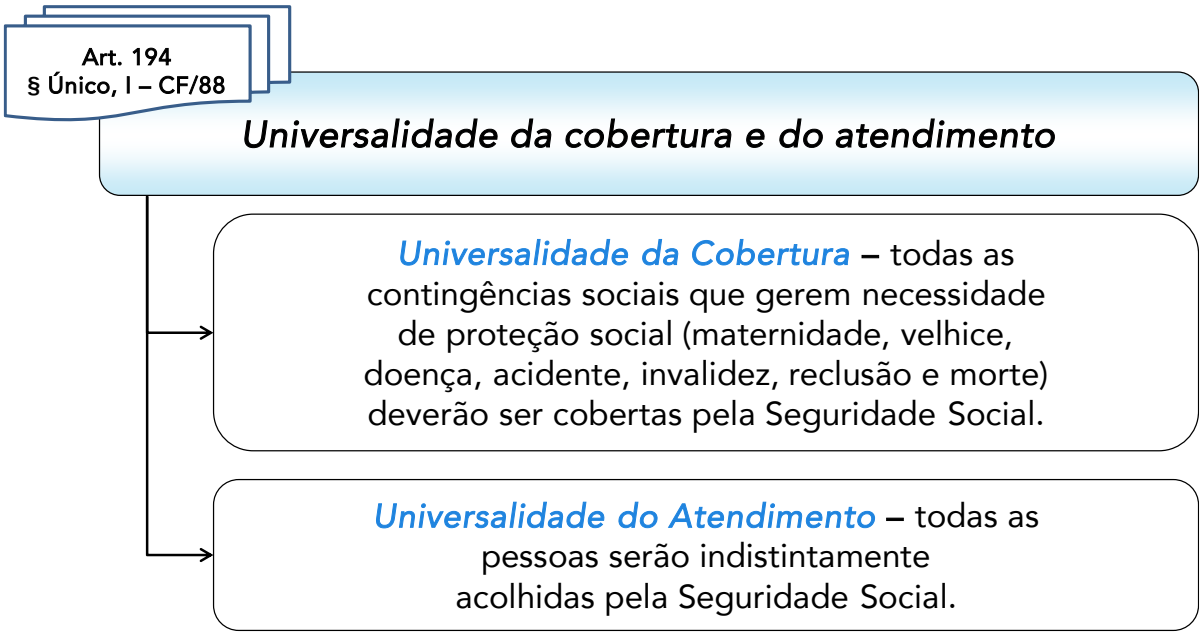
Saúde: Em relação à saúde, esses princípios são aplicados sem ressalva, pois, como vimos, qualquer pessoa pode ter acesso a tais serviços, independente de contribuição.

Assistência Social: Em relação à assistência social, todos aqueles que se enquadrem na condição de necessitados, terão acesso.

Previdência Social: Em relação à previdência social, todos, desde que contribuam, podem participar do sistema. Eis o problema: e se determinada pessoa não exerce atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório, como ter o amparo universal da

Previdência Social? Para responder esta pergunta e atender ao princípio constitucional da Universalidade do Atendimento, foi criada, no Regime Geral de Previdência Social – RGPS, a figura do segurado facultativo, que poderá ter cobertura previdenciária mesmo sem exercer atividade remunerada, desde que contribua volitivamente (por livre e espontânea vontade) para o sistema.

Vejamos a seguir o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento:



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

De acordo com o princípio da universalidade da seguridade social, os estrangeiros no Brasil poderão receber atendimento da seguridade social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está CORRETA. O princípio da universalidade é o primeiro do art. 194 da Constituição Federal sobre o assunto, e assim dispõe:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; (...)

O princípio da universalidade do atendimento tem por objetivo tornar a Seguridade acessível a todas as pessoas residentes no país, inclusive estrangeiras. Especificamente em relação à saúde, não há qualquer restrição. Assim sendo, até mesmo um estrangeiro que esteja passando férias no Brasil e não tenha direito a cobertura previdenciária nem assistencial, ainda assim terá direito a saúde.

E apesar de só ser atendido por um dos pilares da seguridade social, o estrangeiro no Brasil poderá ser atendido.

Gabarito: CERTO.

(CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016)

A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da seguridade social, julgue o seguinte item.

O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento implica no entendimento de que o Estado deve prover, por meio da seguridade social, gratuitamente e independentemente de contribuição, assistência social, saúde e previdência a todos que necessitam desses benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está ERRADA, pois assistência social e saúde realmente são gratuitos e independem de qualquer contribuição, sendo que a saúde é um direito de todos e a assistência social é direito daqueles que necessitem. No entanto, conforme estudamos, com a previdência é diferente. Previdência necessita sim de contribuição, possuindo caráter contributivo e obrigatório.

Gabarito: ERRADO

(CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

Com base no disposto no Decreto n.º 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue o item subsecutivo.

A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está CORRETA, para confirmar isso basta consultar o art. .1º do Decreto n.º 3.048/1999, que reproduz o que já está previsto no texto constitucional:

Art. 1º A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. A seguridade social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; (....).

Gabarito: CERTO.

(CESPE - Analista do Seguro Social/2016)

Com relação ao RGPS, julgue o item que se segue.

O RGPS tem como princípio a universalidade de cobertura, o que significa que os segurados vinculados a esse regime e seus dependentes têm direito aos mesmos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Parte dessa afirmativa está correta, quando o examinador diz que o RGPS tem como princípio a universalidade de cobertura. No entanto, quando ele diz que isso significa que os segurados vinculados a esse regime e seus dependentes têm direitos aos mesmos benefícios e serviços, isso está incorreto e pode ser observado ao longo de diversos dispositivos legais que regem o tema. Em nossas próximas aulas estudaremos os benefícios dos segurados e dos dependentes, onde poderemos perceber que segurados e dependentes não terão direito aos mesmos benefícios e serviços.

Gabarito: ERRADO.

(CESPE - Analista do Seguro Social/2016)

Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsecutivo.

Na organização da seguridade social, o objetivo da universalidade da cobertura e do atendimento diz respeito, mais diretamente, à política de previdência social, dada a superação de sua lógica securitária.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa está incorreta, pois: a) universalidade da cobertura, também chamado universalidade objetiva, significa que todos os riscos e contingências a que podem estar sujeitas as pessoas residentes no território nacional devem ser cobertos pelo sistema; b) universalidade do atendimento, também chamado universalidade subjetiva, significa que todas as pessoas residentes no território nacional devem ser atendidas pelo sistema.

Por fim, importante destacarmos ainda que a previdência social atende a quem contribui, a assistência social atende aos necessitados, sem depender de contribuição e a saúde atende a todos.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: universalidade da cobertura e do atendimento.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz fielmente o disposto no inciso I, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Segundo a universalidade da cobertura, a proteção social oferecida pela Seguridade Social deve alcançar todos os riscos sociais (infortúnios), aos quais quaisquer pessoas estão sujeitas, e que possam levá-las a uma condição de necessidade.

A universalidade do atendimento, por sua vez, visa tornar a Seguridade Social acessível a todas as pessoas.

Gabarito: CERTO.

(ADAPTADA / INÉDITA)

Quanto aos princípios constitucionais da Seguridade Social, é correto afirmar que a universalidade da cobertura e do atendimento significa a cobertura de todos os riscos, chamados riscos sociais, que podem atingir as pessoas que vivem em sociedade e que todos os residentes e domiciliados no território nacional - brasileiros e estrangeiros – devem ser atendidos pelo Sistema de Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. O enunciado da questão reproduz fielmente o conceito doutrinário referente ao princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, respectivamente.

Gabarito: CERTO.

3.5.2. Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais

O princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais está elencado no art. 194, § único, II da CF/88. Assim como o princípio anterior, vamos estudá-lo em duas partes: primeiro a uniformidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; em seguida, estudaremos a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

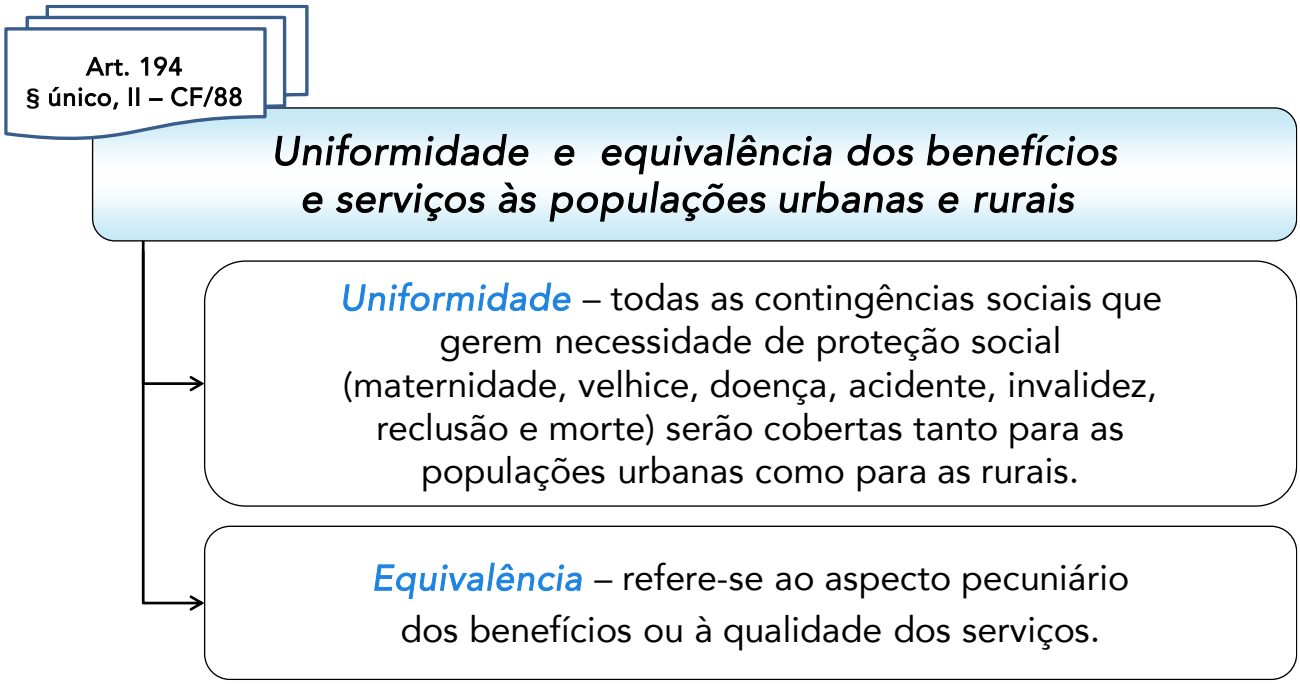
- *Uniformidade*: Refere-se à igualdade quanto aos eventos a serem cobertos para as populações urbanas e rurais. Assim sendo, diante das mesmas contingências (maternidade, morte, velhice, doença, etc.) a cobertura deverá se entender tanto a população urbana como rural.
- *Equivalência*: Refere ao valor pecuniário dos benefícios ou qualidade da prestação dos serviços, em relação às populações urbanas e rurais. Não quer dizer que os valores têm que ser idênticos. Quer dizer que, se as pessoas estiverem na mesma condição, não poderá haver diferenciação, devendo tais prestações ser, portanto, equivalentes.



ATENÇÃO: Esse é o único dos princípios relacionados no parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal onde são mencionadas as "populações urbanas e rurais". As provas de concursos costumam inserir esses termos "urbanos" e "rurais" em conjunto com outros princípios da Seguridade Social, para confundir o candidato, tornando, portando, errada a questão. Por exemplo: Pode ocorrer de a questão afirmar que um dos princípios da Seguridade Social é o princípio da Universalidade da Cobertura e do Atendimento às populações urbanas e rurais. Como acabamos de ver, tal assertiva deve ser considerada errada pelo candidato, pois, segundo o art. 194, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o princípio da Universalidade da Cobertura e do Atendimento não cita as populações urbanas e rurais em seu enunciado.

Portanto, não esqueçam: O único dos princípios relacionados no parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal que menciona as "populações **urbanas** e **rurais**" é o princípio da **uniformidade** e **equivalência** dos benefícios e serviços às populações **urbanas** e **rurais**.

Vejamos a seguir o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais:



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

CESPE - Técnico do Seguro Social/2016

Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte.

Os princípios que regem a previdência social incluem a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está CORRETA, nos termos do art. 2 da lei n.º 8.213/1991, pois a uniformidade e a equivalência dos serviços prestados e dos benefícios das populações urbanas e rurais é um dos princípios da previdência social.

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos: [...]

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

(...)

Gabarito: CERTO.

(ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Não podemos falar em prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais, pois contraria frontalmente o disposto no inciso II, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88, que determina como sendo um dos objetivo da Seguridade Social a "uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais", e não a prevalência de tais prestações às populações rurais, como afirma erroneamente o enunciado.

A **uniformidade** mencionada refere-se à igualdade quanto aos eventos a serem cobertos para as populações urbanas e rurais.

A **equivalência**, no entanto, refere-se ao valor pecuniário dos benefícios ou qualidade da prestação dos serviços, em relação às populações urbanas e rurais, devendo tais prestações ser equivalentes.



O único dos princípios constitucionais da Seguridade Social que menciona os "**trabalhadores urbanos** e **rurais**" é o princípio da **uniformidade** e **equivalência** dos benefícios e serviços às populações **urbanas** e **rurais**. Além disso, a mencionada uniformidade e equivalência se referem não apenas aos **benefícios**, mas também aos **serviços** prestados.

Gabarito: ERRADO

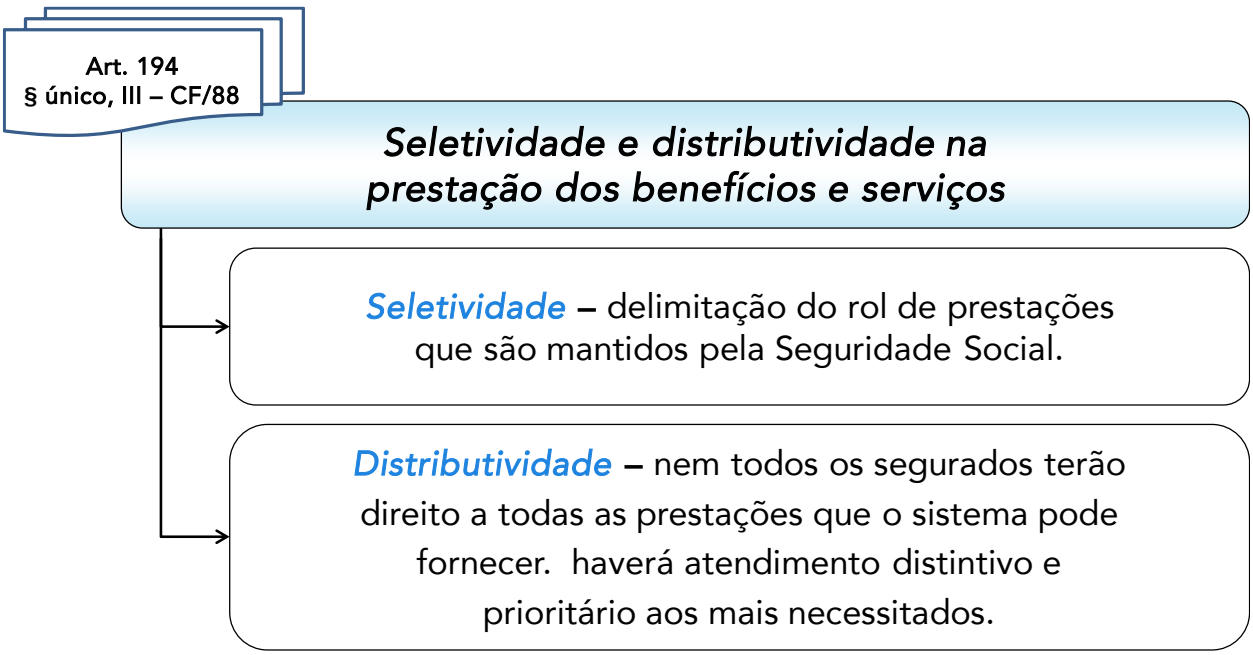
3.5.3. Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços

O princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços está elencado no art. 194, § único, III da CF/88. Assim como os princípios anteriores, vamos estudá-lo em duas partes: primeiro a seletividade na prestação dos benefícios e serviços; em seguida, estudaremos a distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

- Seletividade: Impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações, devendo definir, na lei orçamentária, onde aplicar os limitados recursos, dentro das ilimitadas demandas da sociedade, levando-se em conta as prestações sociais de maior relevância para o bem-estar, a justiça social e as possibilidades econômico-financeiras do sistema.

- Distributividade: Tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade. Como exemplo de distributividade podemos citar a assistência social, que é concedida apenas quem dela necessitar. Também podemos citar o auxílio-reclusão e o salário-família, concedidos não a todos os segurados, mas apenas aos segurados de baixa renda.

Vejamos a seguir o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre o princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços:



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso III, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

A **seletividade** impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações, devendo definir, na lei orçamentária, onde aplicar os limitados recursos, dentro das ilimitadas demandas da sociedade, levando-se em conta as prestações sociais de maior relevância e as possibilidades econômico-financeiras do sistema.

A **distributividade**, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade. Como exemplo de distributividade podemos citar a assistência social, que é concedida apenas quem dela necessitar. Também podemos citar o auxílio-reclusão e o salário-família, concedidos não a todos os segurados, mas apenas aos segurados de baixa renda.

Gabarito: CERTO.

(ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a seletividade na prestação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. O princípio da Seletividade na Prestação dos Benefícios e Serviços está previsto no art. 194, § único, inciso III da CF/88, mas não faz nenhuma referência às populações urbanas e rurais.

Gabarito: ERRADO

3.5.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios

O princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios está elencado no art. 194, § único, IV da CF/88.

Tal princípio, quando aplicado aos benefícios da Previdência Social, segundo entendimento emanado pelo art. 201, §4° da CF/88, bem como pelo art. 1°, parágrafo único, inciso IV, do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto 3.048/99, busca manter o valor real do benefício, ou seja, manter o poder aquisitivo do benefício para que o mesmo não seja corroído com a inflação do período, conforme podemos observar abaixo:

Constituição Federal/1988

Art. 201. (...)

§ 4° É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto ° 3.048/99)

Art. 1° A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. A seguridade social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes: (...)

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo;

(...)

Exemplo: Se o valor do benefício previdenciário for de R$ 2.000,00 e a inflação medida no período for de 10%, o mesmo deverá, segundo entendimento do RPS, aumentar para, no mínimo, R$ 2.200,00, mantendo-se seu valor real. Se o aumento foi para R$ 2.199,99 ou menos, houve redução do benefício previdenciário, pois o reajuste não manteve seu poder aquisitivo, considerando a inflação de 10%.



Ocorre, porém, que conforme entendimento do *Supremo Tribunal Federal – STF*, tal princípio constitucional, quando aplicável à Seguridade Social, visa apenas proteger o valor nominal do benefício, uma vez que o valor real do benefício previdenciário já está protegido pelo art. 201, §4º da CF/88, acima transcrito. Contudo, tal regra vale apenas para os benefícios da Seguridade Social (exceto para os benefícios previdenciários). Desta forma, podemos concluir que os benefícios da Assistência Social e da Saúde terão apenas seu valor nominal protegido, sem a necessidade de preservar o valor real.

Obs: Valor nominal é o valor numérico original, sem levar em conta qualquer reajuste pela inflação do período.

Exemplo: Se o valor do benefício de Seguridade Social (exceto o benefício previdenciário) for de R$2.000,00, o mesmo deverá, segundo a CF/88 e entendimento do STF, ser mantido, no mínimo, em seu valor nominal, que é R$ 2.000,00. Apenas se o valor for reduzido para R$ 1.999,99 ou menos, considerar-se-á violado o princípio em comento.

Assim sendo, apresentamos abaixo uma regra prática para você sempre acertar esta questão na prova:

1) Se a banca perguntar especificamente sobre **benefícios da Previdência Social (ou benefícios previdenciários)**:
   - Segundo a CF/88 e a legislação previdenciária: garantia da manutenção do VALOR REAL;
   - Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção do VALOR REAL.

2) Se a banca perguntar genericamente sobre **benefícios da Seguridade Social (sem especificar qual a área da Seguridade Social)**:
   - Segundo a CF/88: garantia da manutenção apenas do VALOR NOMINAL;
   - Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção apenas do VALOR NOMINAL.

3) Se a banca perguntar especificamente sobre **benefícios da Assistência Social ou da Saúde**:
   - Segundo a lei: garantia do VALOR NOMINAL;
   - Segundo a jurisprudência: garantia do VALOR NOMINAL.

Ou seja, podemos afirmar que a Assistência Social e a Saúde não têm a obrigação constitucional ou legal de reajustar seus benefícios pelo índice oficial de inflação, para garantir a preservação de seu valor. Busca-se garantir nestes casos, somente a manutenção do valor nominal destes benefícios. A Previdência Social, no entanto, é a única obrigada a reajustar seus benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.



ATENÇÃO: A irredutibilidade refere-se tão somente ao valor dos "benefícios", e não ao valor dos "serviços". Apenas os benefícios têm caráter pecuniário e poderiam, indevidamente, se sujeitar a eventual redução.

Por fim, cabe-nos fazer uma última pergunta sobre o tema:

- Se houver índice NEGATIVO de correção monetária (deflação)?

Para responder esta pergunta, temos que trazer a EMENTA do Recurso Especial (Resp) nº 1.265.580/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 18/4/12, conforme segue:

> *PROCESSUAL CIVIL E ECONÔMICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA QUE DETERMINOU CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IGP-M. ÍNDICES DE DEFLAÇÃO. APLICABILIDADE, PRESERVANDO-SE O VALOR NOMINAL DA OBRIGAÇÃO.*
>
> *1. A correção monetária nada mais é do que um mecanismo de manutenção do poder aquisitivo da moeda, não devendo representar, consequentemente, por si só, nem um "plus" nem um "minus" em sua substância. Corrigir o valor nominal da obrigação representa, portanto, manter, no tempo, o seu poder de compra original, alterado pelas oscilações inflacionárias positivas e negativas ocorridas no período. Atualizar a obrigação levando em conta apenas oscilações positivas importaria distorcer a realidade econômica produzindo um resultado que não representa a simples manutenção do*

primitivo poder aquisitivo, mas um indevido acréscimo no valor real. Nessa linha, estabelece o Manual de Orientação de Procedimento de Cálculos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal que, não havendo decisão judicial em contrário, 'os índices negativos de correção monetária (deflação) serão considerados no cálculo de atualização', com a ressalva de que, se, no cálculo final, 'a atualização implicar redução do principal, deve prevalecer o valor nominal' (Corte Especial, REsp 1.265.580/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 18/4/12).

2. Recurso Especial Provido.

Ou seja, os índices negativos de correção monetária (deflação) devem ser computados em todos os meses do ano para se apurar o índice final do período (em regra, de janeiro a dezembro). Contudo, se o resultado final do período for negativo, implicando em redução do valor principal, tal valor deve ser mantido, ou seja, em casos de cálculos que resultariam em redução de valor, deve prevalecer o valor nominal, ou seja, não haverá redução no valor do benefício, mesmo que o índice real fique negativo.

Vejamos o exemplo a seguir, para facilitar o entendimento:

Valor hipotético do benefício previdenciário: **R$ 2.000,00**

COMPETÊNCIA	ÍNDICE FICTÍCIO DE
01/2018:	+2,00%
02/2018:	+1,00%
03/2018:	-4,00%
04/2018:	-2,00%
05/2018:	+ 1,50%
06/2018:	+1,00%
07/2018:	+ 2,50%
08/2018:	- 3,50%
09/2018:	-3,00%
10/2018:	-1,00%
11/2018:	+2,00%
12/2018:	-1,50%
TOTAL NO ANO	***-5,00%***

Neste caso, como o cálculo final resultou num índice de -5,00% (deflação), o benefício não sofrerá redução, pois em caso de deflação, fica garantido o valor nominal de R$ 2.000,00 (valor hipotético, utilizado no exemplo).

Caso o índice tivesse ficado em, por exemplo, +3,00%, o benefício previdenciário teria que ter um reajuste mínimo de 3,00%, para garantir seu valor real (manutenção do poder aquisitivo de compra), passando de R$2.000,00 para R$ 2.060,00.

Obs: Os benefícios previdenciários sempre terão o valor nominal garantido em caso de deflação no cálculo final do período, para evitar que haja redução no valor do benefício previdenciário por conta do índice negativo de correção apurado ao final do período considerado.



Art. 194
§ único, IV – CF/88

Irredutibilidade do valor dos benefícios

Dica prática para prova:

Se a questão for referente à Seguridade Social

- **Constituição Federal**: veda apenas a ***redução do valor nominal dos benefícios de seguridade social.***
- **Jurisprudência (SFT):** veda apenas a ***redução do valor nominal dos benefícios de seguridade social.***

Se a questão for referente à Previdência Social

- **Constituição Federal e legislação previdenciária**: veda a ***redução do valor real dos benefícios previdenciários.***
- **Jurisprudência (STF)**: veda a ***redução do valor real dos benefícios previdenciários.***
- **Jurisprudência (STJ)**: veda a ***redução do valor nominal dos benefícios previdenciários em caso de deflação.***

Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(CESPE - Advogado da União/2015)

No que diz respeito à seguridade social, julgue o item a seguir.

Conforme a jurisprudência do STF, a irredutibilidade do valor dos benefícios é garantida constitucionalmente, seja para assegurar o valor nominal, seja para assegurar o valor real dos benefícios, independentemente dos critérios de reajuste fixados pelo legislador ordinário.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa que cobra o seu conhecimento sobre a jurisprudência do STF, está ERRADA, pois não é independente dos critérios de reajuste fixados pelo legislador ordinário. Para não deixar dúvidas, vejamos a elucidação da Suprema Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. REVISÃO. ARTIGO 201, § 4º, DA CB/88. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.

1. Este Tribunal fixou entendimento no sentido de que o disposto no artigo 201, § 4º, da Constituição do Brasil, assegura a revisão dos benefícios previdenciários ***conforme critérios definidos em lei****, ou seja,* ***compete ao legislador ordinário definir as diretrizes para conservação do valor real do benefício. Precedentes****. 2. Controvérsia decidida à luz de legislações infraconstitucionais. Ofensa indireta à Constituição do Brasil. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(STF – AI 668.444-AgR – Relator Ministro EROS GRAU – Segunda Turma – Julgamento em 13.11.2007 – Publicação em 07.12.2007)

(DESTAQUES NOSSOS)

Ou seja, segundo o STF quem deverá garantir a conservação do **valor real** do benefício é a **lei**. A Constituição Federal, segundo entendimento do STF, garante apenas a manutenção do seu valor nominal.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA) – Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: irredutibilidade do valor dos benefícios.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso IV, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Mas muita atenção: a irredutibilidade refere-se ao valor dos "benefícios". Já houve diversas provas em que a questão era apresentada, para confundir o candidato, afirmando indevidamente que um dos objetivos da Seguridade Social é a irredutibilidade do valor dos "serviços".

Gabarito: CERTO.

(ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a irredutibilidade do valor dos serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. O correto seria Irredutibilidade do Valor dos Benefícios, conforme disposto no art. 194, § único, inciso IV da Constituição Federal. Não há previsão para Irredutibilidade do Valor dos Serviços, pois os serviços não têm valor pecuniário e não podem, portanto, ter seus valores reduzidos ou aumentados.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA)

Segundo a organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, podemos afirmar que o valor dos benefícios pode ser diminuído gradativamente.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Um dos objetivos da Seguridade Social proíbe a diminuição do valor dos benefícios, conforme disposto no art. 194, § único, inciso IV da Constituição Federal, que dispõe sobre a Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA)

Quanto aos princípios constitucionais da Seguridade Social, é correto afirmar que o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, significa a irredutibilidade do valor real, protegendo-os do fenômeno inflacionário.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, tal princípio visa apenas proteger o valor nominal do benefício, uma vez que o valor real já está protegido pelo art. 201, §4º da CF/88.

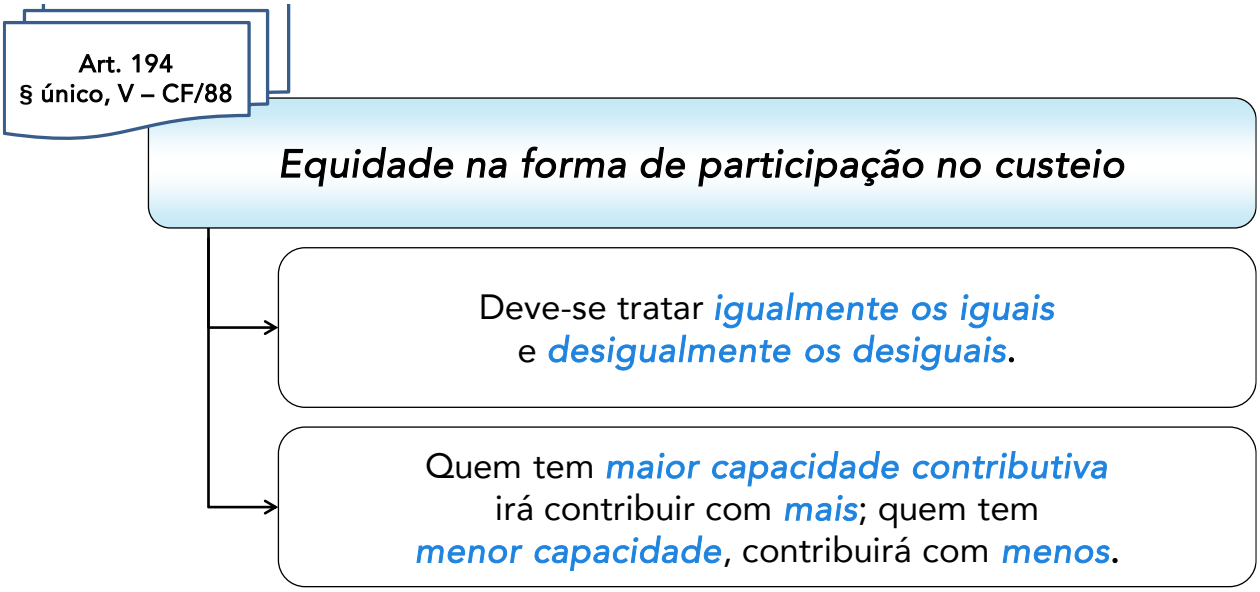
Gabarito: ERRADO

3.5.5. Equidade na Forma de Participação no Custeio

O princípio da Equidade na Forma de Participação no Custeio está elencado no art. 194, § único, V da CF/88. Tal princípio busca a observância dos critérios de justiça e igualdade, e consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Estabelece, também, que a contribuição para o sistema será determinada de acordo com a capacidade econômica de cada contribuinte, ou seja, quem tem maior capacidade contributiva deverá contribuir com mais; quem tem menor capacidade, com menos.

> Exemplo: É com base neste princípio que se estabelece, por exemplo, uma tabela de contribuição progressiva para os segurados empregados, trabalhadores avulsos e empregados domésticos, determinando que a contribuição dos citados segurados seja calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o salário de contribuição mensal (7,5%, 9%, 12% e 14%). Também pelo princípio da equidade pôde o legislador cobrar maiores alíquotas das instituições financeiras (22,5%), se comparadas às empresas em geral (20%). Também haverá uma contribuição simplificada e favorecida para as microempresas e empresas de pequeno porte, etc.

Vejamos a seguir o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre esse princípio:



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(CESPE - Especialista em Assistência Penitenciária/Serviço Social/2015)

Com referência à política social e legislação social, julgue o item subsequente.

Os objetivos da seguridade social, embasados em ações de discriminação positiva, visam alcançar a universalidade da cobertura e do atendimento e a equidade na forma de participação dos segurados.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A questão aborda regras da seguridade social, tratando especificamente da Previdência Social.

A assertiva está **CORRETA**, apesar de o examinador ter buscado rebuscar m pouco a linguagem, quando do uso da expressão "ações de discriminação positiva". Para verificar isso basta consultarmos o art.194 da Constituição Federal:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis especificadas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservando o caráter contributivo da previdência social;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito: CERTO.

(ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/Geral/2012)

Assinale a opção incorreta.

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

a) universalidade da cobertura e do atendimento, de modo.

b) prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

d) irredutibilidade do valor dos benefícios.

e) equidade na forma de participação no custeio.

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA INCORRETA.

A resolução da presente questão tem por base o parágrafo único e respectivos incisos do art. 194 da Constituição Federal, cujo texto reproduzimos a seguir:

"Art. 194. ...

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis especificadas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservando o caráter contributivo da previdência social;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados."

Tais objetivos são também denominados, tanto pela doutrina como pelas bancas de concursos, como princípios constitucionais específicos da Seguridade Social. Tais princípios também são reproduzidos no parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 8.212/91.

Tomando por base o texto constitucional citado, vamos à análise de cada alternativa:

a) universalidade da cobertura e do atendimento, de modo. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz o disposto no inciso I, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Outrossim, a banca reconheceu o erro tipográfico consistente em adição da expressão "de modo", ao final da presente alternativa, o que, segundo ela, não prejudica o quesito nem torna a opção juridicamente incorreta. A banca afirmou que, do ponto de vista jurídico, tanto faz se a expressão esteja presente, como ausente.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

b) prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais. (**ASSERTIVA ERRADA**).

Não podemos falar em prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais, pois contraria frontalmente o disposto no inciso II, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. O correto seria "uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais".

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, essa será a alternativa a ser assinalada.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso III, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

d) Irredutibilidade do valor dos benefícios. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso IV, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

e) equidade na forma de participação no custeio. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso V, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

Gabarito: B

(ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: equidade na forma de participação no custeio.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso V, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Tal princípio busca, como já estudamos, a observância dos critérios de justiça e igualdade, e consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Estabelece, também, que a contribuição para o sistema será determinada de acordo com a capacidade econômica de cada contribuinte, ou seja, quem tem maior capacidade contributiva deverá contribuir com mais; quem tem menor capacidade, com menos.

Gabarito: CERTO.

(ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar que está previsto na CF/88, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a equidade na cobertura.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. O correto seria Equidade na Forma de Participação no Custeio, conforme disposto no art. 194, § único, inciso V da CF/88. Não há previsão para equidade na cobertura, conforme afirma o enunciado da questão.

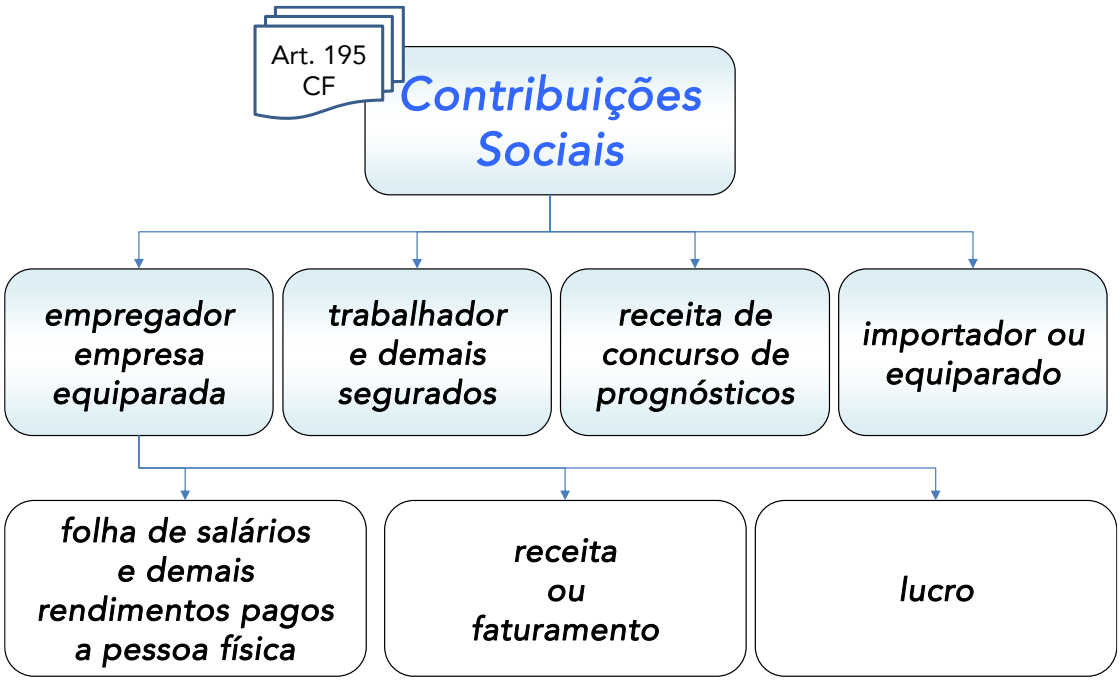
Gabarito: ERRADO.

3.5.6. Diversidade da Base de Financiamento

O princípio da Diversidade da Base de Financiamento está elencado no art. 194, § único, VI da CF/88. O citado princípio busca garantir a arrecadação de contribuições, de modo que a base de financiamento da seguridade social seja a mais variada possível, tendo diversas fontes de custeio. Dessa forma, haverá maior segurança para o sistema, pois caso

haja dificuldades na arrecadação de contribuições de determinada fonte, haverá outras para lhe suprir a falta.

A própria Constituição Federal, em seu art. 195, elenca, com base no princípio da diversidade da base de financiamento, as contribuições sociais para a Seguridade Social:



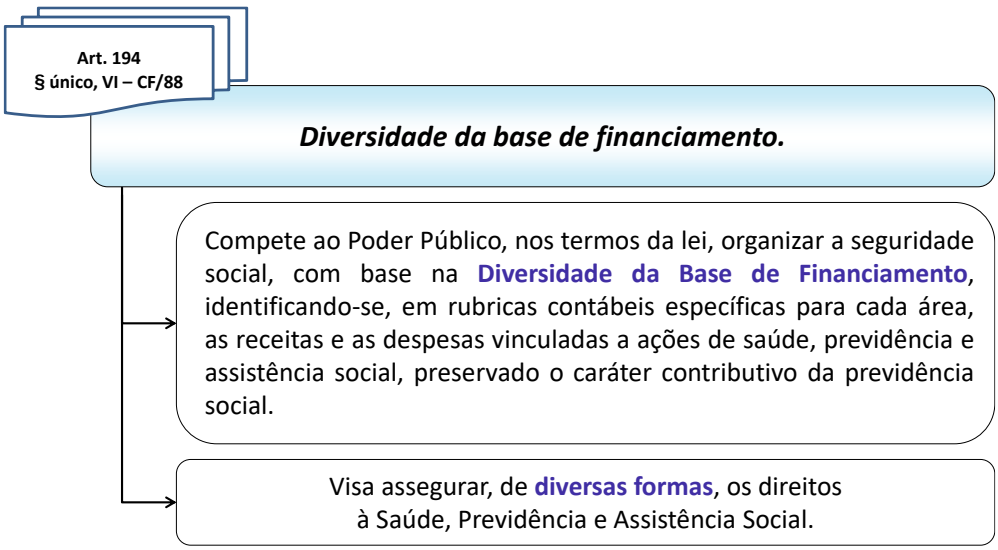
Cabe ressaltar a possibilidade de que sejam criadas contribuições sociais além das citadas, tendo em vista a competência residual da União em relação às contribuições sociais, prevista no art. 195, §4° da CF/88. Tal assunto será estudado detalhadamente na próxima aula.



NOVIDADE!

O texto constitucional ainda destaca a necessidade de se identificar, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservando o caráter contributivo da previdência social. Em outras palavras, deve haver a especificação em cada receita ou despesa da seguridade social da área para a qual ela está sendo destinada.

Vejamos a seguir o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre o princípio da diversidade da base de financiamento:



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/2009)

Tendo em vista os princípios e diretrizes da Seguridade Social, nos termos do texto da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção incorreta.

a) Diversidade da base de financiamento.

b) Universalidade da cobertura e do atendimento.

c) Equidade na forma de participação no custeio.

d) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços.

e) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA INCORRETA.

A resolução da presente questão tem por base o parágrafo único e respectivos incisos do art. 194 da Constituição Federal, cujo texto reproduzimos a seguir:

"Art. 194. ...

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis especificadas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservando o caráter contributivo da previdência social;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados."

Tais objetivos são também denominados, tanto pela doutrina como pelas bancas de concursos, como princípios constitucionais específicos da Seguridade Social.

Tomando por base o texto constitucional citado, vamos à análise de cada alternativa:

a) Diversidade da base de financiamento. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso VI, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

b) Universalidade da cobertura e do atendimento. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso I, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

c) Equidade na forma de participação no custeio. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso V, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

d) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços. (**ASSERTIVA ERRADA**).

Como podemos observar na leitura atenta do inciso IV, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88, a irredutibilidade aplica-se apenas aos benefícios. Os benefícios são prestações dotadas de conteúdo

pecuniário, como, por exemplo, uma aposentadoria ou um auxílio doença. Os serviços, por sua vez, não possuem natureza pecuniária. Assim sendo, não há previsão para a irredutibilidade do valor dos serviços. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, essa será a alternativa a ser assinalada.

e) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. (**ASSERTIVA CORRETA**).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso II, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

Gabarito: D.

(ADAPTADA / INÉDITA)

Com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, encontra-se a Universalidade da base de financiamento.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Conforme disposto no art. 194, § único, inciso I da Constituição Federal, o correto seria Universalidade da Cobertura e do Atendimento. Também estaria correto se a assertiva afirmasse Diversidade da Base de Financiamento, conforme disposto no art. 194, § único, inciso VI da Constituição Federal. Universalidade da Base de Financiamento, como trazido pela questão, não existe na CF/88.

Gabarito: ERRADO.

(ADAPTADA / INÉDITA)

A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos da Seguridade Social. Entre os quais, está correto a unicidade da base de financiamento.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Entre os objetivos da Seguridade Social, elencados no art. 194, § único da CF/88, não se encontra a unicidade da base de financiamento. O correto seria afirmar a previsão da diversidade da base de financiamento, conforme disposto no art. 194, § único, inciso VI da Constituição Federal.

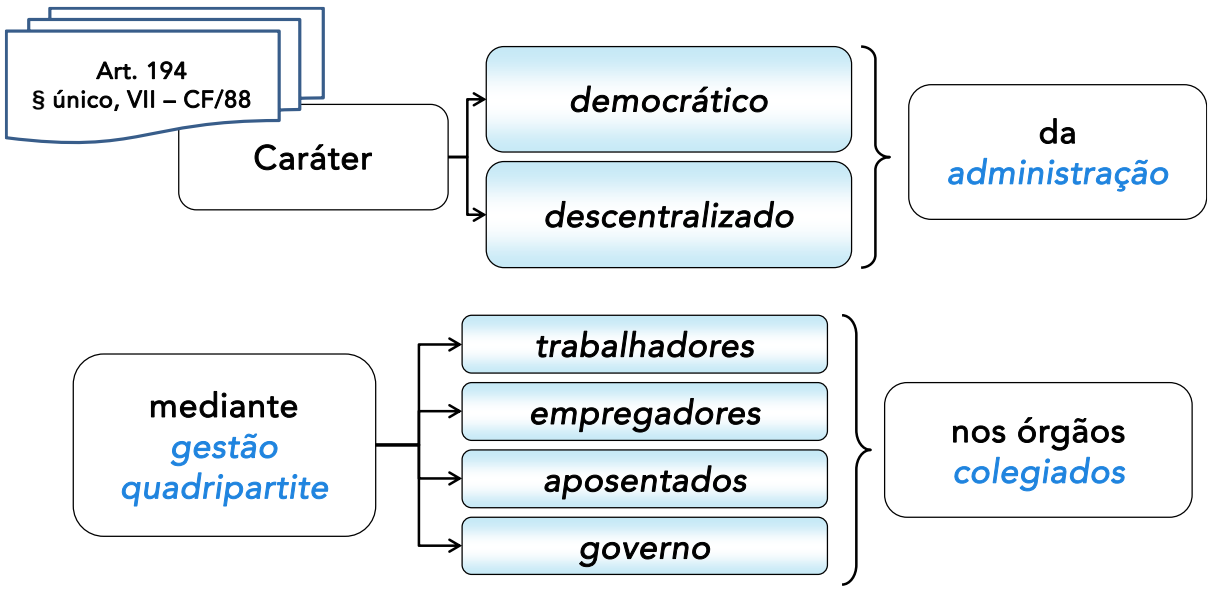
Gabarito: ERRADO.

3.5.7. Caráter Democrático e Descentralizado da Administração, Mediante Gestão Quadripartite, com Participação dos Trabalhadores, dos Empregadores, dos Aposentados e do Governo nos Órgãos Colegiados.

Tal princípio está elencado no art. 194, § único, VII da CF/88. Assegura a participação da sociedade na gestão da Seguridade Social, ou seja, deixa de ser administrada exclusividade do Poder Público, e passa a ser compartilhada com integrantes da sociedade civil, tendo, portanto, caráter democrático e descentralizado, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do próprio governo, em órgãos de deliberação colegiados.

> Exemplo: O Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, por exemplo, é um órgão superior de deliberação colegiada, tendo como objetivo precípuo o estabelecimento do caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa e que, entre outras atribuições, deverá estabelecer diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social. O CNPS será composto por 6 representantes do governo federal e 9 representantes da sociedade civil, dos quais 3 representam os aposentados e pensionistas, 3 representam os trabalhadores e outros 3 representam os empregadores.

Vejamos, a seguir, o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre o caráter democrático e descentralizado da administração da Seguridade Social, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados:





Temos aqui importantes informações que podemos extrair deste princípio, as quais deverão ser memorizadas pelo candidato, acerca da Seguridade Social:

- Caráter democrático e descentralizado da administração.
- Gestão quadripartite.
- Gestão com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do governo.
- Participação por meio de Órgãos Colegiados

Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(CESPE - Analista Judiciário (TRT 10ª Região) / Judiciária / "Sem Especialidade"/2013 (e mais 1 concurso)

Com base nas disposições emanadas do direito previdenciário, julgue o item abaixo.

O princípio do caráter democrático da administração da seguridade social preconiza que sua gestão será quadripartite, com a participação da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa está INCORRETA, pois a gestão quadripartite da Seguridade Social, nos termos da CF/88, é composta por

- Trabalhadores;

- Empregadores;

- Aposentados;

- Governo.

Assim sendo a primeira parte da afirmativa está correta, conforme o inciso VII do parágrafo único, do Art 194 da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 194. (...)

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:[…]

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito: ERRADO.

CESPE - Defensor Público do Distrito Federal/2013

Julgue o item a seguir, relativo à seguridade social e a acidente do trabalho.

Entre os objetivos em que se baseia a organização da seguridade social no Brasil inclui-se o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa, novamente testa o seu conhecimento sobre o art., 194 da Constituição Federal. Conforme o inciso VII do parágrafo único, do referido artigo, podemos concluir que a assertiva está errada, poia a gestão da Seguridade Social é quadripartite, a não tripartite, com a participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo em órgãos colegiados.

Art. 194. (...) Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: […]

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito: ERRADO

(FCC - Auditor – TCE/CE - 2015)

Em relação às disposições legais sobre organização e princípios da Seguridade Social previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

a) Uma das diretrizes da Previdência Social é o seu caráter centralizado, com direção única em cada esfera de governo.

b) As ações e serviços públicos de Saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com natureza facultativa, solidária e contributiva.

d) A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos expressos da Previdência Social.

e) Em razão da diversidade da base de financiamento, não há uniformidade e equivalência entre os benefícios às populações urbanas e rurais.

COMENTÁRIOS:

Essa questão pede para que você selecione a alternativa CORRETA e testa os seus conhecimentos sobre seguridade social (conceituação geral), conforme diversos artigos da CF/88, os quais exploraremos abaixo, conforme as alternativas.

Analisemos as assertivas:

a) Uma das diretrizes da Previdência Social é o seu caráter centralizado, com direção única em cada esfera de governo.

Para quem já estudou um pouco o texto constitucional, a palavra "centralizado" já salta aos olhos, não é? Ora, essa alternativa está incorreta, pois a Seguridade Social, que abrange saúde, assistência social e previdência, pelo artigo 194 da Constituição Federal, possui caráter descentralizado.

Art. 194 ...

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Alternativa **INCORRETA**.

b) As ações e serviços públicos de Saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

Conforme consta no Art. 198 da Constituição Federal, podemos concluir que essa alternativa é a CORRETA, senão vejamos:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Portanto, alternativa **CORRETA**

c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com natureza facultativa, solidária e contributiva.

Aqui, o examinador tentou confundir o candidato misturando alguns conceitos de "assistência social" com de "previdência social". Contudo, essa alternativa está claramente incorreta, pois assistência social, assim

como a saúde, são independentes de qualquer contribuição, conforme podemos verificar logo no caput do art. 203, abaixo reproduzido em sua integra:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Portanto, alternativa **INCORRETA**.

d) A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos expressos da Previdência Social.

Essa alternativa também está INCORRETA, pois promoção e integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos da assistência social e não da previdência social. Mais uma vez, o examinador tenta confundir o candidato misturando conceitos de "Previdência" com "Assistência". Bom a esta altura já deu para você perceber que esse tipo de pegadinha é muito comum. Portanto, fique atento.

Alternativa **INCORRETA**.

e) Em razão da diversidade da base de financiamento, não há uniformidade e equivalência entre os benefícios às populações urbanas e rurais.

Essa alternativa está incorreta, pois conforme previsto no inciso II, parágrafo único, do art. 194 da Constituição Federal, um dos objetivos da Seguridade Social é a equivalências de direito entre os benefícios e serviços das populações urbanas e rurais. Tal fato não tem nada que ver com a diversidade da base de financiamento.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

(...)

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

Portanto, Alternativa **INCORRETA**

Gabarito: B

(ADAPTADA / INÉDITA)

Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, monocrática e quadripartite.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, democrática e quadripartite. A assertiva está errada por afirmar que a gestão ocorre de forma monocrática.

Gabarito: ERRADO

(ADAPTADA / INÉDITA)

Segundo a organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, podemos afirmar que a gestão da Seguridade Social é ato privativo do Poder Público.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social dar-se-á de forma quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do próprio governo nos órgãos colegiados, não sendo, portanto, ato privativo do poder público.

Gabarito: ERRADO

3.5.8. Solidariedade

O princípio da Solidariedade está elencado no art. 3°, I da CF/88, que assim dispõe:

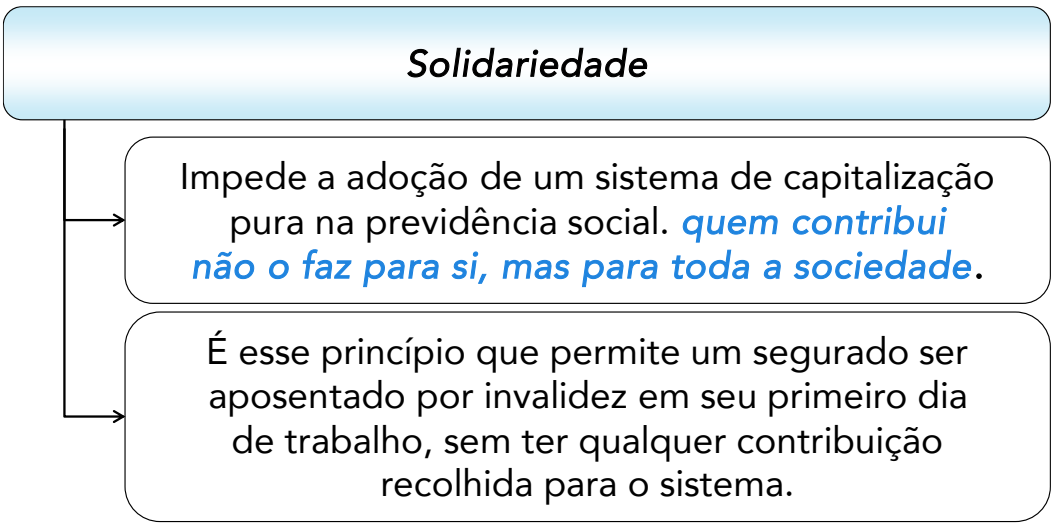
> *"Art. 3° Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e **solidária**;"*

O citado princípio busca reduzir as desigualdades sociais, permitindo que alguns contribuam mais para o sistema, enquanto outros contribuam menos, de acordo com suas condições financeiras e demais características individuais previstas em lei.

Vale a regra de quem contribui não o faz para si, mas para toda a sociedade. Não se trata de um regime de capitalização, onde cada segurado contribui para uma conta vinculada em seu nome e para seu próprio benefício. A solidariedade é uma contribuição para o sistema, não apenas visando o seu próprio direito, mas sim visando o bem comum, ou seja, o direito de toda a coletividade.

> Exemplo: Imaginemos um trabalhador que, ao final do seu primeiro dia de trabalho, saiu para comemorar o novo emprego com os amigos. Ficou embriagado e imprudentemente voltou dirigindo para casa. No trajeto, sofreu um acidente e ficou definitivamente incapaz para o trabalho. Independentemente da natureza ou da causa do acidente, o empregado acidentado terá direito de se aposentar por invalidez, mesmo sem ter ainda qualquer contribuição recolhida para o sistema.

Vejamos a seguir o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre esse princípio:



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2014)

Sobre o princípio constitucional da solidariedade, próprio do direito previdenciário, julgue os itens a seguir, classificando-os como certos ou errados. Em seguida, assinale a opção correta.

I. A solidariedade é a justificativa elementar para a compulsoriedade do sistema previdenciário, pois os trabalhadores são coagidos a contribuir em razão da cotização individual ser necessária para a manutenção de toda a rede protetiva, e não para a tutela do indivíduo, isoladamente considerado.

II. A solidariedade é pressuposto para a ação cooperativa da sociedade, sendo essa condição fundamental para a materialização do bem-estar social, com a necessária redução das desigualdades sociais.

III. É a solidariedade que justifica a cobrança de contribuições pelo aposentado que volta a trabalhar.

IV. A solidariedade impede a adoção de um sistema de capitalização pura em todos os segmentos da previdência social.

a) Apenas I está correta.

b) Apenas I e II estão corretas.

c) Apenas I, II e III estão corretas.

d) Apenas II e III estão corretas.

e) Todos os itens estão corretos.

COMENTÁRIOS:

Com base na nossa introdução teórica, já temos condições de analisar as assertivas da questão:

I – A Previdência Social possui caráter contributivo e compulsório. Assim sendo, os trabalhadores são coagidos a contribuir em razão da cotização individual ser necessária para a manutenção de toda a rede protetiva. (ASSERTIVA **CORRETA**).

II - A solidariedade é sim um pressuposto para a ação cooperativa da sociedade, pois a contribuição não pertence a quem contribuiu, mas sim a todo e qualquer beneficiário do sistema. Tal princípio constitucional é medida necessária para a redução das desigualdades sociais, pois o mais afortunado contribui com mais e o mais carente, em regra, é quem mais utiliza os benefícios do sistema, apesar de contribuir com menos. (ASSERTIVA **CORRETA**).

III - A solidariedade justifica a cobrança de contribuições pelo aposentado que volta a trabalhar, pois, como já sabemos, quem contribui não o faz para si, mas sim para toda a sociedade. (ASSERTIVA **CORRETA**).

IV - Atualmente, são duas as formas existentes para gerar os recursos que se transformarão em benefícios no sistema previdenciário: o Regime de Repartição e o Regime de Capitalização. Especificamente em relação à Previdência Social, a solidariedade, como já vimos, realmente impede a adoção de um sistema de capitalização pura, como encontramos nos regimes de previdência complementar privado. Nos segmentos da previdência social, a contribuição deverá, obrigatoriamente, respeitar o princípio constitucional da solidariedade, onde a contribuição é direcionada para o sistema, não apenas visando o seu próprio direito, mas sim visando o bem comum, ou seja, o direito de toda a coletividade. (ASSERTIVA **CORRETA**).

Conforme apresentamos acima, todos os itens estão corretos.

Gabarito : E

3.5.9. Anterioridade Nonagesimal ou Mitigada

O princípio da Anterioridade Nonagesimal ou Mitigada está previsto no art. 195, §6° da CF/88, que assim dispõe:

> *Art. 195. (...) "§6° As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b""*

Trata-se de um princípio que tem por objetivo proteger o contribuinte do fator surpresa, para que ele possa, durante o prazo de 90 dias, ajustar seu planejamento financeiro e readequar seu orçamento, preparando-o para o aumento da carga tributária, visando o efetivo pagamento de tais contribuições.



JURISPRUDÊNCIA

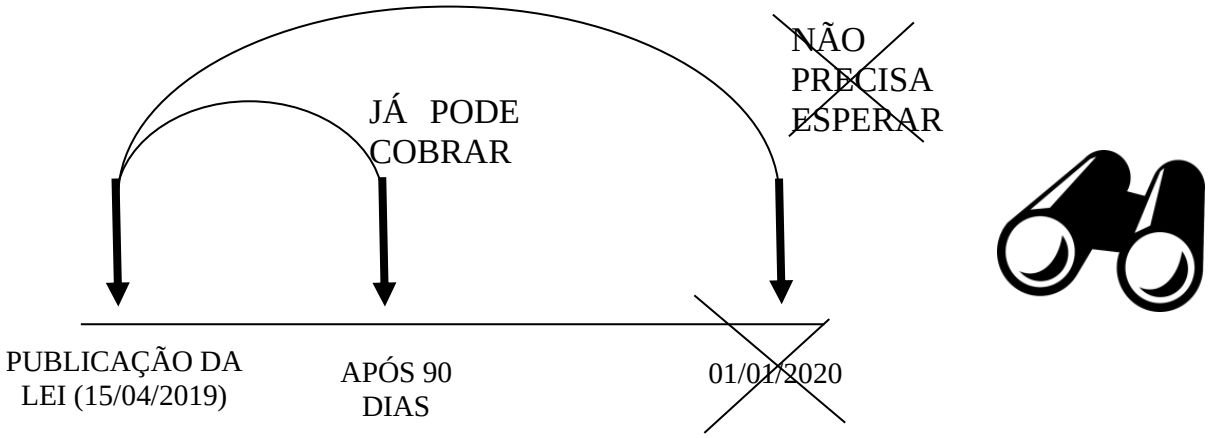
As modificações incidentes nas contribuições sociais para Seguridade Social, mencionadas no art.195, §6° da CF/88, são apenas modificações que possam repercutir negativamente no patrimônio do contribuinte, ou seja, essa "modificação" deverá ser interpretada apenas como "instituição" ou "majoração", conforme entendimento do próprio STF.

Em relação às contribuições para a Seguridade Social, basta que se respeite o prazo de 90 dias contados da publicação da lei que houver instituído ou modificado (majorado) a

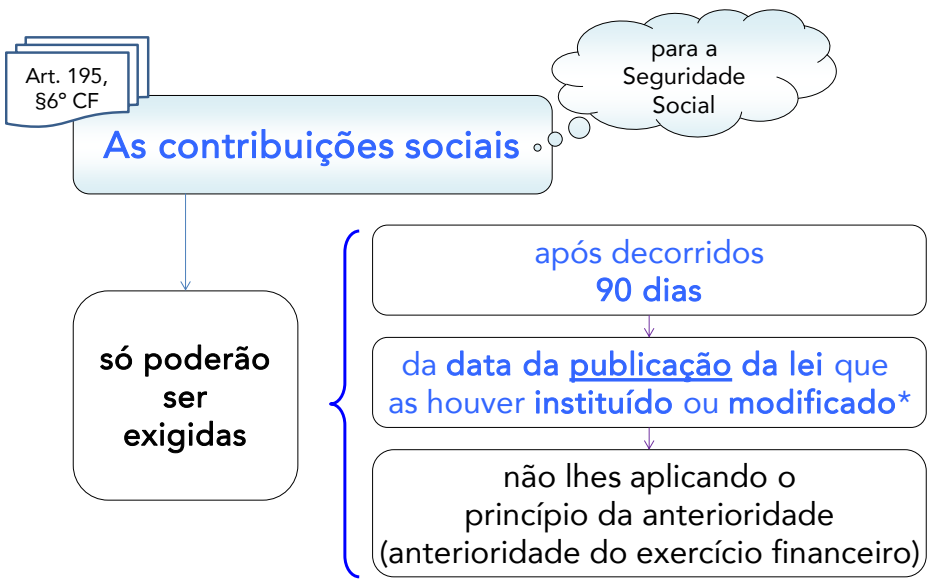


contribuição social, não havendo necessidade de se respeitar o "princípio da anterioridade" previsto no art. 150, III, "b" da CF/88.

> **Exemplo**: Caso seja publicada uma lei aumentando a alíquota de contribuição social em abril de um determinado ano, não há a necessidade de o poder público esperar até o primeiro dia do exercício seguinte (ano calendário seguinte) para efetuar a cobrança utilizando-se das novas alíquotas, bastando respeitar, tão somente, o lapso temporal de 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que majorou a respectiva contribuição social.



Vejamos a seguir o diagrama com o resumo das informações mais importantes sobre esse princípio:



Vejamos como tais assuntos já foram cobrados em prova:

(FCC - Procurador Autárquico – MANAUSPREV - 2015)

A seguridade social será financiada mediante recursos provenientes dos poderes públicos e de algumas contribuições sociais de particulares. Sobre estas últimas, após a criação por lei, somente poderão ser exigidas:

a) após decorridos 120 dias.

b) no dia seguinte da sua criação.

c) no exercício financeiro seguinte ao ano da criação.

d) após decorridos 45 dias.

e) após decorridos 90 dias.

COMENTÁRIOS:

Essa questão busca ver se você tem conhecimentos sobre o art. 195 da CF/88, que a pesar de um pouco longo, é de suma importância para o candidato. Para analisar as alternativas, vamos rever o referido artigo em seu caput e, especificamente, seu § 6º:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

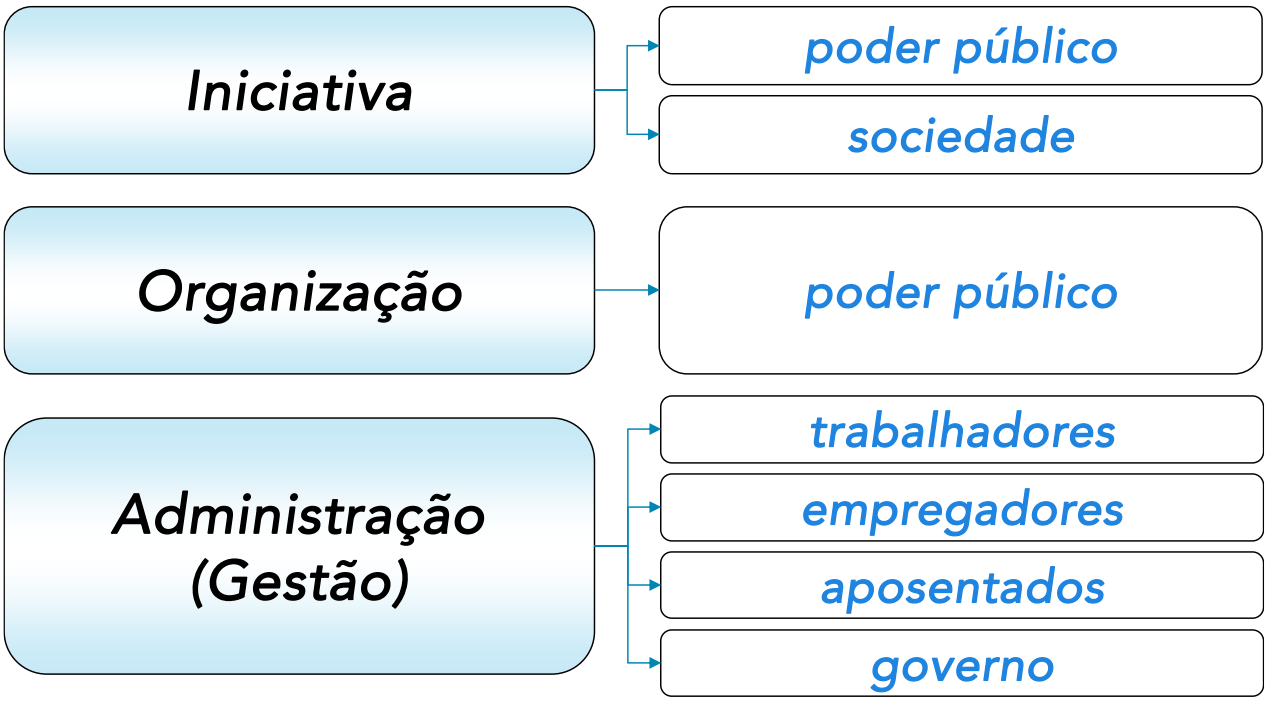
[...]

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

Como podemos ver, o § 6º estabelece que as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da publicação da lei, portanto, sem dúvidas, conhecendo o dispositivo legal, podemos marcar o "x" na alternativa E.

Gabarito: E

3.6. QUADRO DE PALAVRAS-CHAVE





PAUSA PARA ANOTAÇÕES



Vamos dar uma parada. Você se deparou com diversas informações importantes. Anote tudo o que você acha que pode te causar problemas. Certamente você fará bom uso de suas anotações. Pronto, agora é com você. Mãos à obra.

“Todo esforço sempre é recompensado!”

4. RESUMO DA AULA



- ✓ Podemos dizer que a Seguridade Social é gênero, dos quais são espécies Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

- ✓ As ações destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, Assistência Social e Previdência Social são ações integradas.

- ✓ As ações destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, Assistência Social e Previdência Social são de iniciativa dos "Poderes Públicos" e da "Sociedade".

- ✓ Saúde se destina a *todos*. Tem caráter *não contributivo*.

- ✓ Assistência Social se destina aos *necessitados*. Tem caráter *não contributivo*.

- ✓ Previdência Social se destina apenas aos *beneficiários* (*segurado + dependente*). Tem caráter *contributivo* e *compulsório*.

- ✓ A Seguridade Social será organizada apenas pelo "Poder Público".

- ✓ A Seguridade Social terá assegurado o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite (participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e governo nos órgãos colegiados).

- ✓ A Saúde é um direito de todos e possui caráter não-contributivo.

- ✓ A Assistência Social será prestada apenas aos necessitados e possui caráter não-contributivo.

- ✓ A Previdência Social será destinada apenas aos **segurados** e seus **dependentes** e terá caráter **contributivo** e de filiação **obrigatória**.

- ✓ Devemos memorizar a **literalidade** de todos os objetivos (princípios constitucionais) da Seguridade Social – art. 194, § único da CF/88, pois são frequentemente exigidos em provas da banca.

    - ✓ **Universalidade da Cobertura**: a proteção social oferecida pela Seguridade Social deve alcançar todos os riscos sociais (infortúnios), aos quais quaisquer pessoas estão sujeitas, e que possam levá-las a uma condição de necessidade, tais como: maternidade, velhice, doença, acidente, invalidez, reclusão e morte.

    - ✓ **Universalidade do Atendimento**: Visa tornar a Seguridade Social acessível a todas as pessoas, sejam nacionais ou estrangeiras

    - ✓ **Uniformidade**: Refere-se à igualdade quanto aos eventos a serem cobertos para as populações urbanas e rurais. Assim sendo, diante das mesmas contingências (maternidade, morte, velhice, doença, etc.) a cobertura deverá se entender tanto a trabalhadores urbanos como rurais.

    - ✓ **Equivalência**: Refere ao valor pecuniário dos benefícios ou qualidade da prestação dos serviços, em relação às populações urbanas e rurais. Não quer dizer que os valores têm que ser idênticos. Quer dizer que, se as pessoas estiverem na mesma condição, não poderá haver diferenciação, devendo tais prestações ser, portanto, equivalentes.

    - ✓ **Seletividade**: Impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações, devendo definir, na lei orçamentária, onde aplicar os limitados recursos, dentro das ilimitadas demandas da sociedade, levando-se em conta as prestações sociais de maior relevância para o bem-estar, a justiça social e as possibilidades econômico-financeiras do sistema.

✓ Distributividade: Tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade.

✓ Irredutibilidade do valor dos Benefícios:

Especificamente sobre benefícios da Previdência Social (ou previdenciários):

- Segundo a CF/88 e a legislação previdenciária: garantia da manutenção do VALOR REAL;
- Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção do VALOR REAL.
- Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção do VALOR NOMINAL, em caso de deflação.

Genericamente sobre benefícios da Seguridade Social (sem especificar qual a área da Seguridade Social):

- Segundo a CF/88: garantia da manutenção apenas do VALOR NOMINAL;
- Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção apenas do VALOR NOMINAL.

Especificamente sobre benefícios da Assistência Social ou da Saúde:

- Segundo a lei: garantia do VALOR NOMINAL;
- Segundo a jurisprudência: garantia do VALOR NOMINAL.

✓ Equidade na Forma de Participação no Custeio: Tal princípio busca a observância dos critérios de justiça e igualdade, e consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Estabelece, também, que a contribuição para o sistema será determinada de acordo com a capacidade econômica de cada contribuinte.

✓ Diversidade da Base de Financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservando o caráter contributivo da previdência social: busca garantir a arrecadação de contribuições, de modo que a base de financiamento da seguridade social seja

a mais variada possível, tendo diversas fontes de custeio. Dessa forma, haverá maior segurança para o sistema.

- ✓ **Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados**: princípio assegura a participação da sociedade na gestão da Seguridade Social, ou seja, deixa de ser administrada exclusividade do Poder Público, e passa a ser compartilhada com integrantes da sociedade civil, tendo, portanto, caráter democrático e descentralizado, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do próprio governo, em órgãos de deliberação colegiados.

- ✓ **Solidariedade**: busca reduzir as desigualdades sociais, permitindo que alguns contribuam mais para o sistema, enquanto outros contribuam menos, de acordo com suas condições financeiras e demais características individuais previstas em lei.

✓ As contribuições sociais para a Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos **noventa dias** da data da publicação da lei que as houver **instituído** ou **modificado (aumentado)**, não se lhes aplicando o princípio da anterioridade do exercício financeiro.

5. QUESTÕES COMENTADAS



Lista dos exercícios para consolidação do conhecimento

1. (CESPE – Analista Portuário – EMAP – 2018)

O sistema de seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos, que se destinam à garantia de saúde, previdência e assistência à sociedade.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A questão envolve o assunto mais cobrado pelas bancas na disciplina de direito previdenciário: princípios e objetivos da Seguridade Social. Para respondermos, devemos conhecer o art. 194 da Constituição Federal, o qual deve estar "no sangue":

> *Art. 194. A seguridade social compreende um* ***conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade****, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(grifos nossos)*

Pelo caput do artigo 194 vemos que a seguridade social não é um conjunto de ações exclusivas dos poderes públicos, mas sim um conjunto integrado de ações tanto do poder público como da sociedade, tornando a assertiva ERRADA.

Gabarito: ERRADO.

2. (CESPE – Analista Judiciário STM – Serviço Social – 2018)

A previdência social e a assistência social visam assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Vejamos a literalidade da Lei 8.212/91:

> *Art. 3° A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.*
>
> *(...)*
> *Art. 4° A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.*

Vejam que o enunciado atribuiu incorretamente à assistência social a definição a Previdência Social.

Gabarito: ERRADA.

---

3. (CESPE – Analista Judiciário – STM – 2018)

Acerca da Lei n.° 8.212/1991, que dispõe sobre a seguridade social, julgue o item a seguir.

A previdência social e a assistência social visam assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A questão tenta misturar os conceitos entre as áreas de Seguridade Social. Vejamos as definições da Lei 8.212/91:

> *Art. 3º A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.*
>
> *Art. 4º A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.*
>
> *(grifos nossos)*

Quem visa assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente é somente a previdência social, e não a previdência social e a assistência social como afirmado.

Gabarito: ERRADA.

---

4. (CESPE – Analista Judiciário STM – Serviço Social – 2018)

Acerca da Lei n.º 8.212/1991, que dispõe sobre a seguridade social, julgue o item a seguir.

Os princípios e diretrizes da seguridade social incluem a participação da iniciativa privada na assistência à área da saúde, desde que obedecidos os preceitos constitucionais.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Para respondermos à questão, devemos recorrer à Lei 8.212/91, que elenca princípios aplicáveis especificamente à Saúde, um dos sistemas da Seguridade Social.

> *Art. 2º A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*
>
> *(...)*

f) participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

A questão está conforme o texto legal, ou seja, empresas privadas podem prestar serviços na área da Saúde, como por exemplo temos os hospitais particulares, entretanto, devem ser observados os princípios constitucionais.

Gabarito: CERTO.

---

5. (CESPE- Analista Judiciário – PGE PE – 2019)

Acerca da seguridade social, julgue o item seguinte.

O princípio da universalidade de cobertura da seguridade social assegura a concessão de todos os benefícios e serviços a todas as pessoas que deles necessitarem, independentemente de contribuição.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A questão aborda o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, previsto no artigo 194 da Constituição Federal:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; (...)

Entretanto, para respondermos à questão, não precisamos conhecer apenas o texto constitucional, devemos ir além. Veja que o enunciado afirma que o princípio da universalidade da cobertura da seguridade social assegura a concessão de todos os benefícios e serviços às pessoas que deles necessitarem, independentemente de contribuição. Isso é verdade?

Devemos nos lembrar que a seguridade social é formada pela saúde, previdência e assistência social. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento tem por objetivo atender a todos, indistintamente, inclusive estrangeiros de passagem pelo país. O princípio tem maior aplicação na Saúde, uma vez que esta é devida a todos. A Previdência Social é devida a quem com ela contribuir e a Assistência Social é devida a quem dela necessitar. Como a previdência

social é devida a quem com ela contribuir, não é correto afirmar que haverá a concessão de todos os benefícios da seguridade social sem contribuição, concordam? Ninguém receberá uma aposentadoria por idade, por exemplo, sem o tempo mínimo de contribuição. Então, a afirmação do enunciado está totalmente equivocada.

Gabarito: ERRADO.

---

6. (CESPE – Analista Judiciário – STJ – 2018)

Com relação à organização e aos princípios do sistema de seguridade social brasileiro, julgue o item a seguir.

O princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços está relacionado à seleção dos riscos sociais e à extensão da proteção patrocinada pelo Estado a todas as pessoas.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Apesar de a demanda da sociedade ser alta, os recursos públicos são limitados, não havendo a possibilidade de se cobrir todos os riscos sociais a todas as pessoas, cabendo ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social.

O princípio da seletividade diz respeito a quais contingências sociais serão cobertas pela seguridade social e o princípio da distributividade está relacionado com a seleção das pessoas que serão atendidas por cada prestação.

A questão está correta ao afirmar que o princípio à seleção dos riscos sociais, mas está incorreta ao relacionar o princípio com a extensão da proteção do Estado a todas as pessoas, uma vez que a distributividade prega, justamente, a delimitação do rol de pessoas atendidas, tornando a questão errada.

Gabarito: ERRADO.

---

7. (CESPE – Analista Judiciário STJ- 2018)

O princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços está relacionado à seleção dos riscos sociais e à extensão da proteção patrocinada pelo Estado a todas as pessoas.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Vejamos os princípios da seletividade e distributividade a ser observados na organização da seguridade social:

A **seletividade** impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações que serão prestadas pela Seguridade Social, selecionando os riscos e contingências que serão atendidos dentro das possibilidades do financeiras do Poder Público.

A **distributividade**, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade.

A questão está correta ao afirmar que o princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços está relacionado à seleção dos riscos sociais e à extensão da proteção patrocinada pelo Estado. Entretanto, existe um erro no fim da assertiva ao afirmar que a prestação será **a todas as pessoas**. O princípio da distributividade informa que as prestações serão destinadas às pessoas com maior necessidade. Não haverá a cobertura a todas as pessoas, de acordo com este princípio.

O princípio que prega que as prestações serão destinadas a todas as pessoas é o princípio da **Universalidade da Cobertura e do Atendimento**.

Gabarito: ERRADO.

---

8. (CESPE – Procurador Municipal – Prefeitura Boa Vista – 2019)

A respeito de princípios constitucionais relativos à seguridade social, julgue o item a seguir.

O princípio da diversidade da base de financiamento é imprescindível para a manutenção da saúde financeira e atuarial do sistema de seguridade social, uma vez que reduz o risco de desequilíbrio do orçamento direto e indireto desse sistema.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Para respondermos à questão, vamos primeiro entender o que ela diz, já que temos muitas palavras difíceis no enunciado, concordam? Vamos começar pelo artigo 201 da CF:

> *Art. 201. A previdência social será **organizada sob a forma de regime geral**, de **caráter contributivo e de filiação obrigatória**, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a (...)*
>
> *(grifos nossos)*

Sabemos que a previdência social possui caráter contributivo, e o texto da CF diz que deve ser mantido o equilíbrio financeiro e atuarial. De forma bem simplificada, o equilíbrio financeiro e atuarial representa a "saúde"do sistema previdenciário, ou seja, as despesas são iguais ou menores que as receitas e o sistema possui condições financeiras de manter os benefícios previdenciários.

Entre os princípios elencados no art. 194 da Constituição Federal, o que mais diz razão ao equilíbrio financeiro e atuarial é o princípio da **diversidade da base de financiamento.** Tal princípio visa garantir fontes variadas de custeio para a seguridade social, buscando a obtenção de recursos para sustentabilidade do sistema.

> *CF. Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...)*
>
> *VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;*

Que já estudou finanças pessoais, com certeza já ouviu os analistas financeiros falarem que não devemos manter nossos investimentos em um ativo só, que devemos diversificar. O mesmo acontece com o financiamento da seguridade social, ou seja, não pode se confiar em apenas uma fonte de financiamento, pois se houver qualquer problema nessa fonte, ocorre um desequilíbrio no sistema.

Por tudo o exposto, a questão estão CORRETA.

Gabarito: CERTO.

---

9. (CESPE – Analista Judiciário STM – Serviço Social – 2018)

Acerca da Lei n.° 8.212/1991, que dispõe sobre a seguridade social, julgue o item a seguir.

Constitui princípio e diretriz da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de membros da comunidade, entre os quais, os empresários.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

O enunciado orienta que devemos responder a questão conforme a Lei 8.212/91. Portanto, vejamos o seu texto:

> *Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *(...)*
> *Parágrafo único. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:*
> *(...)*
>
> *g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.*
>
> *(grifos nossos)*

Conforme o texto da Lei, o enunciado está correto ao afirmar que os empresários participam da gestão administrativa da seguridade social por meio dos órgãos descentralizados. Vamos também nos lembrar que o texto da CF prevê o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito: CERTA.

---

10. (CESPE – Procurador do Município de Manaus – 2018)

Constitui objetivo da seguridade social manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A assertiva está errada ao afirmar que a gestão da seguridade social será tripartite. Conforme o texto constitucional, entre os princípios da seguridade social está o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito: ERRADA.

---

11. (CESPE – Auditor Estadual – TCM BA – 2018)

O princípio da seguridade social que estabelece a proporcionalidade da contribuição social para o sistema conforme a condição financeira dos seus contribuintes denomina-se

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

b) seletividade e distributividade.

c) equidade na forma de participação do custeio.

d) diversidade da base de financiamento.

e) uniformidade e equivalência de benefícios.

COMENTÁRIOS:

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

O princípio da universalidade da cobertura preconiza que a proteção oferecida pela seguridade social deve alcançar todos os riscos sociais. O principio da universalidade do atendimento visa a estender a proteção social a todas as pessoas, independente de nacionalidade ou outros fatores. Portanto, o princípio não tem relação com o enunciado. Alternativa INCORRETA.

b) seletividade e distributividade.

Apesar de a demanda da sociedade ser alta, os recursos públicos são limitados, não havendo a possibilidade de se cobrir todos os riscos sociais a todas as pessoas, cabendo ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social.

O princípio da seletividade diz respeito a quais contingências sociais serão cobertas pela seguridade social e o princípio da distributividade está relacionado com as pessoas que serão atendidas pelas prestações. Portanto, o princípio não tem relação com o apresentado no enunciado. Alternativa ERRADA.

c) equidade na forma de participação do custeio.

Este princípio estabelece que a contribuição será determinada de acordo com a capacidade econômica do contribuinte. Esse é o princípio tratado no enunciado. Alternativa CORRETA.

d) diversidade da base de financiamento.

O princípio da diversidade da base de financiamento busca garantir fontes variadas para custeio da seguridade social, de forma a garantir o equilíbrio financeiro do sistema. Alternativa ERRADA.

e) uniformidade e equivalência de benefícios.

A uniformidade preconiza que a seguridade social deve oferecer cobertura aos mesmos riscos sociais a todos, em outras palavras, a proteção à doença, maternidade, morte, invalidez e idade avançada deve ser oferecida tanto à população urbana quanto à população rural. Já a equivalência se refere ao valor pecuniário dos benefícios oferecidos. O valor não deverá necessariamente ser igual, mas deverá ser equivalente. Não é o princípio tratado no enunciado. Alternativa INCORRETA.

Gabarito: C.

---

12. (CESPE-Procurador do Estado de Pernambuco – 2018)

Conforme a doutrina, o princípio previdenciário que representa o sistema de repartição da seguridade social e garante a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais é o princípio da

a) Uniformidade da base de financiamento.
b) Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.
c) Solidariedade.
d) Equidade na forma de participação do custeio.
e) Diversidade da base de financiamento.

COMENTÁRIOS:

Esta questão aborda os princípios da Seguridade Social e pede que assinalemos a alternativa CORRETA.

a) Uniformidade da base de financiamento.

Não existe o princípio com o nome de uniformidade da base de financiamento. Temos o princípio da **uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais** e o princípio **diversidade da base de financiamento**. Alternativa **INCORRETA**.

b) Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.

A **seletividade** impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações que serão prestadas pela Seguridade Social, selecionando os riscos e contingências que serão atendidos dentro das possibilidades do financeiras do Poder Público.

A **distributividade**, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade.

Dessa forma, o princípio não se relaciona com o enunciado. Alternativa **INCORRETA**.

c) Solidariedade.

O princípio da **solidariedade** preconiza que a contribuição feita a Previdência Social não será sempre revertida em benefício próprio, mas será destinada a garantir a sustentabilidade do sistema. É esse o princípio que garante a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais.

Além disso, o princípio da solidariedade é fundamental para a manutenção dos sistemas previdenciários de Repartição Simples, em que os pagamentos dos benefícios em manutenção são financiados pelos pagamentos dos contribuintes do sistema.

Portanto, este é o princípio mencionado no enunciado. Alternativa **CORRETA**.

d) Equidade na forma de participação do custeio.

O princípio da **equidade na forma de participação no custeio** preconiza, basicamente, que a contribuição para o sistema será de acordo com a capacidade econômica do contribuinte. Basicamente, "quem pode mais, paga mais". Alternativa **INCORRETA**.

e) Diversidade da base de financiamento.

O princípio da **diversidade da base de financiamento** preconiza que as fontes de financiamento da Seguridade Social serão diversas, com a participação de toda a sociedade, de forma que seja possível manter o equilíbrio financeiro do sistema. Alternativa **INCORRETA**.

Gabarito: C

---

13. (CESPE – Auditor de Contas Públicas – TCE PB – 2018 - ADAPTADA)

De acordo com a CF, o RGPS é

a) organizado para garantir a proteção à maternidade, compreendida esta apenas como a exercida pela mãe gestante.

b) garantidor do reajustamento dos benefícios previdenciários apenas para preservar-lhes o valor nominal.

c) de filiação obrigatória, mas sem caráter contributivo.

d) organizado para atender, entre outros, à cobertura de eventos como doenças, invalidez e morte, mas não o desemprego involuntário.

e) garantidor de pelo menos um salário mínimo quando do pagamento de benefícios substitutivos do salário de contribuição ou de rendimento do trabalho.

COMENTÁRIOS:

O enunciado da questão nos direcionada para encontrarmos a alternativa correta conforme o texto constitucional. Vamos analisar cada alternativa:

a) organizado para garantir a proteção à maternidade, compreendida esta apenas como a exercida pela mãe gestante.

> *CF. Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
>
> *(...)*
>
> *II - proteção à maternidade, **especialmente à gestante**;*

No âmbito do RGPS, é garantida a proteção a maternidade e especialmente à gestante, mas, ao contrário do que afirma o enunciado, a proteção não é apenas à mãe gestante. O benefício de salário-maternidade, por exemplo, também é garantido aos adotantes. Alternativa ERRADA.

b) garantidor do reajustamento dos benefícios previdenciários apenas para preservar-lhes o valor nominal.

> *CF. Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
>
> *(...)*
>
> *§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o **valor real**, conforme critérios definidos em lei.*
>
> *(grifos nossos)*

Para os benefícios PREVIDENCIÁRIOS, a CF garante o reajustamento para preservação do **valor real**, e não só o nominal. Alternativa ERRADA.

c) de filiação obrigatória, mas sem caráter contributivo.

> *CF. Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, **de caráter contributivo e de filiação obrigatória**, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
>
> *(...)*
> *(grifos nossos)*

Ao contrário do que o enunciado afirma, o RGPS possui caráter contributivo. Portanto, a alternativa está ERRADA.

d) organizado para atender, entre outros, à cobertura de eventos como incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada, mas não o desemprego involuntário.

> *CF. Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, **de caráter contributivo e de filiação obrigatória**, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
>
> *(...)*
>
> *I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avança;*
>
> *(...)*
>
> *III - proteção ao trabalhador em situação de **desemprego involuntário**;*
>
> *(grifos nossos)*

A Constituição Federal prevê que o RGPS garantirá proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário. Alternativa ERRADA.

e) garantidor de pelo menos um salário mínimo quando do pagamento de benefícios substitutivos do salário de contribuição ou de rendimento do trabalho.

> *CF. Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, **de caráter contributivo e de filiação obrigatória**, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:*
>
> *(...)*
> *§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.*

Realmente, os benefícios que substituem o salário do trabalhador não poderão ter valor inferior ao mínimo. Alternativa CORRETA.

Gabarito: E.

---

14. (CESPE – Procurador do Município de Manaus – 2018)

Julgue o próximo item, relativo à organização, aos princípios e ao custeio da seguridade social.

Por força da regra da contrapartida, os benefícios e serviços da seguridade social somente poderão ser criados, majorados ou estendidos se existente a correspondente fonte de custeio total.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

De acordo com o § 5 do art. 195 da Constituição Federal, nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. Esse é o chamado princípio da contrapartida.

Gabarito: CERTA.

---

15. (FCC – Consultor Legislativo – CL DF – 2018)

A mudança no tratamento da questão social pela Constituição Federal de 1988 consagrou, em relação à Seguridade Social, o princípio basilar de

a) extensão da cobertura aos segmentos até então desprotegidos na sociedade.

b) cobertura do contribuinte direto.

c) sustentação orçamentária com enfoque na folha de pagamento do contribuinte.
d) assegurar assistência médica aos trabalhadores do mercado formal.

e) exclusão de cobertura contra riscos sociais.

COMENTÁRIOS:

A questão envolve conhecimentos dos princípios da Seguridade Social e pede para que assinalemos a alternativa correta. Vejamos cada alternativa:

a) extensão da cobertura aos segmentos até então desprotegidos na sociedade.

A alternativa aborda o princípio da **universalidade da cobertura e do atendimento,** previsto no artigo 194 da Constituição Federal:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*

I - universalidade da cobertura e do atendimento; (...)

O princípio da universalidade da cobertura e do atendimetno tem por objetivo atender a todos, indistintamente, inclusive estrangeiros de passagem pelo país. O princípio tem maior aplicação na Saúde, uma vez que esta é devida a todos. A Previdência Social é devida a quem com ela contribuir e a Assistência Social é devida a quem dela necessitar.

Portanto, dado o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, é possível se fafirmar que houve a extensão da cobertura aos segmentos até então desprotegidos pela sociedade. Alternativa CORRETA.

b) cobertura do contribuinte direto.

Vejamos o rol dos princípios da Seguridade Social previstos no art. 194 da Constituição Federal:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - eqüidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Nenhum dos princípios acima está relacionado com o enunciado da alternativa.

Alternativa INCORRETA.

c) sustentação orçamentária com enfoque na folha de pagamento do contribuinte.

Entre os princípios elencados no art. 194 da Constituição Federal, temos o da **diversidade da base de financimento.** Tal princípio visa garantir fontes variadas dde custeio da seguridade social,

buscando a obtenção de recursos financeiros para sustentabilidade do sistema. Ao contrário da afirmativa, não há enfoque na folha de pagamento do contribuinte para sustentação orçamentária.

Alternativa INCORRETA.

d) assegurar assistência médica aos trabalhadores do mercado formal.

Obtemos a resposta ao ler o artigo 196 da Constituição Federal:

> *Art. 196. **A saúde é direito de todos** e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*
>
> *(grifos nossos)*

A saúde é direito de todos, e não apenas dos trabalhadores do mercado formal.

Alternativa INCORRETA.

e) exclusão de cobertura contra riscos sociais.

Conforme comentário da alternativa "a", está entre os objetivos da seguridade social a universalidade da cobertura e do atendimento, portanto, não haverá exclusão de cobertura contra riscos sociais.

Alternativa INCORRETA.

Gabarito: A

---

16. (FCC – Analista Previdenciário – SEGEP – MA – 2018)

Tendo em vista que os princípios são a base do sistema jurídico e revelam a finalidade a ser perseguida pelos aplicadores da lei, considere:

I. São aplicáveis ao sistema da seguridade social os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade social, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana.

II. A universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio, entre outros, são considerados princípios constitucionais próprios da seguridade social.

III. Caráter democrático e descentralização da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados, também é considerado um princípio constitucional da seguridade social.

a) II e III, apenas.
b) I, II e III.
c) I e II, apenas.
d) I, apenas.
e) III, apenas.

COMENTÁRIOS:

Vamos analisar as proposições:

I – Os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade, apesar de não estarem positivados no texto constitucional no rol de princípios aplicáveis à seguridade social, são por ela observados, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana. Este último é um princípio fundamental da República Federativa do Brasil, e tem a função de garantir que os cidadão tenham seus direito respeitados pelo Estado. (ASSERTIVA CORRETA).

II – Validamos a assertiva pela literalidade do texto da Constituição Federal:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *I - universalidade da cobertura e do atendimento;*
>
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*
>
> *III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;*
>
> *IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;*
>
> *V - eqüidade na forma de participação no custeio;*
>
> *VI - diversidade da base de financiamento;*
>
> *VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*
> *(grifos nossos)*

Portanto, todos os princípios mencionados são aplicáveis à seguridade social. (ASSERTIVA CORRETA).

III – Pelo inciso VII do art. 194 da Constituição Federal transcrito acima podemos ver que a gestão da seguridade social é quadripartite e não tripartite como afirma a questão. (ASSERTIVA INCORRETA).

Gabarito: C.

17. (FCC – Auditor Público Externo – TCE – RS – 2018)

O princípio constitucional que diz respeito aos aspectos objetivos, às contingências que irão ser cobertas, bem como aquele que tomará por base o aspecto pecuniário ou do atendimento dos serviços, que não serão necessariamente iguais, mas correspondentes, na medida do possível, dependendo do tempo de contribuição, coeficiente de cálculo, sexo, idade, é o da

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

d) equidade na forma de participação no custeio.

e) diversidade da base de financiamento.

COMENTÁRIOS:

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

O princípio da universalidade da cobertura preconiza que a proteção oferecida pela seguridade social deve alcançar todos os riscos sociais. O princípio da universalidade do atendimento visa a estender a proteção social a todas as pessoas, independente de nacionalidade ou outros fatores. Portanto, o princípio não tem relação com o enunciado. Alternativa INCORRETA.

b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

A uniformidade preconiza que a seguridade social deve oferecer cobertura aos mesmos riscos sociais a todos, em outras palavras, a proteção à doença, maternidade, morte, invalidez e idade avançada deve ser oferecida tanto à população urbana quanto à população rural.

Já a equivalência se refere ao valor pecuniário dos benefícios oferecidos. O valor não deverá necessariamente ser igual, mas deverá ser equivalente.

No enunciado, ao se fazer menção do aspecto objetivo, está se referindo o princípio da uniformidade, ou seja, aos eventos que serão cobertos. Além disso, o enunciado trata corretamente do princípio da equivalência dos benefícios. Portanto, esse é o nosso gabarito.

Alternativa **CORRETA**.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
Apesar de a demanda da sociedade ser alta, os recursos públicos são limitados, não havendo a possibilidade de se cobrir todos os riscos sociais a todas as pessoas, cabendo ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social.

O princípio da seletividade diz respeito a quais contingências sociais serão cobertas pela seguridade social e o princípio da distributividade está relacionado com as pessoas que serão atendidas pelas prestações.

Portanto, o princípio não tem relação com o apresentado no enunciado.

Alternativa **ERRADA**.

d) equidade na forma de participação no custeio.

Este princípio estabelece que a contribuição será determinada de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.

Alternativa **ERRADA**.

e) diversidade da base de financiamento.

O princípio da diversidade da base de financiamento busca garantir fontes variadas para custeio da seguridade social, de forma a garantir o equilíbrio financeiro do sistema.

Alternativa **ERRADA**.

Gabarito: B

---

18. (FCC – PROCURADOR DO ESTADO DO AMAPÁ – 2018)

Quanto ao conceito, princípios e organização da seguridade social, conforme previsão na Constituição Federal,

a) a diversidade da base de financiamento e a irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos a serem alcançados pelo poder público na organização da seguridade social.

b) a gestão administrativa deve ser tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

c) a seguridade social está assentada no binômio que engloba o conjunto de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, destinado a assegurar direitos restritos à previdência e à assistência social.

d) a universalidade do atendimento não se constitui em objetivo da seguridade social, na medida em que o seguro social fornece proteção apenas para certas categorias de pessoas não amparando toda a sociedade.

e) a uniformidade dos benefícios significa que o valor da renda mensal dos benefícios deve ser igual, e não equivalente, entre populações urbanas e rurais.

COMENTÁRIOS:

Para respondermos à questão devemos conhecer as disposições expressas no art. 194 da Constituição Federal relativas à organização da Seguridade Social. Vamos ver item a item.

a) a diversidade da base de financiamento e a irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos a serem alcançados pelo poder público na organização da seguridade social.

De cara temos o nosso gabarito. De fato a diversidade da base de financiamento e a irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos a serem alcançados na organização da Seguridade Social. Vejamos o texto constitucional:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(...)*
>
> *IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;*
>
> *(...)*
> *VI - diversidade da base de financiamento;*

Alternativa **CORRETA**.

b) a gestão administrativa deve ser tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

Ao contrário do que diz a questão, a gestão da seguridade social não é tripartite, mas sim quadripartite. Além dos trabalhadores, empregadores e do Governo, também fazem parte da gestão os aposentados.

CF, art. 194

(...)
*VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante **gestão quadripartite**, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*

(grifos nossos)

Alternativa **INCORRETA**.

c) a seguridade social está assentada no binômio que engloba o conjunto de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, destinado a assegurar direitos restritos à previdência e à assistência social.

A seguridade social é formada não só pela previdência social e assistência social, mas também pela saúde. Vejamos a previsão constitucional:

*Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à **saúde**, à previdência e à assistência social.*

Alternativa **INCORRETA**.

d) a universalidade do atendimento não se constitui em objetivo da seguridade social, na medida em que o seguro social fornece proteção apenas para certas categorias de pessoas não amparando toda a sociedade.

A alternativa está incorreta uma vez que entre os objetivos da seguridade social se encontra a universalidade da cobertura e do atendimento.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

Alternativa INCORRETA.

e) a uniformidade dos benefícios significa que o valor da renda mensal dos benefícios deve ser igual, e não equivalente, entre populações urbanas e rurais.

A previsão constitucional é que os benefícios e serviços às populações urbanas e rurais serão uniformes e equivalentes, não necessariamente iguais.

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(...)*
>
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*

Alternativa INCORRETA.

Gabarito: A

---

19. (FCC- Técnico Previdenciário – SEGEP MA – 2018)

Considere:

I. acesso universal e igualitário.

II. descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

III. universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.

IV. previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

De acordo com a Lei nº 8.212/91, a organização da Previdência Social obedecerá determinados princípios e diretrizes, entre eles os indicados APENAS em

a) II, III e IV.

b) I e II.

c) I, II e III.

d) III e IV.

e) I, III e IV.

COMENTÁRIOS:

Os princípios e diretrizes obedecidos na organização da previdência social estão previstos no artigo 3° da Lei 8.213, vamos conhecê-lo na íntegra:

> *Art. 3° A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.*
>
> *Parágrafo único. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:*
>
> ***a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;***
>
> *b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;*
>
> *c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;*
>
> *d) preservação do valor real dos benefícios;*
>
> ***e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.***
>
> *(grifos nossos)*

Os destaques no artigo 3° da Lei 8.213/91 mostram que os itens III e IV são os corretos, sendo a alternativa D o nosso gabarito. Para fixação, vamos ver os erros dos demais itens:

I. acesso universal e igualitário.

> *Lei 8.212/91*
>
> *Art. 2° A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*
>
> *Parágrafo único. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:*

a) acesso universal e igualitário;

(...)

c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

O acesso universal e igualitário é princípio aplicável a saúde e não à previdência social. **(Item INCORRETO).**

II. descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

A descentralização, com direção única em cada esfera de governo é princípio aplicável a saúde e não à previdência social. **(Item INCORRETO).**

Gabarito: D

---

20. (Inédita)

Cícero recebe o benefício de aposentadoria por invalidez. De acordo com o princípio da irredutibilidade do valor do benefício e com as disposições da legislação previdenciária, o valor do seu benefício deverá ser reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, com base no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Vejamos a literalidade do Decreto 3.048:

Art. 40. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real da data de sua concessão

(...)

§ 1o Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

(...)

Portanto, os benefícios serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e não de acordo com o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Gabarito: ERRADA.

21. (Inédita)

Adália é maior de 65 anos e é beneficiária do Benefício Assistencial ao Idoso (BPC- LOAS). De acordo com a jurisprudência do STF, seu benefício deverá ser reajustado anualmente de forma que seja mantido o seu valor real.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios está previsto no art. 194 da Constituição Federal:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(...)*
> *IV - irredutibilidade do valor dos benefícios*
>
> *(...)*

De acordo com a jurisprudência consolidada do STF, o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, quando aplicado à Seguridade Social, visa a garantir a **irredutibilidade do valor nominal dos benefícios**, e não do valor real.

Como o Benefício Assistencial ao Idoso é um benefício da Assistência Social, deverá ser garantido o seu valor nominal, e não o real.

Gabarito: ERRADA.

22. (Inédita)

Acerca dos princípios da seguridade social, podemos afirmar que equidade na forma de participação do custeio e isonomia são conceitos que se confundem.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A questão afirma que os princípios da equidade na forma de participação do custeio e da isonomia se confundem, o que está incorreto.

O princípio da isonomia significa, tratar igualmente os iguais e desigualmente os iguais, na medida de suas desigualdades. Seria algo aproximado com o **princípio da igualdade**.

O princípio da equidade na forma de participação no custeio, apesar de ter semelhanças, não é o princípio da isonomia propriamente dito.

Na participação do custeio da previdência social, poderemos ter, por exemplo, alíquotas diferenciadas para empresas em **razão da atividade econômica, do porte da empresa, da utilização intensiva de mão-de-obra ou da condição estrutural do mercado de trabalho** (CF, art. 195, §9º). Desta forma, poderemos ter a situação de duas empresas na mesma condição de igualdade em relação a faturamento, por exemplo, pagando contribuições sociais diferenciadas.

Gabarito: ERRADA.

---

23. (Inédita)

O princípio da solidariedade é um dos princípios que dão suporte para que o Regime Geral de Previdência Social possa ser organizado em Regime de Repartição Simples.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

O Regime Geral de Previdência Social é organizado na forma de Repartição Simples, ou seja, os pagamentos dos benefícios em manutenção são financiados pelos pagamentos dos contribuintes do sistema. É diferente do Regime de Capitalização em que cada segurado financia o seu próprio benefício, ou seja, o próprio trabalhador deverá contribuir com o montante exatamente necessário para financiamento de seu benefício.

Para que o Regime Geral de Previdência Social se sustente como Regime de Repartição Simples, é fundamental o princípio da Solidariedade, que em uma de suas vertentes preconiza que a contribuição feita a Previdência Social não será sempre revertida em benefício próprio, mas será destinada a garantir a sustentabilidade do sistema.

Gabarito: CORRETA.

---

24. (Inédita)

O princípio da distributividade impõe ao legislador a seleção dos riscos e contingências a serem atendidos pela Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A seletividade impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações que serão prestadas pela Seguridade Social, selecionando os riscos e contingências que serão atendidos dentro das possibilidades financeiras do Poder Público.

A distributividade, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade.

Desta forma, o princípio que impõe a seleção dos riscos e contingências a serem cobertos pela Seguridade Social é o princípio da seletividade, e não da distributividade.

Gabarito: ERRADO.

---

25. (Inédita)

Tendo por base as disposições constitucionais sobre a ordem social, é possível afirmar que a uniformidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais está entre os objetivos da Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Entre os princípios que regem a organização da Seguridade Social, se encontra o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. Vejamos o texto constitucional:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(...)*
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*

O fato de a questão não ter mencionado por completo o nome do princípio e ter mencionado somente uniformidade dos benefícios às populações urbanas e rurais não a torna incorreta. Para a banca CESPE, o fato de a questão estar incompleta não a torna incorreta. Portanto, a assertiva está correta.

A uniformidade refere-se às contingências a serem cobertas para as populações urbanas e rurais. Os mesmos benefícios devem ser oferecidos a ambas as populações.

Gabarito: CERTA.

---

26. (Inédita)

Dada a extensão da proteção social a ser garantida pelo Estado no âmbito da seguridade social, o princípio da diversidade da base de financiamento tem por objetivo garantir a arrecadação de contribuições, por meio de variadas fontes de custeio.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Entre os princípios elencados no art. 194 da Constituição Federal, temos o da **diversidade da base de financiamento.** Tal princípio visa garantir fontes variadas de custeio da seguridade social, buscando a obtenção de recursos financeiros para sustentabilidade do sistema. Dessa forma, a assertiva está correta.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

Gabarito: CERTO.

27. (Inédita)

Cabe ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social em razão do princípio constitucional da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Apesar de a demanda da sociedade ser alta, os recursos públicos são limitados, não havendo a possibilidade de se cobrir todos os riscos sociais a todas as pessoas, cabendo ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social.

O princípio da seletividade diz respeito a quais contingências sociais serão cobertas pela seguridade social e o princípio da distributividade está relacionado com as pessoas que serão atendidas pelas prestações.

O enunciado da questão está perfeito.

Gabarito: CERTA.

28. (Inédita)

Dado o princípio da equidade na forma de participação do custeio, podemos afirmar que as contribuições sociais devidas ao sistema da seguridade social são iguais para todos os trabalhadores.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A assertiva está incorreta, uma vez que o princípio da equidade na forma de participação do custeio, apesar de não se confundir com, guarda relação com o princípio da isonomia.

O princípio da isonomia significa, tratar igualmente os iguais e desigualmente os iguais, na medida de suas desigualdades. Simplificando, seria "quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos".

As contribuições devidas pelos trabalhadores seguem esse princípio, como podemos ver pelas contribuições dos segurados empregados, por exemplo, cujas alíquotas de contribuição são maiores para os segurados que recebem mais. Além disso, podemos citar as alíquotas diferenciadas para os microempreendedores individuais e segurados facultativos de baixa renda, cujo objetivo é fazer a inclusão previdenciária daqueles que possuem menor capacidade contributiva, possibilitando que eles contribuam com alíquotas diferenciadas.

Gabarito: ERRADO.

---

29. (Inédita)

O princípio constitucional aplicável à Seguridade Social da universalidade da cobertura e do atendimento é observado sem ressalvas na assistência social, uma vez que esta está disponível a todos que dela necessitarem.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Questão abordando os princípios constitucionais da Seguridade Social, um dos temas mais tratados nas provas de direito previdenciário.

O princípio da universalidade da cobertura preconiza que a proteção oferecida pela seguridade social deve alcançar todos os riscos sociais. O princípio da universalidade do atendimento visa a estender a proteção social a todas as pessoas, independente de nacionalidade ou outros fatores.

Dentro dos subsistemas da Seguridade Social, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento é mais visível na Saúde, uma vez que esta está disponível a todos, inclusive aos estrangeiros que estejam apenas de passagem pelo território nacional.

A universalidade da cobertura e do atendimento não é aplicada sem ressalvas para a assistência social, uma vez que ela está restrita aos necessitados, não sendo extensível a todas as pessoas.

Gabarito: ERRADO.

30. (Inédita)

Acerca dos princípios constitucionais da Previdência Social é correto afirmar que é assegurado reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos em lei.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CF/88
Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

(...)
§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

(grifos nossos)

Para os benefícios da previdência social, a Constituição Federal garante a manutenção do valor real, e não somente do valor nominal.

Gabarito: ERRADO.

31. (Inédita)

Sobre os princípios e objetivos da seguridade social, assinale a alternativa que apresenta um princípio específico da previdência social.

a) Universalidade da cobertura e do atendimento.

b) Equidade na forma de participação do custeio.

c) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

d) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

e) valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo.

COMENTÁTIOS:

A Seguridade Social é um conjunto integrado de ações do poder público e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Devemos ficar atentos porque a legislação previdenciária apresenta os princípios que são aplicáveis à Seguridade Social e outros princípios que se aplicam a cada uma de suas áreas. Nessa questão específica, devemos encontrar os princípios que se aplicam especificamente à **previdência social**.

a) Universalidade da cobertura e do atendimento.

Vejamos o texto constitucional:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *I - universalidade da cobertura e do atendimento;*

A universalidade da cobertura e do atendimento é um princípio da seguridade social. Apesar de também ser aplicável à previdência social, ele não é específico dela. Alternativa **ERRADA**.

b) Equidade na forma de participação do custeio.

> *CF/88*
> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(...)*
>
> *V - eqüidade na forma de participação no custeio;*

Novamente, a equidade na forma de participação do custeio é um princípio da seguridade social. Apesar de também ser aplicável à previdência social, ele não é específico dela. Alternativa **ERRADA**.

c) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

Este princípio foi previsto no texto constitucional para a saúde:

> *Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*
>
> *I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*

Como procuramos um princípio da previdência social, a alternativa está **ERRADA**.

d) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Este princípio foi previsto no texto constitucional para a assistência social:

> *Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*
>
> *(...)*
>
> *IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;*

Como procuramos um princípio da previdência social, a alternativa está **ERRADA**.

e) valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo.

Encontramos este princípio no texto da Lei 8.212/91:

> *Art. 3º **A Previdência Social** tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.*
>
> *Parágrafo único. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:*
> *(...)*
> *b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;*

(grifos nossos)

Alternativa **CORRETA**.

Gabarito: E.

---

32. (Inédita)

A Seguridade Social possui um princípio cujo objetivo é a manutenção da saúde financeira e atuarial do sistema, uma vez que reduz o risco de desequilíbrio orçamentário. Também há um princípio que estabelece a proporcionalidade da contribuição social para o sistema conforme a condição financeira de seus contribuintes. Os dois princípios mencionados são respectivamente:

a) Equidade na forma de participação do custeio / seletividade e distributividade.

b) Diversidade da base de financiamento / equidade na forma de participação do custeio.

c) Seletividade e distributividade / diversidade e distributividade.

d) Universalidade da cobertura e do atendimento / equidade na forma de participação do custeio.

e) Uniformidade e equivalência de benefícios / Seletividade e distributividade.

COMENTÁTIOS:

Para essa questão, devemos identificar quais são os princípios apresentados e encontrar a alternativa que os mostre na sequência do enunciado. Para comentá-la, vamos separar os princípios em 1 e 2.

Princípio 1: Princípio cujo objetivo é a manutenção da saúde financeira e atuarial do sistema, uma vez que reduz o risco de desequilíbrio orçamentário.

Vejamos o artigo 201 da CF:

> *Art. 201. A previdência social será **organizada sob a forma de regime geral**, de **caráter contributivo e de filiação obrigatória**, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a (...)*
>
> *(grifos nossos)*

Sabemos que a previdência social possui caráter contributivo, e o texto da CF diz que deve ser mantido o equilíbrio financeiro e atuarial. De forma bem simplificada, o equilíbrio financeiro e atuarial representa a "saúde"do sistema previdenciário, ou seja, as despesas são iguais ou

menores que as receitas e o sistema possui condições financeiras de manter os benefícios previdenciários.

Entre os princípios elencados no art. 194 da Constituição Federal, o que mais diz razão ao equilíbrio financeiro e atuarial é o princípio da **diversidade da base de financiamento.** Tal princípio visa garantir fontes variadas de custeio para a seguridade social, buscando a obtenção de recursos para sustentabilidade do sistema.

> *CF. Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(...)*
>
> *VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;*

Que já estudou finanças pessoais, com certeza já ouviu os analistas financeiros falarem que não devemos manter nossos investimentos em um ativo só, que devemos diversificar. O mesmo acontece com o financiamento da seguridade social, ou seja, não pode se confiar em apenas uma fonte de financiamento, pois se houver qualquer problema nessa fonte, ocorre um desequilíbrio no sistema.

Princípio 2: Princípio que estabelece a proporcionalidade da contribuição social para o sistema conforme a condição financeira de seus contribuintes.

O **princípio da equidade na forma de participação no custeio** é o que estabelece que a contribuição será determinada de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.

A sequência correta é: diversidade da base de financiamento / equidade na forma de participação do custeio, conforme alternativa "b".

Gabarito: B.

33. (Inédita)

Entre as situações práticas descritas abaixo, assinale aquela em que podemos observar a aplicação do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento.

a) Leonardo é empregado doméstico e recebe 1 salário mínimo e, junto a esse salário, ele recebe uma cota de salário família, por possuir um filho de 5 anos.

b) Carlos é idoso, maior de 65 anos, e por não possui meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família ele recebe o benefício assistencial ao idoso.

c) Josh é um americano que veio ao Brasil para conhecer o carnaval do Rio de Janeiro e, durante as festividades, veio a ter uma insolação, precisando de atendimento em um hospital do SUS.

d) Luiz foi condenado a reclusão em regime fechado em decorrência de crime de homicídio e seus dependentes passaram a receber auxílio-reclusão.

e) Ricardo, preocupado com as notícias em torno do futuro da previdência social no Brasil, resolveu aderir a um plano de previdência complementar oferecido aos funcionários da empresa em que ele trabalha.

COMENTÁTIOS:

Essa questão exige que saibamos aplicar o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento na prática. Primeiramente, vamos entender o princípio.

O princípio da **universalidade da cobertura e do atendimento** tem por objetivo atender a todos, indistintamente, inclusive estrangeiros de passagem pelo país. O princípio tem maior aplicação na Saúde, uma vez que esta é devida a todos. A Previdência Social é devida a quem com ela contribuir e a Assistência Social é devida a quem dela necessitar.

a) Leonardo é empregado doméstico e recebe 1 salário mínimo e, junto a esse salário, ele recebe uma cota de salário família, por possuir um filho de 5 anos.

A questão mostra um segurado recebendo um benefício da previdência social, que é o salário família. Com essa informação, já podemos descartá-la, uma vez que a previdência social não é exemplo de aplicação do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, por não estar disponível a todos, mas apenas aos que com ela contribuírem.

Indo além, o benefício de salário família não está disponível a todos os segurados da previdência social, mas apenas àqueles segurados que sejam de baixa renda. Esse caso prático na verdade exemplifica o princípio da seletividade e distributividade, o qual impõe ao legislador a seleção dos riscos a serem cobertos pela seguridade social, e das pessoas a serem beneficiadas. Alternativa **ERRADA**.

b) Carlos é idoso, maior de 65 anos, e por não possui meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família ele recebe o benefício assistencial ao idoso.

O benefício assistencial é um benefício previsto aos idosos ou pessoas com deficiência que não possuam os meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, sendo um benefício da área de assistência social. Portanto, esse não é um exemplo da aplicação do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, uma vez que a assistência social não está disponível a todos, mas a quem dela necessitar. Alternativa **ERRADA**.

c) Josh é um americano que veio ao Brasil para conhecer o carnaval do Rio de Janeiro e, durante as festividades, veio a ter uma insolação, precisando de atendimento em um hospital do SUS.

Como explicamos, a saúde é o maior exemplo da aplicação do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, uma vez que ela está disponível a todos indistintamente, mesmo para os estrangeiros que estejam de passagem pelo território nacional. Portanto, o caso narrado se encaixa perfeitamente na explicação. Alternativa **CORRETA**.

d) Luiz foi condenado a reclusão em regime fechado em decorrência de crime de homicídio e seus dependentes passaram a receber auxílio-reclusão.

Novamente, conforme a letra "a", a questão apresenta um benefício da previdência social, o auxílio-reclusão. E, da mesma forma que o salário-família, o auxílio-reclusão não está disponível a todos, mas somente para os dependentes dos segurados de baixa-renda. Portanto, esse caso também é exemplo da aplicação do princípio da seletividade e distributividade e não da universalidade da cobertura e do atendimento. Alternativa **ERRADA**.

e) Ricardo, preocupado com as notícias em torno do futuro da previdência social no Brasil, resolveu aderir a um plano de previdência complementar oferecido aos funcionários da empresa em que ele trabalha.

Se o Regime Geral de Previdência Social já não é exemplo da aplicação do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, uma vez que a previdência social está disponível apenas para aqueles que obrigatoriamente (em regra) contribuírem, imagine só o regime de previdência complementar, que é um plano facultativo para aqueles que desejam complementar a renda de sua aposentadoria. Alternativa **ERRADA**.

Gabarito: C.

34. (Inédita)

Dentre as descrições a seguir, assinale àquela que corresponde ao princípio da seletividade e distributividade.

a) Tal princípio prevê que para que haja ampliação do rol de cobertura dos benefícios da seguridade social, é necessário que se crie primeiro a fonte de custeio total.

b) Tal princípio disciplina que seguridade social deverá ter cobertura ampla, abrangendo todos os riscos sociais e todas as pessoas devem ser cobertas pelo sistema, inclusive os estrangeiros de passagem pelo território nacional.

c) Dada a limitação de recursos dos cofres públicos, tal princípio é direcionado ao legislador, a fim de que ele selecione as contingências que devem ser priorizadas pelo sistema da seguridade social, e selecione aqueles que serão abrangidos pelos benefícios e serviços.

d) Tendo como objetivo o equilíbrio financeiro do sistema, tal princípio prevê que as fontes de custeio da seguridade social devem ser variadas.

e) Buscando a justiça social, por meio do princípio da isonomia, tal princípio prevê que a participação no custeio da seguridade social se dará conforme a capacidade econômica do contribuinte.

COMENTÁTIOS:

O enunciado pede para que encontremos a alternativa que descreve o princípio da **seletividade e distributividade**.

A **seletividade** impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações que serão prestadas pela Seguridade Social, selecionando os riscos e contingências que serão atendidos dentro das possibilidades financeiras do Poder Público.

A **distributividade**, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade.

A alternativa que explica o princípio da seletividade e distributividade é a "c", nosso gabarito:

c) Dada a limitação de recursos dos cofres públicos, tal princípio é direcionado ao legislador, a fim de que ele selecione as contingências que devem ser priorizadas pelo sistema da seguridade social, e selecione aqueles que serão abrangidos pelos benefícios e serviços.

Vejamos os erros das demais:

a) Tal princípio prevê que para que haja ampliação do rol de cobertura dos benefícios da seguridade social, é necessário que se crie primeiro a fonte de custeio total.

Esse é o princípio da **preexistência do custeio**, previsto no § 5° do art. 196 da Constituição Federal.

> *Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:*
>
> *(...)*
>
> *§ 5° Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.*

Alternativa **ERRADA**.

b) Tal princípio disciplina que seguridade social deverá ter cobertura ampla, abrangendo todos os riscos sociais e todas as pessoas devem ser cobertas pelo sistema, inclusive os estrangeiros de passagem pelo território nacional.

O princípio descrito é o da **universalidade da cobertura e do atendimento**. Alternativa **ERRADA**.

d) Tendo como objetivo o equilíbrio financeiro do sistema, tal princípio prevê que as fontes de custeio da seguridade social devem ser variadas.

O princípio descrito é o da **diversidade da base de financiamento**. Alternativa **ERRADA**.

e) Buscando a justiça social, por meio do princípio da isonomia, tal princípio prevê que a participação no custeio da seguridade social se dará conforme a capacidade econômica do contribuinte.

O princípio descrito é o da **equidade na forma de participação do custeio**. Alternativa **ERRADA**.

Gabarito: C.

---

35. (Inédita)

O princípio constitucional que está relacionado com a busca do equilíbrio financeiro da Seguridade Social, dando maior segurança ao sistema, de modo que as fontes de custeio não estejam concentradas em uma única fonte, é o da

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

d) equidade na forma de participação no custeio.

e) diversidade da base de financiamento.

COMENTÁRIOS:

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

O princípio da universalidade da cobertura preconiza que a proteção oferecida pela seguridade social deve alcançar todos os riscos sociais. O princípio da universalidade do atendimento visa a estender a proteção social a todas as pessoas, independente de nacionalidade ou outros fatores. Portanto, o princípio não tem relação com o enunciado.

Alternativa **INCORRETA**.

b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

A uniformidade preconiza que a seguridade social deve oferecer cobertura aos mesmos riscos sociais a todos, em outras palavras, a proteção à doença, maternidade, morte, invalidez e idade avançada deve ser oferecida tanto à população urbana quanto à população rural.

Já a equivalência se refere ao valor pecuniário dos benefícios oferecidos. O valor não deverá necessariamente ser igual, mas deverá ser equivalente.

Pela explicação, podemos ver que o princípio não se relaciona com o enunciado.

Alternativa **ERRADA**.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Apesar de a demanda da sociedade ser alta, os recursos públicos são limitados, não havendo a possibilidade de se cobrir todos os riscos sociais a todas as pessoas, cabendo ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social.

O princípio da seletividade diz respeito a quais contingências sociais serão cobertas pela seguridade social e o princípio da distributividade está relacionado com as pessoas que serão atendidas pelas prestações.

Portanto, o princípio não tem relação com o apresentado no enunciado.

Alternativa **ERRADA**.

d) equidade na forma de participação no custeio.

Este princípio estabelece que a contribuição será determinada de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.

Alternativa **ERRADA**.

e) diversidade da base de financiamento.

O princípio da diversidade da base de financiamento busca garantir fontes variadas para custeio da seguridade social, de forma a garantir o equilíbrio financeiro do sistema. É exatamente o princípio tratado no enunciado. Alternativa **CERTA**.

Gabarito: E

---

36. (Inédita)

Entre os princípios aplicáveis à Seguridade Social, aquele que é destinado ao legislador, de forma que ele delimite o rol de prestações que serão prestadas pela Seguridade Social, selecionando os riscos e contingências que serão atendidos dentro das possibilidades financeiras do Poder Público é o princípio da

a) Diversidade da base de financiamento.

b) Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.

c) Equidade na forma de participação do custeio.

d) Universalidade da cobertura e do atendimento

e) Solidariedade.

COMENTÁRIOS:

a) Diversidade da base de financiamento.

O princípio da diversidade da base de financiamento busca garantir fontes variadas para custeio da seguridade social, de forma a garantir o equilíbrio financeiro do sistema. Alternativa **ERRADA**.

b) Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.

A seletividade é sim o princípio que impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações que serão prestadas pela Seguridade Social, selecionando os riscos e contingências que serão atendidos dentro das possibilidades financeiras do Poder Público.

A distributividade, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade.

Portanto, esse é o nosso gabarito. Alternativa **CORRETA**.

c) Equidade na forma de participação do custeio.

O princípio da **equidade na forma de participação no custeio** preconiza, basicamente, que a contribuição para o sistema será de acordo com a capacidade econômica do contribuinte. Basicamente, "quem pode mais, paga mais". Alternativa **INCORRETA**.

d) Universalidade da cobertura e do atendimento.

O princípio da universalidade da cobertura preconiza que a proteção oferecida pela seguridade social deve alcançar todos os riscos sociais. O principio da universalidade do atendimento visa a estender a proteção social a todas as pessoas, independente de nacionalidade ou outros fatores. Alternativa **INCORRETA**.

e) Solidariedade.

O princípio da **solidariedade** preconiza que a contribuição feita a Previdência Social não será sempre revertida em benefício próprio, mas será destinada a garantir a sustentabilidade do sistema. É esse o princípio que garante a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais.

Além disso, o princípio da solidariedade é fundamental para a manutenção dos sistemas previdenciários de Repartição Simples, em que os pagamentos dos benefícios em manutenção são financiados pelos pagamentos dos contribuintes do sistema.

O princípio não se relaciona com o enunciado. Alternativa **ERRADA**.

Gabarito: B

Exercícios estudados nesta aula

37. (FCC - Juiz Do Trabalho - TRT 1ª Região – 2012)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações:

a) De iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

b) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

c) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

d) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

e) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

COMENTÁRIOS

Nesta questão o examinador cobra os seus conhecimentos a respeito da literalidade do artigo 194 da Constituição Federal, o qual em seu caput dispõe da seguinte forma:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Antes de analisarmos as assertivas, lembremos que o examinador pede pela alternativa CORRETA.

a) De iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Esta alternativa limita a competência no que tange as iniciativas das ações que compreendem a Seguridade Social exclusivamente à Sociedade, o que, conforme vimos no caput do artigo supracitado, também pode partir do Poder Público. Portanto, esta opção está INCORRETA.

b) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Ora, conforme também dispõe o art. 194 da CF/88 não há uma exclusividade de competência no que tange o provimento das ações da Seguridade Social por parte do Poder Público.

Aqui, vale uma dica "fora do tópico": fique atento, sempre que o examinador apresentar opções com máximas, tais como, "exclusivamente", "unicamente", "somente", etc... Em geral essas alternativas costumam apresentar erros.

Bom, no caso, conforme dissemos, a alternativa está INCORRETA.

c) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Aqui o examinador tenta confundir o candidato, praticamente repetindo a alternativa anterior, alterando apenas alguns elementos da assertiva. Contudo, pela mesma explicação que demos acima, esta alternativa também está INCORRETA.

d) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Está é a alternativa CORRETA, pois como podemos observar, ela literalmente "copia e cola" o texto do art. 194 (caput), apresentado na CF/88.

e) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

Esta alternativa, embora apresente corretamente a competência no que tange as iniciativas das ações da Seguridade Social, termina por condicionar a implementação das ações a uma suposta materialidade, algo que, não está previsto no comando constitucional supracitado. Portanto, alternativa INCORRETA.

Gabarito: *D*

---

38. (FCC - Procurador De Contas – TCE/CE - 2015)

Nos termos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, a Seguridade Social compreende um conjunto de ações

a) integradas e de iniciativa exclusiva do Poder Público Federal e da sociedade, com destinação de garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

b) independentes e centralizadas, de iniciativa privativa dos Poderes Públicos, visando exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social.

c) integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

d) descentralizadas e concorrentes, de iniciativa privativa da União e dos Estados Membros, com objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social.

e) integradas e de iniciativa privativa dos Poderes Públicos com destinação à garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

COMENTÁRIOS:

Essa questão busca testar seus conhecimentos sobre o conceito Seguridade Social e pede que você assinale a alternativa CORRETA.

a) integradas e de iniciativa exclusiva do Poder Público Federal e da sociedade, com destinação de garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

Essa alternativa é incorreta, pois apesar de ser uma iniciativa integrada, não é exclusiva do Poder Público Federal e não tem nenhuma relação com os três itens citados (educação, cultura e desporto). Basta conferir no art. 194 da Constituição Federal.

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Alternativa INCORRETA.*

b) independentes e centralizadas, de iniciativa privativa dos Poderes Públicos, visando exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social.

Está incorreta, pois não é independente, nem centralizada, nem da iniciativa privativa e não visa exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social. Note que é muito comum o examinador trocar algumas palavras para tentar confundir o candidato. Por exemplo, trocar "integrado" por "centralizado". Fique atento e, sempre que puder, releia o texto puro da lei. Alternativa INCORRETA.

c) integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Repetindo o art. 194 da CF/88:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Como podemos ver no referido art. 194, essa alternativa é a correta, pois a seguridade social engloba direitos à saúde, assistência social e previdência, sendo os dois primeiros direitos garantidos ao cidadão sem nenhum tipo de contribuição. Alternativa CORRETA.

d) descentralizadas e concorrentes, de iniciativa privativa da União e dos Estados Membros, com objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social.

Conforme já visto em alternativas anteriores a seguridade social, não é de iniciativa privativa e nem tem o objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social. Alternativa INCORRETA.

e) integradas e de iniciativa privativa dos Poderes Públicos com destinação à garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

Mais uma vez, como já visto anteriormente a seguridade social não é de iniciativa privativa e não tem relação com educação, cultura e desporto. Alternativa INCORRETA

Gabarito: *C*

---

39. (CESPE - Defensor Público do Distrito Federal/2013)

Julgue o item a seguir, relativos à seguridade social e o acidente do trabalho.

Nos termos da CF, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa questão é INCORRETA, pois seguridade social abrange três áreas que são saúde, assistência social e previdência.

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Cuidado com palavras como "exclusivamente", "somente", "unicamente" e afins....É comum o examinador selecionar uma alternativa que até estaria correta e torná-la incorreta, apenas inserindo uma dessas palavras.

Gabarito *ERRADO*

---

40. (CESPE - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área XXI/Consultor Legislativo/2014)

Acerca da seguridade social, julgue o item que se segue.

A previdência e a assistência social organizam-se com base em regime de caráter contributivo, razão pela qual somente serão prestadas aos segurados adimplentes com suas obrigações, diferentemente do direito à saúde, cujo atendimento independe de prévia contribuição por parte do beneficiário.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa assertiva está ERRADA, pois a assistência social e a saúde independem de qualquer tipo de contribuição. Dentro da Seguridade Social, o regime de caráter contributivo é encontrado apenas na Previdência Social.

O benefício de assistência social será prestado, a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme prevê o caput do art. 203, da Constituição Federal.

> *Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*
>
> *(...)*

Já a saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme consta no art. 196 da Constituição Federal.

> *Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Gabarito: *ERRADO.*

---

41. (CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa está CORRETA. Mais uma vez o examinador exige o conhecimento sobre o Art. 194 da Constituição Federal, bastando ler o caput artigo para encontrar a resposta da questão.

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Gabarito: CERTO.

---

42. (CESPE - Analista de Gestão Educacional (SEDF)/Direito e Legislação/2017)

Julgue o próximo item, acerca do conceito e das fontes de custeio da seguridade social.

A seguridade social representa um conjunto de benefícios prestados pelo poder público ao trabalhador e aos membros de sua família, independentemente de contribuição.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está INCORRETA, pois somente saúde e assistência social são independentes de qualquer contribuição. A Previdência Social exige contribuição prévia.

Ademais, a Seguridade Social não representa apenas um conjunto de benefícios. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações, benefícios e serviços. Novamente o examinador exige seus conhecimentos sobre o art. 194 da Constituição Federal. Muita atenção às palavras utilizadas pelo legislador.

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

Gabarito: *ERRADO.*

---

43. (CESPE - Auditor de Controle Externo (TCE-PE)/Auditoria de Contas Públicas/2017)

Acerca do conceito e dos princípios da seguridade social no Brasil, julgue o item que se segue. A seguridade social representa um conjunto integrado de ações direcionadas à proteção exclusiva de trabalhadores que mantêm vínculo contributivo com algum órgão de assistência previdenciária.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Podemos responder essa afirmativa com base em 4 artigos da Constituição Federal art. 196, art. 201 e art. 203, conforme podemos conferir:

> *Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.(...)*

*Art. 201. A **previdência social** será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a (...)*

*Art. 203. A **assistência social** será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...)*

Através da releitura desses artigos, podemos concluir que apenas a previdência social exige contribuição prévia. A Saúde e a Assistência Social serão oferecidas pela Seguridade Social independentemente de qualquer vínculo contributivo.

Gabarito: *ERRADA*.

---

44. (ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/2009)

A Constituição Federal de 1988 deu novo tratamento à Previdência Social no Brasil em relação às constituições pretéritas. O conceito de Seguridade Social colocado no Título da Ordem Social constitui em um novo paradigma constitucional à medida que:

a) a Previdência Social é vista como um direito social independente e não relacionado à Assistência Social.

b) a Previdência Social é vista como um subsistema da Saúde.

c) a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde.

d) Assistência Social e Previdência Social são conceitos jurídicos idênticos.

e) Saúde e Assistência Social são direitos sociais organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade.

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA CORRETA.

A resolução da presente questão tem por base o art. 194 da Constituição Federal, cujo texto transcrevemos a seguir:

"Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."

Podemos afirmar, portanto, que a Seguridade Social é gênero, dos quais são espécies a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social.

Tomando por base o texto constitucional citado, vamos à análise de cada alternativa:

a) a Previdência Social é vista como um direito social independente e não relacionado à Assistência Social. (ERRADA).

Não procede a afirmação da presente assertiva, pois nos termos do art. 194 da CF/88, a Saúde, a Previdência e a Assistência Social terão seus direitos assegurados por meio de ações INTEGRADAS, não sendo a Previdência Social, portanto, um direito social independente e não relacionado com a Assistência Social.

b) a Previdência Social é vista como um subsistema da Saúde. (ERRADA).

Não procede a afirmação da presente assertiva, pois nos termos do art. 194 da CF/88, a Previdência Social, bem como a Assistência Social e a Saúde, são subsistemas da Seguridade Social. Como vimos, a Seguridade Social é Gênero, dos quais são espécies a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social.

c) a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde. (CORRETA).

Conforme disposto no art. 194 da CF/88, a Saúde, a Previdência e a Assistência Social terão seus direitos assegurados por meio de ações INTEGRADAS, exatamente como disposto na presente assertiva.

d) Assistência Social e Previdência Social são conceitos jurídicos idênticos. (ERRADA).

Não procede a afirmação da presente assertiva. Apesar das ações da Seguridade Social ser integradas, visando assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência social, cada uma das espécies que compõe a Seguridade Social tem conceito jurídico próprio, conforme segue:

A ***Saúde*** é um direito de todos e dever do Estado, cujas disposições gerais estão disciplinadas pelos artigos 196 a 200 da CF/88.

A ***Previdência Social*** será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, e tem suas disposições gerais disciplinadas pelos artigos 201 e 202 da CF/88.

A ***Assistência Social*** será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, cujas disposições gerais estão disciplinadas também na CF/88, nos artigos 203 e 204.

e) Saúde e Assistência Social são direitos sociais organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade. (ERRADA).

Não procede a afirmação da presente assertiva. Como já visto exaustivamente na solução das assertivas anteriores, a Saúde e a Assistência Social (bem como a Previdência Social) são direitos sociais que possuem finalidades e conceitos jurídicos distintos. Não obstante, terão os seus direitos assegurados através de ações integradas da Seguridade Social. O fato de a Seguridade Social realizar ações integradas não deve criar uma interpretação equivocada de que haverá necessidade de que tais direitos sociais sejam organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade.

Gabarito: C

---

45. (ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2009)

À luz da Organização da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:

I. Previdência Social, Educação e Assistência Social são partes da Seguridade Social;

II. a Saúde possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada;

III. a Previdência Social pode ser dada gratuitamente à população rural carente;

IV. a Assistência Social, por meio de sistema único e centralizado no poder central federal, pode ser dada a todos os contribuintes individuais da Previdência Social.

O número de itens errados é:

a) zero

b) um

c) dois

d) três

e) quatro

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a QUANTIDADE DE ITENS ERRADOS.

Vamos à análise de cada um dos itens:

Item I: Previdência Social, Educação e Assistência Social são partes da Seguridade Social. (ERRADO).

Assertiva incorreta, pois nos termos do art. 194 da CF/88, os direitos assegurados através da Seguridade Social são aqueles relativos a Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Assim sendo, podemos afirmar que a Seguridade Social é gênero, dos quais são espécies a Saúde, a Previdência e a Assistência Social. A educação, portanto, não faz parte do rol de direitos assegurados pela Seguridade Social.

Item II: a Saúde possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada. (CORRETO).

Assertiva correta. Nos termos do art. 196 da CF/88, a Saúde é direito de todos e dever do Estado, possuindo, portando, abrangência universal e sendo qualquer pessoa por ela amparada.

Item III: a Previdência Social pode ser dada gratuitamente à população rural carente. (ERRADO).

Assertiva incorreta, pois nos termos do art. 201 da CF/88, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, não podendo, portanto, ser oferecida gratuitamente à população urbana ou rural, ainda que carente.

Item IV: a Assistência Social, por meio de sistema único e centralizado no poder central federal, pode ser dada a todos os contribuintes individuais da Previdência Social. (ERRADO).

Assertiva incorreta. Nos termos do art. 203 da CF/88, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. Assim sendo, não são todas as pessoas por ela amparadas, mas apenas os necessitados. Ademais, as ações governamentais na área da assistência social serão organizadas de forma descentralizada, nos termos do art. 204, I, da CF/88.

Após analisarmos os itens acima, podemos afirmar que 3 (três) itens estão incorretos.

Gabarito: *D*

---

46. (ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2009)

Maria Clara, empregada doméstica com deficiência física, e Antônio José, empresário dirigente de multinacional sediada no Brasil, desejam contribuir para o Regime Geral de Previdência Social e com isso gozar de todos os benefícios e serviços prestados pela Seguridade Social.

De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

a) Maria Clara e Antônio José podem participar da Assistência Social.

b) só Antônio José pode participar da Previdência Social.

c) só Antônio José pode participar de benefícios previdenciários.

d) Maria Clara pode usufruir dos serviços de Saúde pública em razão da sua deficiência física.

e) Maria Clara e Antônio José podem participar da Previdência Social.

COMENTÁRIOS:

Informações preliminares da questão: O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA CORRETA.

Preliminarmente, vamos mencionar as principais características de cada um dos direitos assegurados através da Seguridade Social:

Saúde: é um direito de todos e dever do Estado, cujas disposições gerais estão disciplinadas pelos artigos 196 a 200 da CF/88.

Previdência Social: será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, e tem suas disposições gerais disciplinadas pelos artigos 201 e 202 da CF/88.

Assistência Social: será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, cujas disposições gerais estão disciplinadas também na CF/88, nos artigos 203 e 204.

Vamos agora à análise de cada alternativa:

a) Maria Clara e Antônio José podem participar da Assistência Social. (ERRADA).

Assertiva incorreta. Nos termos do art. 203 da CF/88, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. Assim sendo, não são todas as pessoas por ela amparadas, mas apenas os necessitados. Desta forma, podemos concluir que Antônio José, por ser empresário dirigente de multinacional, por certo não será amparado pelos programas de Assistência Social.

b) só Antônio José pode participar da Previdência Social. (ERRADA).

Assertiva incorreta, pois nos termos do art. 201 da CF/88, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória. Na situação apresentada, não apenas Antônio José, mas também Maria Clara, devem necessariamente participar da Previdência Social, pois ambos exercem atividades que os enquadram como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social.

c) só Antônio José pode participar de benefícios previdenciários. (ERRADA).

Assertiva incorreta. Conforme mencionado na assertiva anterior, não apenas Antônio José, mas também Maria Clara, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social. Desta forma, ambos podem participar dos benefícios previdenciários.

d) Maria Clara pode usufruir dos serviços de Saúde pública em razão da sua deficiência física. (ERRADA).

Não procede integralmente a afirmação da presente assertiva. Nos termos do art. 196 da CF/88, a Saúde é direito de todos e dever do Estado, possuindo, portando, abrangência universal e sendo qualquer pessoa por ela amparada. Desta forma, Maria Clara pode usufruir dos serviços de Saúde pública, mas não em razão de sua deficiência física, como afirma a assertiva, pois o direito a saúde independe de sua condição de deficiente.

e) Maria Clara e Antônio José podem participar da Previdência Social. (CORRETA).

Assertiva correta. Na situação apresentada, Antônio José e Maria Clara podem participar da Previdência Social. Fazendo uma análise mais criteriosa, Antônio José e Maria Clara não apenas podem, mas devem necessariamente participar da Previdência Social, pois ambos exercem atividades que os enquadram como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social. Por fim, quem deve participar da Previdência Social, por certo pode fazê-lo.

Gabarito: *E*

47. (ADAPTADA / INÉDITA)

No âmbito da Seguridade Social, com sede na Constituição Federal/88 (art. 194), podemos afirmar que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à vida e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, conforme disposto no caput do art. 194 da CF/88. A "vida" não faz parte das ações da Seguridade Social.

Gabarito: ERRADO

48. (ADAPTADA / INÉDITA)

Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. Tal afirmação está em consonância com o conceito constitucional da Seguridade Social previsto no art. 194 da CF, pois a Previdência Social, a Saúde e Assistência Social são as três partes que compõe a Seguridade Social.

Gabarito: CERTO

49. (ADAPTADA / INÉDITA)

A saúde exige contribuição prévia.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. A saúde é direito de todos e dever do Estado. Assim sendo, os serviços públicos de saúde no Brasil se destinam a todos e independem de qualquer contribuição para a Seguridade Social.

Gabarito: ERRADO

50. (ADAPTADA / INÉDITA)

A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. A Assistência Social, conforme disposto no art. 203 da Constituição Federal, será prestada a quem dela necessitar. Assim sendo, a Assistência Social no Brasil não se destina a todos, mas apenas às pessoas necessitadas.

Gabarito: ERRADO

51. (ADAPTADA / INÉDITA)

Lucas, menor carente, de 13 anos, e Bruno, empresário bem-sucedido, de 21 anos, desejam participar de programas assistenciais e de saúde pública. De acordo com a situação-problema apresentada, é correto afirmar que Lucas e Bruno podem participar da Saúde.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. Como já vimos, os serviços públicos de saúde no Brasil se destinam a todos, sejam pobres ou ricos, necessitados ou abastados.

Gabarito: CERTO

52. (ADAPTADA / INÉDITA)

À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue o item a seguir: A Seguridade Social pode compreender ações de iniciativa da sociedade.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, conforme disposto no caput do art. 194 da CF/88. Portanto, a Seguridade Social pode compreender ações de iniciativa da sociedade.

Gabarito: CERTO

53. (ADAPTADA / INÉDITA)

A Constituição Federal de 1988 deu novo tratamento à Previdência Social no Brasil em relação às constituições pretéritas. O conceito de Seguridade Social colocado no Título da Ordem Social constitui em um novo paradigma constitucional à medida que a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde, conforme podemos observar pela leitura do caput do art. 194 da CF/88, haja vista tratar-se de um conjunto integrado de ações.

Gabarito: CERTO

54. (ADAPTADA / INÉDITA)

À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue o item a seguir: Compete ao Poder Público organizar a Seguridade Social nos termos da lei.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A organização da Seguridade social cabe ao Poder Público, conforme disposto no parágrafo único do art. 194 da CF/88.

Gabarito: CERTO

---

55. (CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

De acordo com o princípio da universalidade da seguridade social, os estrangeiros no Brasil poderão receber atendimento da seguridade social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está CORRETA. O princípio da universalidade é o primeiro do art. 194 da Constituição Federal sobre o assunto, e assim dispõe:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *I - universalidade da cobertura e do atendimento; (...)*

O princípio da universalidade do atendimento tem por objetivo tornar a Seguridade acessível a todas as pessoas residentes no país, inclusive estrangeiras. Especificamente em relação à saúde, não há qualquer restrição. Assim sendo, até mesmo um estrangeiro que esteja passando férias no Brasil e não tenha direito a cobertura previdenciária nem assistencial, ainda assim terá direito a saúde.

E apesar de só ser atendido por um dos pilares da seguridade social, o estrangeiro no Brasil poderá ser atendido.

Gabarito: *CERTO.*

---

56. (CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016)

A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da seguridade social, julgue o seguinte item.

O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento implica no entendimento de que o Estado deve prover, por meio da seguridade social, gratuitamente e independentemente de contribuição, assistência social, saúde e previdência a todos que necessitam desses benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está ERRADA, pois assistência social e saúde realmente são gratuitos e independem de qualquer contribuição, sendo que a saúde é um direito de todos e a assistência social é direito daqueles que necessitem. No entanto, conforme estudamos, com a previdência é diferente. Previdência necessita sim de contribuição, possuindo caráter contributivo e obrigatório.

Gabarito: *ERRADO*

---

57. (CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

Com base no disposto no Decreto n.° 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue o item subsecutivo.

A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está CORRETA, para confirmar isso basta consultar o art. .1° do Decreto n.° 3.048/1999, que reproduz o que já está previsto no texto constitucional:

> *Art. 1° A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. A seguridade social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:*

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

(....).

Gabarito: *CERTO.*

---

58. (CESPE - Analista do Seguro Social/2016)

Com relação ao RGPS, julgue o item que se segue.

O RGPS tem como princípio a universalidade de cobertura, o que significa que os segurados vinculados a esse regime e seus dependentes têm direito aos mesmos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Parte dessa afirmativa está correta, quando o examinador diz que o RGPS tem como princípio a universalidade de cobertura. No entanto, quando ele diz que isso significa que os segurados vinculados a esse regime e seus dependentes têm direitos aos mesmos benefícios e serviços, isso está incorreto e pode ser observado ao longo de diversos dispositivos legais que regem o tema. Em nossas próximas aulas estudaremos os benefícios dos segurados e dos dependentes, onde poderemos perceber que segurados e dependentes não terão direito aos mesmos benefícios e serviços.

Gabarito: *ERRADO.*

---

59. (CESPE - Analista do Seguro Social/2016)

Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsecutivo.

Na organização da seguridade social, o objetivo da universalidade da cobertura e do atendimento diz respeito, mais diretamente, à política de previdência social, dada a superação de sua lógica securitária.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa está incorreta, pois: a) universalidade da cobertura, também chamado universalidade objetiva, significa que todos os riscos e contingências a que podem estar sujeitas

as pessoas residentes no território nacional devem ser cobertos pelo sistema; b) universalidade do atendimento, também chamado universalidade subjetiva, significa que todas as pessoas residentes no território nacional devem ser atendidas pelo sistema.

Por fim, importante destacarmos ainda que a previdência social atende a quem contribui, a assistência social atende aos necessitados, sem depender de contribuição e a saúde atende a todos.

Gabarito: *ERRADO*

---

60. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: universalidade da cobertura e do atendimento.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz fielmente o disposto no inciso I, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Segundo a universalidade da cobertura, a proteção social oferecida pela Seguridade Social deve alcançar todos os riscos sociais (infortúnios), aos quais quaisquer pessoas estão sujeitas, e que possam levá-las a uma condição de necessidade.

A universalidade do atendimento, por sua vez, visa tornar a Seguridade Social acessível a todas as pessoas.

Gabarito: *CERTO.*

---

61. (ADAPTADA / INÉDITA)

Quanto aos princípios constitucionais da Seguridade Social, é correto afirmar que a universalidade da cobertura e do atendimento significa a cobertura de todos os riscos, chamados riscos sociais, que podem atingir as pessoas que vivem em sociedade e que todos os residentes e domiciliados no território nacional - brasileiros e estrangeiros – devem ser atendidos pelo Sistema de Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. O enunciado da questão reproduz fielmente o conceito doutrinário referente ao princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, respectivamente.

Gabarito: *CERTO.*

---

62. (ADAPTADA / INÉDITA) – CESPE - Técnico do Seguro Social/2016

Com base no disposto na Lei n.° 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte.

Os princípios que regem a previdência social incluem a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A afirmativa está CORRETA, nos termos do art. 2 da lei n.° 8.213/1991, pois a uniformidade e a equivalência dos serviços prestados e dos benefícios das populações urbanas e rurais é um dos princípios da previdência social.

> *Art. 2° A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos: [...]*
>
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*
>
> *(...)*

Gabarito: *CERTO.*

---

63. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Não podemos falar em prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais, pois contraria frontalmente o disposto no inciso II, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88, que determina como sendo um dos objetivo da Seguridade Social a "uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais", e não a prevalência de tais prestações às populações rurais, como afirma erroneamente o enunciado.

A uniformidade mencionada refere-se à igualdade quanto aos eventos a serem cobertos para as populações urbanas e rurais.

A equivalência, no entanto, refere-se ao valor pecuniário dos benefícios ou qualidade da prestação dos serviços, em relação às populações urbanas e rurais, devendo tais prestações ser equivalentes.



O único dos princípios constitucionais da Seguridade Social que menciona os "trabalhadores urbanos e rurais" é o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. Além disso, a mencionada uniformidade e equivalência se referem não apenas aos benefícios, mas também aos serviços prestados.

Gabarito: *ERRADO*

---

64. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso III, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

A seletividade impõe ao legislador a delimitação do rol de prestações, devendo definir, na lei orçamentária, onde aplicar os limitados recursos, dentro das ilimitadas demandas da sociedade, levando-se em conta as prestações sociais de maior relevância e as possibilidades econômico-financeiras do sistema.

A distributividade, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade. Como exemplo de distributividade podemos citar a assistência social, que é concedida apenas quem dela necessitar. Também podemos citar o auxílio-reclusão e o salário-família, concedidos não a todos os segurados, mas apenas aos segurados de baixa renda.

Gabarito: *CERTO.*

---

65. (ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a seletividade na prestação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. O princípio da Seletividade na Prestação dos Benefícios e Serviços está previsto no art. 194, § único, inciso III da CF/88, mas não faz nenhuma referência às populações urbanas e rurais.

Gabarito: *ERRADO*

---

66. (CESPE - Advogado da União/2015)

No que diz respeito à seguridade social, julgue o item a seguir.

Conforme a jurisprudência do STF, a irredutibilidade do valor dos benefícios é garantida constitucionalmente, seja para assegurar o valor nominal, seja para assegurar o valor real dos benefícios, independentemente dos critérios de reajuste fixados pelo legislador ordinário.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa que cobra o seu conhecimento sobre a jurisprudência do STF, está ERRADA, pois não é independente dos critérios de reajuste fixados pelo legislador ordinário. Para não deixar dúvidas, vejamos a elucidação da Suprema Corte:

> *"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. REVISÃO. ARTIGO 201, § 4º, DA CB/88. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.*
>
> *1. Este Tribunal fixou entendimento no sentido de que o disposto no artigo 201, § 4º, da Constituição do Brasil, assegura a revisão dos benefícios previdenciários **conforme critérios definidos em lei**, ou seja, **compete ao legislador ordinário definir as diretrizes para conservação do valor real do benefício. Precedentes**. 2. Controvérsia decidida à luz de legislações infraconstitucionais. Ofensa indireta à Constituição do Brasil. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(STF – AI 668.444-AgR – Relator Ministro EROS GRAU – Segunda Turma – Julgamento em 13.11.2007 – Publicação em 07.12.2007)

(DESTAQUES NOSSOS)

Ou seja, segundo o STF quem deverá garantir a conservação do valor real do benefício é a lei. A Constituição Federal, segundo entendimento do STF, garante apenas a manutenção do seu valor nominal.

Gabarito: *ERRADO*

---

67. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: irredutibilidade do valor dos benefícios.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso IV, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Mas muita atenção: a irredutibilidade refere-se somente ao valor dos "benefícios". Já houve diversas provas em que a questão era apresentada, para confundir o candidato, afirmando que um dos objetivos da Seguridade Social é a irredutibilidade do valor dos "serviços".

Gabarito: *CERTO.*

---

68. (ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a irredutibilidade do valor dos serviços.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. O correto seria Irredutibilidade do Valor dos Benefícios, conforme disposto no art. 194, § único, inciso IV da Constituição Federal. Não há previsão para Irredutibilidade do Valor dos

Serviços, pois os serviços não têm valor pecuniário e não podem, portanto, ter seus valores reduzidos ou aumentados.

Gabarito: *ERRADO*

69. (ADAPTADA / INÉDITA)

Segundo a organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, podemos afirmar que o valor dos benefícios pode ser diminuído gradativamente.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Um dos objetivos da Seguridade Social proíbe a diminuição do valor dos benefícios, conforme disposto no art. 194, § único, inciso IV da Constituição Federal, que dispõe sobre a Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.

Gabarito: *ERRADO*

70. (ADAPTADA / INÉDITA)

Quanto aos princípios constitucionais da Seguridade Social, é correto afirmar que o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, significa a irredutibilidade do valor real, protegendo-os do fenômeno inflacionário.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, tal princípio visa apenas proteger o valor nominal do benefício, uma vez que o valor real já está protegido pelo art. 201, §4° da CF/88.

Gabarito: *ERRADO*

71. (ADAPTADA / INÉDITA) – (CESPE - Especialista em Assistência Penitenciária/Serviço Social/2015)

Com referência à política social e legislação social, julgue o item subsequente.

Os objetivos da seguridade social, embasados em ações de discriminação positiva, visam alcançar a universalidade da cobertura e do atendimento e a equidade na forma de participação dos segurados.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

A questão aborda regras da seguridade social, tratando especificamente da Previdência Social.

A assertiva está CORRETA, apesar de o examinador ter buscado rebuscar m pouco a linguagem, quando do uso da expressão "ações de discriminação positiva". Para verificar isso basta consultarmos o art.194 da Constituição Federal:

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *I - universalidade da cobertura e do atendimento;*
>
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*
>
> *III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;*
>
> *IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;*
>
> *V - equidade na forma de participação no custeio;*
>
> *VI - diversidade da base de financiamento;*
>
> *VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*

Gabarito: *CERTO.*

---

72. (ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/Geral/2012)

Assinale a opção incorreta.

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

a) universalidade da cobertura e do atendimento, de modo.

b) prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

d) irredutibilidade do valor dos benefícios.

e) equidade na forma de participação no custeio.

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA INCORRETA.

A resolução da presente questão tem por base o parágrafo único e respectivos incisos do art. 194 da Constituição Federal, cujo texto reproduzimos a seguir:

> *"Art. 194. ...*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *I - universalidade da cobertura e do atendimento;*
>
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*
>
> *III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;*
>
> *IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;*
>
> *V - equidade na forma de participação no custeio;*
>
> *VI - diversidade da base de financiamento;*
>
> *VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados."*

Tais objetivos são também denominados, tanto pela doutrina como pelas bancas de concursos, como princípios constitucionais específicos da Seguridade Social. Tais princípios também são reproduzidos no parágrafo único do Art. 1° da Lei n° 8.212/91.

Tomando por base o texto constitucional citado, vamos à análise de cada alternativa:

a) universalidade da cobertura e do atendimento, de modo. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz o disposto no inciso I, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Outrossim, a banca reconheceu o erro tipográfico consistente em adição da expressão "de modo", ao final da presente alternativa, o que, segundo ela, não prejudica o quesito nem torna a

opção juridicamente incorreta. A banca afirmou que, do ponto de vista jurídico, tanto faz se a expressão esteja presente, como ausente.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

b) prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais. (ASSERTIVA ERRADA).

Não podemos falar em prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais, pois contraria frontalmente o disposto no inciso II, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. O correto seria "uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais".

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, essa será a alternativa a ser assinalada.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso III, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

d) Irredutibilidade do valor dos benefícios. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso IV, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

e) equidade na forma de participação no custeio. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso V, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88.

Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

Gabarito: *B*

73. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: equidade na forma de participação no custeio.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

CORRETA. A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso V, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Tal princípio busca, como já estudamos, a observância dos critérios de justiça e igualdade, e consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Estabelece, também, que a contribuição para o sistema será determinada de acordo com a capacidade econômica de cada contribuinte, ou seja, quem tem maior capacidade contributiva deverá contribuir com mais; quem tem menor capacidade, com menos.

Gabarito: *CERTO.*

---

74. (ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar que está previsto na CF/88, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a equidade na cobertura.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. O correto seria Equidade na Forma de Participação no Custeio, conforme disposto no art. 194, § único, inciso V da CF/88. Não há previsão para equidade na cobertura, conforme afirma o enunciado da questão.

Gabarito: *ERRADO.*

---

75. (ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/2009)

Tendo em vista os princípios e diretrizes da Seguridade Social, nos termos do texto da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção incorreta.

a) Diversidade da base de financiamento.

b) Universalidade da cobertura e do atendimento.

c) Equidade na forma de participação no custeio.

d) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços.

e) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

COMENTÁRIOS:

O enunciado pede que assinalemos a ASSERTIVA INCORRETA.

A resolução da presente questão tem por base o parágrafo único e respectivos incisos do art. 194 da Constituição Federal, cujo texto reproduzimos a seguir:

> *"Art. 194. ...*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *I - universalidade da cobertura e do atendimento;*
>
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*
>
> *III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;*
>
> *IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;*
>
> *V - equidade na forma de participação no custeio;*
>
> *VI - diversidade da base de financiamento;*
>
> *VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados."*

Tais objetivos são também denominados, tanto pela doutrina como pelas bancas de concursos, como princípios constitucionais específicos da Seguridade Social.

Tomando por base o texto constitucional citado, vamos à análise de cada alternativa:

a) Diversidade da base de financiamento. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso VI, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

b) Universalidade da cobertura e do atendimento. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso I, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

c) Equidade na forma de participação no custeio. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso V, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

d) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços. (ASSERTIVA ERRADA).

Como podemos observar na leitura atenta do inciso IV, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88, a irredutibilidade aplica-se apenas aos benefícios. Os benefícios são prestações dotadas de conteúdo pecuniário, como, por exemplo, uma aposentadoria ou um auxílio doença. Os serviços, por sua vez, não possuem natureza pecuniária. Assim sendo, não há previsão para a irredutibilidade do valor dos serviços. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, essa será a alternativa a ser assinalada.

e) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. (ASSERTIVA CORRETA).

A presente alternativa reproduz a literalidade do inciso II, do parágrafo único, do art. 194 da CF/88. Como o enunciado pede para assinalarmos a opção incorreta, não podemos assinalar esta alternativa.

Gabarito: *D.*

---

76. (ADAPTADA / INÉDITA)

Com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, encontra-se a Universalidade da base de financiamento.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Conforme disposto no art. 194, § único, inciso I da Constituição Federal, o correto seria Universalidade da Cobertura e do Atendimento. Também estaria correto se a assertiva afirmasse

Diversidade da Base de Financiamento, conforme disposto no art. 194, § único, inciso VI da Constituição Federal. Universalidade da Base de Financiamento, como trazido pela questão, não existe na CF/88.

Gabarito: *ERRADO.*

---

77. (ADAPTADA / INÉDITA)

A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos da Seguridade Social. Entre os quais, está correto a unicidade da base de financiamento.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Entre os objetivos da Seguridade Social, elencados no art. 194, § único da CF/88, não se encontra a unicidade da base de financiamento. O correto seria afirmar a previsão da diversidade da base de financiamento, conforme disposto no art. 194, § único, inciso VI da Constituição Federal.

Gabarito: *ERRADO.*

---

78. (CESPE - Analista Judiciário (TRT 10ª Região) / Judiciária / "Sem Especialidade"/2013 (e mais 1 concurso)

Com base nas disposições emanadas do direito previdenciário, julgue o item abaixo.

O princípio do caráter democrático da administração da seguridade social preconiza que sua gestão será quadripartite, com a participação da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa está INCORRETA, pois a gestão quadripartite da Seguridade Social, nos termos da CF/88, é composta por

- Trabalhadores;
- Empregadores;
- Aposentados;

- Governo.

Assim sendo a primeira parte da afirmativa está correta, conforme o inciso VII do parágrafo único, do Art 194 da Constituição Federal, que assim dispõe:

> *Art. 194. (...)*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: […]*
>
> *VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*

Gabarito: *ERRADO.*

79. (CESPE - Defensor Público do Distrito Federal/2013)

Julgue o item a seguir, relativo à seguridade social e a acidente do trabalho.

Entre os objetivos em que se baseia a organização da seguridade social no Brasil inclui-se o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

Essa afirmativa, novamente testa o seu conhecimento sobre o art., 194 da Constituição Federal. Conforme o inciso VII do parágrafo único, do referido artigo, podemos concluir que a assertiva está errada, poia a gestão da Seguridade Social é quadripartite, a não tripartite, com a participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo em órgãos colegiados.

> *Art. 194. (...)*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: […]*
>
> *VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*

Gabarito: *ERRADO*

80. (FCC - Auditor – TCE/CE - 2015)

Em relação às disposições legais sobre organização e princípios da Seguridade Social previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

a) Uma das diretrizes da Previdência Social é o seu caráter centralizado, com direção única em cada esfera de governo.

b) As ações e serviços públicos de Saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com natureza facultativa, solidária e contributiva.

d) A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos expressos da Previdência Social.

e) Em razão da diversidade da base de financiamento, não há uniformidade e equivalência entre os benefícios às populações urbanas e rurais.

COMENTÁRIOS:

Essa questão pede para que você selecione a alternativa CORRETA e testa os seus conhecimentos sobre seguridade social (conceituação geral), conforme diversos artigos da CF/88, os quais exploraremos abaixo, conforme as alternativas.

Analisemos as assertivas:

a) Uma das diretrizes da Previdência Social é o seu caráter centralizado, com direção única em cada esfera de governo.

Para quem já estudou um pouco o texto constitucional, a palavra "centralizado" já salta aos olhos, não é? Ora, essa alternativa está incorreta, pois a Seguridade Social, que abrange saúde, assistência social e previdência, pelo artigo 194 da Constituição Federal, possui caráter descentralizado.

> *Art. 194 ...*
>
> *VII - caráter democrático e **descentralizado** da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.*

Alternativa INCORRETA.

b) As ações e serviços públicos de Saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

Conforme consta no Art. 198 da Constituição Federal, podemos concluir que essa alternativa é a CORRETA, senão vejamos:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Portanto, alternativa CORRETA

c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com natureza facultativa, solidária e contributiva.

Aqui, o examinador tentou confundir o candidato misturando alguns conceitos de "assistência social" com de "previdência social". Contudo, essa alternativa está claramente incorreta, pois assistência social, assim como a saúde, são independentes de qualquer contribuição, conforme podemos verificar logo no caput do art. 203, abaixo reproduzido em sua integra:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Portanto, alternativa INCORRETA.

d) A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos expressos da Previdência Social.

Essa alternativa também está INCORRETA, pois promoção e integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos da assistência social e não da previdência social. Mais uma vez, o examinador tenta confundir o candidato misturando conceitos de "Previdência" com "Assistência". Bom a esta altura já deu para você perceber que esse tipo de pegadinha é muito comum. Portanto, fique atento.

Alternativa INCORRETA.

e) Em razão da diversidade da base de financiamento, não há uniformidade e equivalência entre os benefícios às populações urbanas e rurais.

Essa alternativa está incorreta, pois conforme previsto no inciso II, parágrafo único, do art. 194 da Constituição Federal, um dos objetivos da Seguridade Social é a equivalências de direito entre os benefícios e serviços das populações urbanas e rurais. Tal fato não tem nada que ver com a diversidade da base de financiamento.

> *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*
>
> *Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:*
>
> *(...)*
>
> *II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;*

Portanto, Alternativa INCORRETA

Gabarito: *B*

---

81. (ADAPTADA / INÉDITA)

Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, monocrática e quadripartite.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, democrática e quadripartite. A assertiva está errada por afirmar que a gestão ocorre de forma monocrática.

Gabarito: *ERRADO*

---

82. (ADAPTADA / INÉDITA)

Segundo a organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, podemos afirmar que a gestão da Seguridade Social é ato privativo do Poder Público.

Certo ( )

Errado ( )

COMENTÁRIOS:

ERRADA. Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social dar-se-á de forma quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do próprio governo nos órgãos colegiados, não sendo, portanto, ato privativo do poder público.

Gabarito: *ERRADO*

---

83. (ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2014)

Sobre o princípio constitucional da solidariedade, próprio do direito previdenciário, julgue os itens a seguir, classificando-os como certos ou errados. Em seguida, assinale a opção correta.

I. A solidariedade é a justificativa elementar para a compulsoriedade do sistema previdenciário, pois os trabalhadores são coagidos a contribuir em razão da cotização individual ser necessária para a manutenção de toda a rede protetiva, e não para a tutela do indivíduo, isoladamente considerado.

II. A solidariedade é pressuposto para a ação cooperativa da sociedade, sendo essa condição fundamental para a materialização do bem-estar social, com a necessária redução das desigualdades sociais.

III. É a solidariedade que justifica a cobrança de contribuições pelo aposentado que volta a trabalhar.

IV. A solidariedade impede a adoção de um sistema de capitalização pura em todos os segmentos da previdência social.

a) Apenas I está correta.

b) Apenas I e II estão corretas.

c) Apenas I, II e III estão corretas.

d) Apenas II e III estão corretas.

e) Todos os itens estão corretos.

COMENTÁRIOS:

Com base na nossa introdução teórica, já temos condições de analisar as assertivas da questão:

I – A Previdência Social possui caráter contributivo e compulsório. Assim sendo, os trabalhadores são coagidos a contribuir em razão da cotização individual ser necessária para a manutenção de toda a rede protetiva. (*ASSERTIVA CORRETA*).

II - A solidariedade é sim um pressuposto para a ação cooperativa da sociedade, pois a contribuição não pertence a quem contribuiu, mas sim a todo e qualquer beneficiário do sistema. Tal princípio constitucional é medida necessária para a redução das desigualdades sociais, pois o mais afortunado contribui com mais e o mais carente, em regra, é quem mais utiliza os benefícios do sistema, apesar de contribuir com menos. (*ASSERTIVA CORRETA*).

III - A solidariedade justifica a cobrança de contribuições pelo aposentado que volta a trabalhar, pois, como já sabemos, quem contribui não o faz para si, mas sim para toda a sociedade. (*ASSERTIVA CORRETA*).

IV - Atualmente, são duas as formas existentes para gerar os recursos que se transformarão em benefícios no sistema previdenciário: o Regime de Repartição e o Regime de Capitalização. Especificamente em relação à Previdência Social, a solidariedade, como já vimos, realmente impede a adoção de um sistema de capitalização pura, como encontramos nos regimes de previdência complementar privado. Nos segmentos da previdência social, a contribuição deverá, obrigatoriamente, respeitar o princípio constitucional da solidariedade, onde a contribuição é direcionada para o sistema, não apenas visando o seu próprio direito, mas sim visando o bem comum, ou seja, o direito de toda a coletividade. (*ASSERTIVA CORRETA*).

Conforme apresentamos acima, todos os itens estão corretos.

Gabarito : *E*

---

84. (FCC - Procurador Autárquico – MANAUSPREV - 2015)

A seguridade social será financiada mediante recursos provenientes dos poderes públicos e de algumas contribuições sociais de particulares. Sobre estas últimas, após a criação por lei, somente poderão ser exigidas:

a) após decorridos 120 dias.

b) no dia seguinte da sua criação.

c) no exercício financeiro seguinte ao ano da criação.

d) após decorridos 45 dias.

e) após decorridos 90 dias.

COMENTÁRIOS:

Essa questão busca ver se você tem conhecimentos sobre o art. 195 da CF/88, que a pesar de um pouco longo, é de suma importância para o candidato. Para analisar as alternativas, vamos rever o referido artigo em seu caput e, especificamente, seu § 6°:

> *Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:*
>
> *[...]*
>
> *§ 6° As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".*

Como podemos ver, o § 6° estabelece que as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da publicação da lei, portanto, sem dúvidas, conhecendo o dispositivo legal, podemos marcar o "x" na alternativa E.

Gabarito: *E*



5.1. LISTA DAS QUESTÕES

1. (CESPE – Analista Portuário – EMAP – 2018)

O sistema de seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos, que se destinam à garantia de saúde, previdência e assistência à sociedade.

Certo ( )

Errado ( )

2. (CESPE – Analista Judiciário STM – Serviço Social – 2018)

A previdência social e a assistência social visam assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Certo ( )

Errado ( )

3. (CESPE – Analista Judiciário – STM – 2018)

Acerca da Lei n.° 8.212/1991, que dispõe sobre a seguridade social, julgue o item a seguir.

A previdência social e a assistência social visam assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Certo ( )

Errado ( )

4. (CESPE – Analista Judiciário STM – Serviço Social – 2018)

Acerca da Lei n.° 8.212/1991, que dispõe sobre a seguridade social, julgue o item a seguir.

Os princípios e diretrizes da seguridade social incluem a participação da iniciativa privada na assistência à área da saúde, desde que obedecidos os preceitos constitucionais.

Certo ( )

Errado ( )

5. (CESPE- Analista Judiciário – PGE PE – 2019)

Acerca da seguridade social, julgue o item seguinte.

O princípio da universalidade de cobertura da seguridade social assegura a concessão de todos os benefícios e serviços a todas as pessoas que deles necessitarem, independentemente de contribuição.

Certo ( )

Errado ( )

6. (CESPE – Analista Judiciário – STJ – 2018)

Com relação à organização e aos princípios do sistema de seguridade social brasileiro, julgue o item a seguir.

O princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços está relacionado à seleção dos riscos sociais e à extensão da proteção patrocinada pelo Estado a todas as pessoas.

Certo ( )

Errado ( )

7. (CESPE – Analista Judiciário STJ- 2018)

O princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços está relacionado à seleção dos riscos sociais e à extensão da proteção patrocinada pelo Estado a todas as pessoas.

Certo ( )

Errado ( )

8. (CESPE – Procurador Municipal – Prefeitura Boa Vista – 2019)

A respeito de princípios constitucionais relativos à seguridade social, julgue o item a seguir.

O princípio da diversidade da base de financiamento é imprescindível para a manutenção da saúde financeira e atuarial do sistema de seguridade social, uma vez que reduz o risco de desequilíbrio do orçamento direto e indireto desse sistema.

Certo ( )

Errado ( )

9. (CESPE – Analista Judiciário STM – Serviço Social – 2018)

Acerca da Lei n.° 8.212/1991, que dispõe sobre a seguridade social, julgue o item a seguir.

Constitui princípio e diretriz da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de membros da comunidade, entre os quais, os empresários.

Certo ( )

Errado ( )

10. (CESPE – Procurador do Município de Manaus – 2018)

Constitui objetivo da seguridade social manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.

Certo ( )

Errado ( )

11. (CESPE – Auditor Estadual – TCM BA – 2018)

O princípio da seguridade social que estabelece a proporcionalidade da contribuição social para o sistema conforme a condição financeira dos seus contribuintes denomina-se

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

b) seletividade e distributividade.

c) equidade na forma de participação do custeio.

d) diversidade da base de financiamento.

e) uniformidade e equivalência de benefícios.

12. (CESPE-Procurador do Estado de Pernambuco – 2018)

Conforme a doutrina, o princípio previdenciário que representa o sistema de repartição da seguridade social e garante a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais é o princípio da

a) Uniformidade da base de financiamento.

b) Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.

c) Solidariedade.

d) Equidade na forma de participação do custeio.

e) Diversidade da base de financiamento.

13. (CESPE – Auditor de Contas Públicas – TCE PB – 2018 - ADAPTADA)

De acordo com a CF, o RGPS é

a) organizado para garantir a proteção à maternidade, compreendida esta apenas como a exercida pela mãe gestante.

b) garantidor do reajustamento dos benefícios previdenciários apenas para preservar-lhes o valor nominal.

c) de filiação obrigatória, mas sem caráter contributivo.

d) organizado para atender, entre outros, à cobertura de eventos como doenças, invalidez e morte, mas não o desemprego involuntário.

e) garantidor de pelo menos um salário mínimo quando do pagamento de benefícios substitutivos do salário de contribuição ou de rendimento do trabalho.

14. (CESPE – Procurador do Município de Manaus – 2018)

Julgue o próximo item, relativo à organização, aos princípios e ao custeio da seguridade social.

Por força da regra da contrapartida, os benefícios e serviços da seguridade social somente poderão ser criados, majorados ou estendidos se existente a correspondente fonte de custeio total.

Certo ( )

Errado ( )

15. (FCC – Consultor Legislativo – CL DF – 2018)

A mudança no tratamento da questão social pela Constituição Federal de 1988 consagrou, em relação à Seguridade Social, o princípio basilar de

a) extensão da cobertura aos segmentos até então desprotegidos na sociedade.

b) cobertura do contribuinte direto.

c) sustentação orçamentária com enfoque na folha de pagamento do contribuinte.
d) assegurar assistência médica aos trabalhadores do mercado formal.

e) exclusão de cobertura contra riscos sociais.

16. (FCC – Analista Previdenciário – SEGEP – MA – 2018)

Tendo em vista que os princípios são a base do sistema jurídico e revelam a finalidade a ser perseguida pelos aplicadores da lei, considere:

I. São aplicáveis ao sistema da seguridade social os princípios da igualdade, da legalidade e da solidariedade social, todos eles subordinados ao princípio da dignidade da pessoa humana.

II. A universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio, entre outros, são considerados princípios constitucionais próprios da seguridade social.

III. Caráter democrático e descentralização da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados, também é considerado um princípio constitucional da seguridade social.

a) II e III, apenas.
b) I, II e III.
c) I e II, apenas.
d) I, apenas.
e) III, apenas.

17. (FCC – Auditor Público Externo – TCE – RS – 2018)

O princípio constitucional que diz respeito aos aspectos objetivos, às contingências que irão ser cobertas, bem como aquele que tomará por base o aspecto pecuniário ou do atendimento dos serviços, que não serão necessariamente iguais, mas correspondentes, na medida do possível, dependendo do tempo de contribuição, coeficiente de cálculo, sexo, idade, é o da

a) universalidade da cobertura e do atendimento.

b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

d) equidade na forma de participação no custeio.

e) diversidade da base de financiamento.

18. (FCC – PROCURADOR DO ESTADO DO AMAPÁ – 2018)

Quanto ao conceito, princípios e organização da seguridade social, conforme previsão na Constituição Federal,

a) a diversidade da base de financiamento e a irredutibilidade do valor dos benefícios são objetivos a serem alcançados pelo poder público na organização da seguridade social.

b) a gestão administrativa deve ser tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

c) a seguridade social está assentada no binômio que engloba o conjunto de ações de iniciativa do poder público e da sociedade, destinado a assegurar direitos restritos à previdência e à assistência social.

d) a universalidade do atendimento não se constitui em objetivo da seguridade social, na medida em que o seguro social fornece proteção apenas para certas categorias de pessoas não amparando toda a sociedade.

e) a uniformidade dos benefícios significa que o valor da renda mensal dos benefícios deve ser igual, e não equivalente, entre populações urbanas e rurais.

19. (FCC- Técnico Previdenciário – SEGEP MA – 2018)

Considere:

I. acesso universal e igualitário.

II. descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

III. universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.

IV. previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

De acordo com a Lei nº 8.212/91, a organização da Previdência Social obedecerá determinados princípios e diretrizes, entre eles os indicados APENAS em

a) II, III e IV.

b) I e II.

c) I, II e III.

d) III e IV.

e) I, III e IV.

20. (Inédita)

Cícero recebe o benefício de aposentadoria por invalidez. De acordo com o princípio da irredutibilidade do valor do benefício e com as disposições da legislação previdenciária, o valor do seu benefício deverá ser reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário mínimo, com base no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Certo ( )

Errado ( )

21. (Inédita)

Adália é maior de 65 anos e é beneficiária do Benefício Assistencial ao Idoso (BPC- LOAS). De acordo com a jurisprudência do STF, seu benefício deverá ser reajustado anualmente de forma que seja mantido o seu valor real.

Certo ( )

Errado ( )

22. (Inédita)

Acerca dos princípios da seguridade social, podemos afirmar que equidade na forma de participação do custeio e isonomia são conceitos que se confundem.

Certo ( )

Errado ( )

23. (Inédita)

O princípio da solidariedade é um dos princípios que dão suporte para que o Regime Geral de Previdência Social possa ser organizado em Regime de Repartição Simples.

Certo ( )

Errado ( )

24. (Inédita)

O princípio da distributividade impõe ao legislador a seleção dos riscos e contingências a serem atendidos pela Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

25. (Inédita)

Tendo por base as disposições constitucionais sobre a ordem social, é possível afirmar que a uniformidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais está entre os objetivos da Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

26. (Inédita)

Dada a extensão da proteção social a ser garantida pelo Estado no âmbito da seguridade social, o princípio da diversidade da base de financiamento tem por objetivo garantir a arrecadação de contribuições, por meio de variadas fontes de custeio.

27. (Inédita)

Cabe ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social em razão do princípio constitucional da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

28. (Inédita)

Dado o princípio da equidade na forma de participação do custeio, podemos afirmar que as contribuições sociais devidas ao sistema da seguridade social são iguais para todos os trabalhadores.

Certo ( )

Errado ( )

29. (Inédita)

O princípio constitucional aplicável à Seguridade Social da universalidade da cobertura e do atendimento é observado sem ressalvas na assistência social, uma vez que esta está disponível a todos que dela necessitarem.

Certo ( )

Errado ( )

30. (Inédita)

Acerca dos princípios constitucionais da Previdência Social é correto afirmar que é assegurado reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos em lei.

Certo ( )

Errado ( )

31. (Inédita)

Sobre os princípios e objetivos da seguridade social, assinale a alternativa que apresenta um princípio específico da previdência social.

a) Universalidade da cobertura e do atendimento.

b) Equidade na forma de participação do custeio.

c) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

d) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

e) valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo.

32. (Inédita)

A Seguridade Social possui um princípio cujo objetivo é a manutenção da saúde financeira e atuarial do sistema, uma vez que reduz o risco de desequilíbrio orçamentário. Também há um princípio que estabelece a proporcionalidade da contribuição social para o sistema conforme a condição financeira de seus contribuintes. Os dois princípios mencionados são respectivamente:

a) Equidade na forma de participação do custeio / seletividade e distributividade.

b) Diversidade da base de financiamento / equidade na forma de participação do custeio.

c) Seletividade e distributividade / diversidade e distributividade.

d) Universalidade da cobertura e do atendimento / equidade na forma de participação do custeio.

e) Uniformidade e equivalência de benefícios / Seletividade e distributividade.

33. (Inédita)

Entre as situações práticas descritas abaixo, assinale aquela em que podemos observar a aplicação do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento.

a) Leonardo é empregado doméstico e recebe 1 salário mínimo e, junto a esse salário, ele recebe uma cota de salário família, por possuir um filho de 5 anos.

b) Carlos é idoso, maior de 65 anos, e por não possui meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família ele recebe o benefício assistencial ao idoso.

c) Josh é um americano que veio ao Brasil para conhecer o carnaval do Rio de Janeiro e, durante as festividades, veio a ter uma insolação, precisando de atendimento em um hospital do SUS.

d) Luiz foi condenado a reclusão em regime fechado em decorrência de crime de homicídio e seus dependentes passaram a receber auxílio-reclusão.

e) Ricardo, preocupado com as notícias em torno do futuro da previdência social no Brasil, resolveu aderir a um plano de previdência complementar oferecido aos funcionários da empresa em que ele trabalha.

34. (Inédita)

Dentre as descrições a seguir, assinale àquela que corresponde ao princípio da seletividade e distributividade.

a) Tal princípio prevê que para que haja ampliação do rol de cobertura dos benefícios da seguridade social, é necessário que se crie primeiro a fonte de custeio total.

b) Tal princípio disciplina que seguridade social deverá ter cobertura ampla, abrangendo todos os riscos sociais e todas as pessoas devem ser cobertas pelo sistema, inclusive os estrangeiros de passagem pelo território nacional.

c) Dada a limitação de recursos dos cofres públicos, tal princípio é direcionado ao legislador, a fim de que ele selecione as contingências que devem ser priorizadas pelo sistema da seguridade social, e selecione aqueles que serão abrangidos pelos benefícios e serviços.

d) Tendo como objetivo o equilíbrio financeiro do sistema, tal princípio prevê que as fontes de custeio da seguridade social devem ser variadas.

e) Buscando a justiça social, por meio do princípio da isonomia, tal princípio prevê que a participação no custeio da seguridade social se dará conforme a capacidade econômica do contribuinte.

35. (Inédita)

O princípio constitucional que está relacionado com a busca do equilíbrio financeiro da Seguridade Social, dando maior segurança ao sistema, de modo que as fontes de custeio não estejam concentradas em uma única fonte, é o da

a) universalidade da cobertura e do atendimento.
b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
d) equidade na forma de participação no custeio.
e) diversidade da base de financiamento.

36. (Inédita)

Entre os princípios aplicáveis à Seguridade Social, aquele que é destinado ao legislador, de forma que ele delimite o rol de prestações que serão prestadas pela Seguridade Social, selecionando os riscos e contingências que serão atendidos dentro das possibilidades financeiras do Poder Público é o princípio da

a) Diversidade da base de financiamento.
b) Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.
c) Equidade na forma de participação do custeio.
d) Universalidade da cobertura e do atendimento
e) Solidariedade.

Exercícios estudados nesta aula

37. (FCC - Juiz Do Trabalho - TRT 1ª Região – 2012)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações:

a) De iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

b) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

c) Exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

d) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

e) De iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

38. (FCC - Procurador De Contas – TCE/CE - 2015)

Nos termos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, a Seguridade Social compreende um conjunto de ações

a) integradas e de iniciativa exclusiva do Poder Público Federal e da sociedade, com destinação de garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

b) independentes e centralizadas, de iniciativa privativa dos Poderes Públicos, visando exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social.

c) integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

d) descentralizadas e concorrentes, de iniciativa privativa da União e dos Estados Membros, com objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social.

e) integradas e de iniciativa privativa dos Poderes Públicos com destinação à garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

39. (CESPE - Defensor Público do Distrito Federal/2013)

Julgue o item a seguir, relativos à seguridade social e o acidente do trabalho.

Nos termos da CF, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

40. (CESPE - Analista Legislativo (CAM DEP)/Área XXI/Consultor Legislativo/2014)

Acerca da seguridade social, julgue o item que se segue.

A previdência e a assistência social organizam-se com base em regime de caráter contributivo, razão pela qual somente serão prestadas aos segurados adimplentes com suas obrigações, diferentemente do direito à saúde, cujo atendimento independe de prévia contribuição por parte do beneficiário.

Certo ( )

Errado ( )

41. (CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

42. (CESPE - Analista de Gestão Educacional (SEDF)/Direito e Legislação/2017)

Julgue o próximo item, acerca do conceito e das fontes de custeio da seguridade social.

A seguridade social representa um conjunto de benefícios prestados pelo poder público ao trabalhador e aos membros de sua família, independentemente de contribuição.

Certo ( )

Errado ( )

43. (CESPE - Auditor de Controle Externo (TCE-PE)/Auditoria de Contas Públicas/2017)

Acerca do conceito e dos princípios da seguridade social no Brasil, julgue o item que se segue. A seguridade social representa um conjunto integrado de ações direcionadas à proteção exclusiva de trabalhadores que mantêm vínculo contributivo com algum órgão de assistência previdenciária.

Certo ( )

Errado ( )

44. (ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/2009)

A Constituição Federal de 1988 deu novo tratamento à Previdência Social no Brasil em relação às constituições pretéritas. O conceito de Seguridade Social colocado no Título da Ordem Social constitui em um novo paradigma constitucional à medida que:

a) a Previdência Social é vista como um direito social independente e não relacionado à Assistência Social.

b) a Previdência Social é vista como um subsistema da Saúde.

c) a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde.

d) Assistência Social e Previdência Social são conceitos jurídicos idênticos.

e) Saúde e Assistência Social são direitos sociais organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade.

45. (ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2009)

À luz da Organização da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:

I. Previdência Social, Educação e Assistência Social são partes da Seguridade Social;

II. a Saúde possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada;

III. a Previdência Social pode ser dada gratuitamente à população rural carente;

IV. a Assistência Social, por meio de sistema único e centralizado no poder central federal, pode ser dada a todos os contribuintes individuais da Previdência Social.

O número de itens errados é:

a) zero

b) um

c) dois

d) três

e) quatro

46. (ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2009)

Maria Clara, empregada doméstica com deficiência física, e Antônio José, empresário dirigente de multinacional sediada no Brasil, desejam contribuir para o Regime Geral de Previdência Social e com isso gozar de todos os benefícios e serviços prestados pela Seguridade Social.

De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

a) Maria Clara e Antônio José podem participar da Assistência Social.

b) só Antônio José pode participar da Previdência Social.

c) só Antônio José pode participar de benefícios previdenciários.

d) Maria Clara pode usufruir dos serviços de Saúde pública em razão da sua deficiência física.

e) Maria Clara e Antônio José podem participar da Previdência Social.

47. (ADAPTADA / INÉDITA)

No âmbito da Seguridade Social, com sede na Constituição Federal/88 (art. 194), podemos afirmar que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à vida e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

48. (ADAPTADA / INÉDITA)

Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

49. (ADAPTADA / INÉDITA)

A saúde exige contribuição prévia.

Certo ( )

Errado ( )

50. (ADAPTADA / INÉDITA)

A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.

Certo ( )

Errado ( )

51. (ADAPTADA / INÉDITA)

Lucas, menor carente, de 13 anos, e Bruno, empresário bem-sucedido, de 21 anos, desejam participar de programas assistenciais e de saúde pública. De acordo com a situação-problema apresentada, é correto afirmar que Lucas e Bruno podem participar da Saúde.

Certo ( )

Errado ( )

52. (ADAPTADA / INÉDITA)

À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue o item a seguir: A Seguridade Social pode compreender ações de iniciativa da sociedade.

Certo ( )

Errado ( )

53. (ADAPTADA / INÉDITA)

A Constituição Federal de 1988 deu novo tratamento à Previdência Social no Brasil em relação às constituições pretéritas. O conceito de Seguridade Social colocado no Título da Ordem Social constitui em um novo paradigma constitucional à medida que a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde.

Certo ( )

Errado ( )

54. (ADAPTADA / INÉDITA)

À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue o item a seguir: Compete ao Poder Público organizar a Seguridade Social nos termos da lei.

Certo ( )

Errado ( )

55. (CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

De acordo com o princípio da universalidade da seguridade social, os estrangeiros no Brasil poderão receber atendimento da seguridade social.

Certo ( )

Errado ( )

56. (CESPE - Analista Técnico-Administrativo (DPU)/2016)

A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da seguridade social, julgue o seguinte item.

O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento implica no entendimento de que o Estado deve prover, por meio da seguridade social, gratuitamente e independentemente de contribuição, assistência social, saúde e previdência a todos que necessitam desses benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

57. (CESPE - Técnico do Seguro Social/2016)

Com base no disposto no Decreto n.º 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue o item subsecutivo.

A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Certo ( )

Errado ( )

58. (CESPE - Analista do Seguro Social/2016)

Com relação ao RGPS, julgue o item que se segue.

O RGPS tem como princípio a universalidade de cobertura, o que significa que os segurados vinculados a esse regime e seus dependentes têm direito aos mesmos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

59. (CESPE - Analista do Seguro Social/2016)

Com referência à CF e às políticas de seguridade, julgue o item subsecutivo.

Na organização da seguridade social, o objetivo da universalidade da cobertura e do atendimento diz respeito, mais diretamente, à política de previdência social, dada a superação de sua lógica securitária.

Certo ( )

Errado ( )

60. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: universalidade da cobertura e do atendimento.

Certo ( )

Errado ( )

61. (ADAPTADA / INÉDITA)

Quanto aos princípios constitucionais da Seguridade Social, é correto afirmar que a universalidade da cobertura e do atendimento significa a cobertura de todos os riscos, chamados riscos sociais, que podem atingir as pessoas que vivem em sociedade e que todos os residentes e domiciliados no território nacional - brasileiros e estrangeiros – devem ser atendidos pelo Sistema de Seguridade Social.

Certo ( )

Errado ( )

62. (ADAPTADA / INÉDITA) – CESPE - Técnico do Seguro Social/2016

Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte.

Os princípios que regem a previdência social incluem a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais.

Certo ( )

Errado ( )

63. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.

Certo ( )

Errado ( )

64. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Certo ( )

Errado ( )

65. (ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a seletividade na prestação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

Certo ( )

Errado ( )

66. (CESPE - Advogado da União/2015)

No que diz respeito à seguridade social, julgue o item a seguir.

Conforme a jurisprudência do STF, a irredutibilidade do valor dos benefícios é garantida constitucionalmente, seja para assegurar o valor nominal, seja para assegurar o valor real dos benefícios, independentemente dos critérios de reajuste fixados pelo legislador ordinário.

Certo ( )

Errado ( )

67. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: irredutibilidade do valor dos benefícios.

Certo ( )

Errado ( )

68. (ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a irredutibilidade do valor dos serviços.

Certo ( )

Errado ( )

69. (ADAPTADA / INÉDITA)

Segundo a organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, podemos afirmar que o valor dos benefícios pode ser diminuído gradativamente.

Certo ( )

Errado ( )

70. (ADAPTADA / INÉDITA)

Quanto aos princípios constitucionais da Seguridade Social, é correto afirmar que o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal, significa a irredutibilidade do valor real, protegendo-os do fenômeno inflacionário.

Certo ( )

Errado ( )

71. (ADAPTADA / INÉDITA) – (CESPE - Especialista em Assistência Penitenciária/Serviço Social/2015)

Com referência à política social e legislação social, julgue o item subsequente.

Os objetivos da seguridade social, embasados em ações de discriminação positiva, visam alcançar a universalidade da cobertura e do atendimento e a equidade na forma de participação dos segurados.

Certo ( )

Errado ( )

72. (ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/Geral/2012)

Assinale a opção incorreta.

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

a) universalidade da cobertura e do atendimento, de modo.

b) prevalência dos benefícios e serviços às populações rurais.

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

d) irredutibilidade do valor dos benefícios.

e) equidade na forma de participação no custeio.

73. (ADAPTADA / INÉDITA)

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo: equidade na forma de participação no custeio.

Certo ( )

Errado ( )

74. (ADAPTADA / INÉDITA)

Podemos afirmar que está previsto na CF/88, com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, a equidade na cobertura.

Certo ( )

Errado ( )

75. (ESAF - Analista Tributário da Receita Federal do Brasil/2009)

Tendo em vista os princípios e diretrizes da Seguridade Social, nos termos do texto da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção incorreta.

a) Diversidade da base de financiamento.

b) Universalidade da cobertura e do atendimento.

c) Equidade na forma de participação no custeio.

d) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços.

e) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

76. (ADAPTADA / INÉDITA)

Com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, encontra-se a Universalidade da base de financiamento.

Certo ( )

Errado ( )

77. (ADAPTADA / INÉDITA)

A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos da Seguridade Social. Entre os quais, está correto a unicidade da base de financiamento.

Certo ( )

Errado ( )

78. (CESPE - Analista Judiciário (TRT 10ª Região) / Judiciária / "Sem Especialidade"/2013 (e mais 1 concurso)

Com base nas disposições emanadas do direito previdenciário, julgue o item abaixo.

O princípio do caráter democrático da administração da seguridade social preconiza que sua gestão será quadripartite, com a participação da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Certo ( )

Errado ( )

79. (CESPE - Defensor Público do Distrito Federal/2013)

Julgue o item a seguir, relativo à seguridade social e a acidente do trabalho.

Entre os objetivos em que se baseia a organização da seguridade social no Brasil inclui-se o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.

Certo ( )

Errado ( )

80. (FCC - Auditor – TCE/CE - 2015)

Em relação às disposições legais sobre organização e princípios da Seguridade Social previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

a) Uma das diretrizes da Previdência Social é o seu caráter centralizado, com direção única em cada esfera de governo.

b) As ações e serviços públicos de Saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com natureza facultativa, solidária e contributiva.

d) A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos expressos da Previdência Social.

e) Em razão da diversidade da base de financiamento, não há uniformidade e equivalência entre os benefícios às populações urbanas e rurais.

81. (ADAPTADA / INÉDITA)

Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, monocrática e quadripartite.

Certo ( )

Errado ( )

82. (ADAPTADA / INÉDITA)

Segundo a organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, podemos afirmar que a gestão da Seguridade Social é ato privativo do Poder Público.

Certo ( )

Errado ( )

83. (ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2014)

Sobre o princípio constitucional da solidariedade, próprio do direito previdenciário, julgue os itens a seguir, classificando-os como certos ou errados. Em seguida, assinale a opção correta.

I. A solidariedade é a justificativa elementar para a compulsoriedade do sistema previdenciário, pois os trabalhadores são coagidos a contribuir em razão da cotização individual ser necessária para a manutenção de toda a rede protetiva, e não para a tutela do indivíduo, isoladamente considerado.

II. A solidariedade é pressuposto para a ação cooperativa da sociedade, sendo essa condição fundamental para a materialização do bem-estar social, com a necessária redução das desigualdades sociais.

III. É a solidariedade que justifica a cobrança de contribuições pelo aposentado que volta a trabalhar.

IV. A solidariedade impede a adoção de um sistema de capitalização pura em todos os segmentos da previdência social.

a) Apenas I está correta.

b) Apenas I e II estão corretas.

c) Apenas I, II e III estão corretas.

d) Apenas II e III estão corretas.

e) Todos os itens estão corretos.

84. (FCC - Procurador Autárquico – MANAUSPREV - 2015)

A seguridade social será financiada mediante recursos provenientes dos poderes públicos e de algumas contribuições sociais de particulares. Sobre estas últimas, após a criação por lei, somente poderão ser exigidas:

a) após decorridos 120 dias.

b) no dia seguinte da sua criação.

c) no exercício financeiro seguinte ao ano da criação.

d) após decorridos 45 dias.

e) após decorridos 90 dias.

6. GABARITO GERAL



1 – **ERRADO**	2 – **ERRADO**	3 – **ERRADO**	4 – **CERTO**
5 – **ERRADO**	6 – **ERRADO**	7 – **ERRADO**	8 – **CERTO**
9 – **CERTO**	10 – **CERTO**	11 – **C**	12 – **C**
13 – **E**	14 – **CERTO**	15 – **A**	16 – **C**
17 – **B**	18 – **A**	19 – **D**	20 – **ERRADO**
21 – **ERRADO**	22 – **ERRADO**	23 – **CERTO**	24 – **ERRADO**
25 – **CERTO**	26 – **CERTO**	27 – **CERTO**	28 – **ERRADO**
29 – **ERRADO**	30 – **ERRADO**	31 – **E**	32 – **B**
33 – **C**	34 – **C**	35 – **E**	36 – **B**
37 – **D**	38 – **C**	39 – **ERRADO**	40 – **ERRADO**
41 – **CERTO**	42 – **ERRADO**	43 – **ERRADO**	44 – **C**
45 – **D**	46 – **E**	47 – **ERRADO**	48 – **CERTO**
49 – **ERRADO**	50 – **ERRADO**	51 – **CERTO**	52 – **CERTO**
53 – **CERTO**	54 – **CERTO**	55 – **CERTO**	56 – **ERRADO**
57 – **CERTO**	58 – **ERRADO**	59 – **ERRADO**	60 – **CERTO**
61 – **CERTO**	62 – **CERTO**	63 – **ERRADO**	64 – **CERTO**
65 – **ERRADO**	66 – **ERRADO**	67 – **CERTO**	68 – **ERRADO**
69 – **ERRADO**	70 – **ERRADO**	71 – **CERTO**	72 – **B**
73 – **CERTO**	74 – **ERRADO**	75 – **D**	76 – **ERRADO**
77 – **ERRADO**	78 – **ERRADO**	79 – **ERRADO**	80 – **B**
81 – **ERRADO**	82 – **ERRADO**	83 – **E**	84 – **E**

7. QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Perguntas e respostas simples e objetivas para fixação de conteúdo elementar.

1. *Quais as áreas que compõe a Seguridade Social?*
2. *A quem cabe a iniciativa das ações da Seguridade Social?*
3. *Quais áreas da Seguridade Social dependem de contribuição prévia?*
4. *Quem poderá ser beneficiário de cada ação da Seguridade Social?*
5. *A quem compete organizar a Seguridade Social?*
6. *Qual é a diferença entre universalidade da cobertura e universalidade do atendimento da Seguridade Social?*
7. *Qual é a diferença entre uniformidade e equivalência de benefícios e serviços da Seguridade Social e a quem se aplicam tais princípios?*
8. *Qual é a diferença entre o princípio da seletividade e o princípio da distributividade dos benefícios e serviços da Seguridade Social?*
9. *Qual é o conceito de irredutibilidade do valor dos benefícios segundo a legislação previdenciária e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF?*
10. *Qual é o conceito previdenciário do princípio da equidade na forma de participação no custeio?*
11. *O que a Constituição Federal visa assegurar com o princípio da diversidade da base de financiamento da Seguridade Social?*
12. *Segundo a CF/88, como deverá se dar a gestão da Seguridade Social e quem dela deverá participar?*

7.1. Respostas Comentadas do Questionário de Revisão

1. Quais as áreas que compõe a Seguridade Social?

A Seguridade é composta por 3 áreas:

- Saúde;
- Assistência Social e
- Previdência Social.

2. A quem cabe a iniciativa das ações da Seguridade Social?

A CF/88 afirma que iniciativa das ações da Seguridade Social são competência:

- do Poder Público e
- da Sociedade

3. Quais áreas da Seguridade Social dependem de contribuição prévia?

Apenas a Previdencia Social exige contribuição prévia. A saúde e a assistência social independem de qualquer contribuição.

4. Quem poderá ser beneficiário de cada ação da Seguridade Social?

Saúde: todas as pessoas.

Assistência Social: os necessitados.

Previdência Social: os beneficiários (segurados e dependentes).

5. A quem compete organizar a Seguridade Social?

A Seguridade Social será organizada apenas pelo *Poder Público*.

6. Qual é a diferença entre universalidade da cobertura e universalidade do atendimento da Seguridade Social?

Segundo o princípio da *universalidade da cobertura*, a proteção social oferecida pela Seguridade Social deve alcançar todos os riscos sociais (infortúnios), aos quais quaisquer pessoas estão sujeitas, e que possam levá-las a uma condição de necessidade.

A *universalidade do atendimento*, por sua vez, visa tornar a Seguridade Social acessível a todas as pessoas, sejam nacionais ou estrangeiras.

7. Qual é a diferença entre uniformidade e equivalência de benefícios e serviços da Seguridade Social e a quem se aplicam tais princípios?

O princípio da *uniformidade* refere-se à igualdade quanto aos eventos a serem cobertos para as populações urbanas e rurais.

A *equivalência*, por sua vez, refere ao valor pecuniário dos benefícios ou qualidade da prestação dos serviços, em relação às populações urbanas e rurais, que deverão ser sempre equivalentes, quando tais trabalhadores urbanos e rurais estiverem na mesma condição.

8. Qual é a diferença entre o princípio da seletividade e o princípio da distributividade dos benefícios e serviços da Seguridade Social?

Segundo o princípio da seletividade, o legislador deverá limitar o rol de prestações da Seguridade Social, devendo definir, na lei orçamentária, onde aplicar os limitados recursos, dentro das ilimitadas demandas da sociedade, levando-se em conta as prestações sociais de maior relevância.

A distributividade, por sua vez, tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, buscando melhor distribuição de renda, direcionando a atuação do sistema protetivo às pessoas com maior necessidade.

9. Qual é o conceito de irredutibilidade do valor dos benefícios segundo a legislação previdenciária e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF?

Especificamente sobre **benefícios da Previdência Social (ou previdenciários)**:

- Segundo a CF/88 e a legislação previdenciária: garantia da manutenção do VALOR REAL;
- Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção do VALOR REAL.
- Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção do VALOR NOMINAL, em caso de deflação.

Genericamente sobre **benefícios da Seguridade Social (sem especificar qual a área da Seguridade Social)**:

- Segundo a CF/88: garantia da manutenção apenas do VALOR NOMINAL;
- Segundo a jurisprudência (STF): garantia da manutenção apenas do VALOR NOMINAL.

Especificamente sobre **benefícios da Assistência Social ou da Saúde**:

- Segundo a lei: garantia do VALOR NOMINAL;
- Segundo a jurisprudência: garantia do VALOR NOMINAL.

10. Qual é o conceito previdenciário do princípio da equidade na forma de participação no custeio?

Tal princípio consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Estabelece, também, que a contribuição será determinada de acordo com a capacidade econômica de cada contribuinte.

11. O que a Constituição Federal visa assegurar com o princípio da diversidade da base de financiamento da Seguridade Social?

Tal princípio busca garantir a arrecadação de contribuições para a Seguridade Social, de modo que sua base de financiamento seja a mais variada possível, tendo diversas fontes de custeio, oferecendo maior segurança para o sistema.

12. Segundo a CF/88, como deverá se dar a gestão da Seguridade Social e quem dela deverá participar?

Segundo a CF/88, deverá haver participação da sociedade na gestão da Seguridade Social, ou seja, deixa de ser administrada exclusividade do Poder Público, devendo sua administração realizada em caráter democrático e descentralizado, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do próprio governo, em órgãos de deliberação colegiados.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AULA



Muito bem, pessoal! Finalizamos nossa "aula zero" (demonstrativa). Para ter acesso às demais aulas deste curso será necessário ser assinante do Estratégia Concursos ou adquirir este curso, disponível no site:

www.estrategiaconcursos.com.br

Utilizaremos, em todas as aulas do nosso curso, a metodologia adotada nesta aula demonstrativa, apresentando a parte teórica da matéria (segundo a doutrina e a jurisprudência adotadas pelas bancas), destacando as *palavras-chave* e apresentando *exemplos*, sempre que for oportuno e necessário, bem como apresentando *questões de provas anteriores* para demonstrar como tais assuntos são cobrados pela banca. Em seguida, memorizaremos o conteúdo por meio de *diagramas* e fixaremos por meio de *exercícios comentados, exercícios de fixação e questionário de revisão*. Por fim, apresentaremos, em todas as aulas, um resumo dos principais pontos estudados e explicações detalhadas em nossas videoaulas que acompanham o presente curso.

Por fim, se você quiser receber dicas de Direito Previdenciário, conteúdo gratuito e atualizações de legislação, siga-me nas redes sociais abaixo (não se esqueça de habilitar as notificações no Instagram e Youtube, para você ser informado sempre que eu postar uma novidade por lá):

@profrubensmauricio

/profrubensmauricio

Prof. Rubens Maurício

Um grande abraço e que Deus te abençoe.

Até a próxima aula!!!

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.